

Notas editoriais

A civilização humana está ameaçada pela barbárie capitalista. Na véspera das eleições presidenciais americanas, o chefe do estado-maior das forças armadas americanas brandia esta ameaça: *“Os próximos vinte e cinco anos não terão nada que ver com os últimos dez nem com os últimos vinte e cinco, (...) em intensidade e mortalidade, nada terão que ver com o que as nossas actuais forças alguma vez conheceram”*. E acrescenta que: *“a guerra entre Estados-nações é praticamente garantida”*, declarando aos “países inimigos” da América: *“As forças armadas dos Estados Unidos deter-vos-ão; golpear-vos-emos com mais dureza do que alguma vez sofrestes. (...) Destruiremos o inimigo, seja ele qual for, esteja onde estiver, seja quando for.”*

Nos dias 18, 19 e 20 de Novembro, quase trezentos militantes de todas as tendências do movimento operário de todos os continentes têm encontro marcado em Mumbai (Índia) para a Conferência Mundial contra a Guerra, a Exploração e o Trabalho Precário, da iniciativa de responsáveis do movimento operário indiano e de um amplo comité internacional de preparação.

Esta conferência será indiscutivelmente uma alavanca contra o desenvolvimento das guerras imperialistas. Alavanca para defender a independência das organizações operárias, em primeiro lugar a das organizações sindicais, a quem, em todas as latitudes, andam a mandar integrarem-se nas instituições do capital, nos Estados, nos seus “tratados de comércio livre” e a mandar transformarem-se em instrumento de aplicação das contra-reformas, sob pena de caírem sob o cacete da repressão. Alavanca, pois, para reiterar a candente actualidade da velha palavra de ordem da Internacional Operária: *“Proletários de todos os países, uni-vos!”*

Desde que, em Dezembro de 2015 (1), responsáveis operários indianos emitiram o apelo a esta conferência, as organizações reunidas no Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (2) têm empenhado todas as suas forças, ao lado de todos os que se têm reconhecido nos objectivos da conferência, na batalha por que ela seja bem sucedida.

Ao lado, portanto, de militantes que, necessariamente, têm percursos e experiências políticas diferentes das dos militantes trotskistas do CORQI.

O nosso programa indica que o objectivo da IVª Internacional *“não é reformar o capitalismo, mas derrubá-lo”*, já que, *“sem revolução socialista, e sem essa revolução no período histórico próximo, pende sobre a civilização humana, na sua totalidade, a ameaça de se ver arrastada para a catástrofe”*.

Sabemos, no entanto, que, para que o partido mundial da revolução socialista se construa, não chega proclamar a actualidade deste programa. Sabemos que, na crise profunda do movimento operário, as forças que procuram agir pela reconstituição de um autêntico quadro assente no internacionalismo não o conseguirão se não partirem do método da democracia operária, do livre confronto de pontos de vista.

Por isso, quando a classe operária trava um combate defensivo diante dos ataques dos capitalistas, procurando preservar as suas conquistas e organizações, os militantes trotskistas do CORQI estão presentes em cada combate da classe operária, por cada reivindicação, mesmo a mais modesta.

Eles marcam presença, naturalmente, no combate das organizações sindicais. Defendem a independência destas organizações contra todas as tentativas dos Estados e das instituições imperialistas para integrá-las e destruí-las (mesmo quando tais tentativas encontram eco nas cúpulas das mesmas organizações).

Numa situação mundial caracterizada pela expansão das guerras imperialistas, os militantes trotskistas do CORQI não têm interesses distintos dos da classe operária, que, como classe internacional que é, aspira à paz entre as nações contra o desmantelamento das nações. Esses militantes estão presentes no combate, na mais ampla unidade, contra as guerras imperialistas, ou seja, contra os governos das grandes potências imperialistas fadoras de guerra. *“O inimigo principal dos trabalhadores está no nosso próprio país, é o nosso próprio governo”*, declaravam há cem anos, em plena carnificina da guerra imperialista, Lenine e Karl Liebknecht contra a degenerescência da social-democracia.

É um facto que o movimento operário internacional vive uma crise profunda. Uma crise que, nestes últimos vinte e cinco anos, com o desmoronamento da URSS, se tem vindo a acentuar. São tantos, em todos os continentes, os

responsáveis dos partidos da Internacional Socialista, dos ex-partidos comunistas ontem ligados a Moscovo ou a Pequim, dos movimentos de libertação nacional, que se implicam na execução de uma política contrária aos interesses dos trabalhadores e dos povos.

Não se têm visto, na Europa, nestes últimos meses, forças que se reclamam da “esquerda radical”, como o governo Tsipras na Grécia, subordinarem-se aos ditames da União Europeia e do FMI, cujas consequências antes criticavam? Noutro plano, ouve-se às vezes, mesmo dentro das grandes organizações do movimento operário, o discurso de que não há outra alternativa senão acompanhar os planos anti-operários, devendo os trabalhadores, no fim de contas, renunciar às suas reivindicações, à defesa dos seus interesses próprios.

A atitude para com as guerras imperialistas é uma notável ilustração desta “crise de direcção”. Enquanto, em África, no Médio Oriente e na Ásia, proliferam guerras contra os povos, acompanhadas de uma “guerra doméstica” contra os trabalhadores dos principais países imperialistas da Europa e da América, o que se observa nas cúpulas das grandes organizações tradicionais do movimento operário é que o silêncio prevalece — quando assistiria aos trabalhadores o direito de esperar delas uma política de oposição resoluta às guerras imperialistas.

Com efeito, a crise profunda do movimento operário internacional, nomeadamente após a queda da URSS, viu numerosos dirigentes aderirem abertamente ao sistema capitalista, apresentado como “horizonte inultrapassável” que, segundo eles, só seria possível, na melhor das hipóteses, humanizar e tornar mais suportável. Porém, não é verdade, na véspera do centésimo aniversário da revolução de Outubro de 1917, aliás ainda mais verdade do que há cem anos, que a sobrevivência do regime da propriedade privada dos meios de produção engendra sofrimentos terríveis para a esmagadora maioria dos 7 mil milhões de seres humanos da terra? E não cria isso, de forma ainda mais aguda, a necessidade de romper com este sistema, a necessidade de expropriar o capital?

Este aniversário dará, sem dúvida, ensejo à burguesia, aos seus ideólogos e meios de comunicação de despejarem o seu ódio ao bolchevismo e a Outubro de 1917. Eles pretenderão, não raro com a ajuda de estalinistas arrependidos, que a degenerescência da URSS estava inscrita na política do partido bolchevique de Lenine e Trotsky, para nós ainda e sempre o maior partido revolucionário da história.

Outros, mais subtis, farão de conta que comemoram o acontecimento enquanto vão explicando que “os tempos mudaram” e que Outubro de 1917 teve que ver com condições históricas que deixaram de existir.

Cada um está, evidentemente, no direito de tirar tais conclusões; no que nos diz respeito, porém, não seguiremos por essa via. Mais do que nunca pensamos que o futuro da civilização humana exige romper com o regime da propriedade privada e combater pelo socialismo, e que, como a seu tempo proclamava a Associação internacional dos Trabalhadores (a primeira Internacional): “*A conquista do poder político (é o) primeiro dever da classe operária.*” Este número d’*A Internacional* publica vários documentos consagrados ao combate pela República Negra na Azânia (África do Sul) e no Zimbabue e à questão negra nos Estados Unidos. Em meses recentes, a mobilização dos estudantes negros na Azânia (África do Sul) abalou o edifício institucional dos acordos de Kempton Park, pondo de maneira imediata o problema do poder para a maioria negra. Nos Estados Unidos, transpira da revolta da população negra contra o racismo institucional a questão da organização política negra independente, que condiciona a possibilidade de avançar para uma verdadeira representação política da classe operária, que está na ordem do dia.

Duas situações extremamente diferentes, a pedirem reflexão. A teoria marxista da revolução permanente, ao demonstrar que, na época imperialista, as tarefas democráticas e nacionais só podem ser levadas a cabo pelo proletariado, encontra nova confirmação. É mais outro aspecto da herança e da actualidade de Outubro de 1917. Durante todo o ano de 1917, *A Internacional* revisitará a actualidade de Outubro e esta herança que reivindicamos, a fim de ajudar a classe operária e as jovens gerações a acabar com a barbárie capitalista.

A Internacional
2 de Novembro de 2016

1. Apelo lançado na continuidade de vinte e cinco anos de combate do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos. Este Acordo constituiu-se em Janeiro de 1991, em Barcelona, baseando-se num Manifesto contra a Guerra e a Exploração. Nas vésperas do desmoronamento da União Soviética — quando a burocracia estalinista levou às suas últimas consequências a sua natureza “restauracionista” — e da primeira guerra de extermínio contra o povo iraquiano.

2. IV^a Internacional que foi fundada por Leão Trotsky em 1938, depois reproclamada em 1993, após anos de combate pela sua reconstrução, graças, em particular, ao contributo do camarada Lambert.

Azânia, Zimbabwe:

Actualidade da Revolução Permanente

Este quarto número d'*A Internacional* publica documentos consagrados à actualidade da revolução permanente na Azânia (África do Sul) e no Zimbabwe. A ler, nomeadamente: "*A Crise do Movimento Histórico de Libertação na Azânia*" (Setembro de 2016), texto publicado pelos camaradas ligados ao CORQI que editam o boletim *Black Republic – Azanian Newsletter*; um texto de Trotsky inicialmente redigido na forma de *Carta aos Revolucionários Sul-Africanos*, em Abril de 1933 (dirigia-se então Trotsky à fracção bolchevique-leninista do Workers' Party da África do Sul); uma contribuição sobre "*A Questão Agrária e as Sanções Imperialistas*", enviada por um grupo de simpatizantes do CORQI no Zimbabwe; e algumas referências históricas

Os recentes desenvolvimentos ocorridos na África do Sul, com especial destaque para o surto da juventude estudantil negra posteriormente ao documento de *Black Republic*, mais não fazem do que confirmar como o espectro da revolução permanente está assombrando os processos da luta de classes na Azânia, após a viragem de Marikana (massacre de mineiros negros grevistas no dia 16 de Agosto de 2012, perpetrado pela polícia do governo "tripartido" ANC-PC Sul-Africano-direcção da central sindical COSATU). Isto, num contexto em que a crise do regime da propriedade privada dos meios de produção açoita as pretensas "economias emergentes" dos BRICS (1) (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que a decomposição do imperialismo não poupa.

"A acusação capital que a IV Internacional lança..."

"A acusação capital que a IV Internacional lança às organizações tradicionais do proletariado é de elas não se quererem separar do semicadáver político da burguesia", diz o Programa da Quarta Internacional. Na Azânia, a acusação capital a fazer à direcção do ANC e do Partido Comunista Sul-Africano é a da sua obstinada recusa em romper com o semicadáver político da dominação colonial. E de, sob a égide da "comunidade internacional" imperialista, ter assinado com

os representantes do regime do apartheid em pleno estertor os acordos de Kempton Park (1994), que abençoavam a perpetuação do controlo da minoria branca sobre a indústria e a terra. Esta exigência de ruptura brota hoje, todavia, da própria mobilização dos estudantes negros. Mobilização provocada pelo anúncio, no dia 19 de Setembro de 2016, de um aumento de 8% das propinas universitárias para o ano lectivo então iminente. Este aumento importava a expulsão de milhares de estudantes negros das universidades. O ministro que fez o anúncio é o secretário-geral do Partido Comunista, que mandou a polícia disparar balas de borracha contra os estudantes à queima-roupa.

Como antes em Marikana, os que se recusam a romper com os interesses da minoria branca, com o imperialismo e com a propriedade privada acabam como carrascos da classe operária e da juventude (e, no caso concreto da Azânia, da maioria negra).

A exigência de ruptura com o quadro imposto em 1994

A exigência de ruptura com o quadro herdado de 1994 brotou, no entanto, do próprio movimento dos estudantes negros. Não só têm eles exigido o "abate" das propinas ("*Fees must fall!*") e o ensino superior gratuito para todos, como, em 11 de Outubro, a palavra de ordem "*Blade, nós sabemos que em 1994 vocês nos traíram!*" surgiu numa cidade universitária de Joanesburgo, levantando auto de acusação contra o quadro dos acordos de Kempton Park.

Para os militantes do CORQI, estes extremamente importantes desenvolvimentos da luta de classes, reflexo específico do embate mundial entre capital e trabalho, realçam a actualidade da revolução permanente.

"Para os países em que o desenvolvimento burguês é retardatário, escrevia Leão Trotsky na "*Revolução Permanente*", e, em especial, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a verdadeira, inteira solução para as suas **tarefas democráticas e de libertação nacional** só pode ser a ditadura do proletariado, pondo-se este à cabeça da nação oprimida, acima de tudo das massas camponesas.

Não é só a questão agrária, mas também a questão nacional que ao campesinato, que representa a imensa maioria da população dos países atrasados, confere papel primordial na revolução democrática. Sem aliança entre proletariado e campesinato, as tarefas da revolução democrática não se podem resolver; não podem, sequer, ser seriamente formuladas (2)."

Na África do Sul, democracia é o direito de ser a maioria negra a dirigi-la

Na África do Sul, conquistar a democracia é conquistar o direito de ser a maioria negra a dirigi-la, instaurando uma República Negra. Não pode, porém, haver soberania da maioria negra sem soberania desta sobre a terra, 70% da qual continua a pertencer a fazendeiros brancos descendentes dos colonos. Daí a importância da contribuição dos nossos camaradas do Zimbabwe para este dossier. Estes camaradas têm carradas de razão quando afirmam que a única razão das sanções imperialistas que se abatem sobre esta nação africana de seis milhões de habitantes é a *Chimurenga* (revolução) agrária dos anos 2000, disparada pelas massas camponesas negras, empurrando o governo a expropriar os fazendeiros brancos e a dar, assim, um passo na via da ruptura com o imperialismo.

Conquistar a democracia é, pois, impor a lei da maioria negra na Azânia, é pôr o problema da nacionalização das minas, da expropriação das grandes multinacionais e, mais em geral, arrancar a apropriação colectiva dos meios de produção, de modo a dar trabalho à juventude negra, 70% dela condenada ao desemprego. É romper com a dívida do regime do apartheid (reembolsada a carradas de diamantes desde 1994), a benefício da instauração de verdadeiros serviços públicos gratuitos: hospitais, escolas, universidades.

Em suma, conquistar a democracia e constituir a nação azaniana é rasgar o espartilho dos acordos de Kempton Park e da sua “cláusula de propriedade” (que garante a inviolabilidade do direito de propriedade tal como vigorava debaixo do regime de apartheid), suscitando na prática todas as questões da revolução socialista, ou seja, do papel central da classe operária negra na instauração da democracia (República Negra).

Decomposição e recomposição

A África do Sul, na sua marcha para a abertura de uma crise revolucionária, tem, desde Marikana, conhecido profundos processos de decomposição e recomposição, tanto dentro do movimento operário organizado como dentro do movimento de libertação nacional. A crise que dilacera as cúpulas corruptas do ANC e do SACP não é nova. Reflectiu-se já na ruptura de Julius Malema e na fundação do partido Economic Freedom Fighters, cujo surto eleitoral nos últimos três anos só se explica por ter avançado palavras de ordem de expropriação dos fazendeiros brancos e de nacionalização das minas, que fizeram desta formação terceira força parlamentar, atrás do ANC e do mais recente avatar do partido da burguesia branca, a Democratic Alliance.

É, porém, no movimento sindical que se têm manifestado as mais intensas tendências de recomposição. O desmoronamento do sindicato dos mineiros, o NUM, cujo fundador, Cyril Ramaphosa, também accionista da companhia mineira Lonmin, esteve directamente implicado na repressão sangrenta de 2012, foi o golpe mais recente sofrido pela central historicamente dirigida pelo PC e pelo ANC, a COSATU. A seguir, foi a exclusão da COSATU do sindicato dos metalúrgicos, o NUMSA (com 300.000 sindicalizados), a que se sucedeu a expulsão do antigo secretário confederal Zwelinzima Vavi. O NUMSA e as dezenas de organizações sindicais desafiadas da COSATU suscitam hoje a questão da constituição de uma nova

confederação, “militante e independente” de um governo que, tendo aceitado o espartilho de Kempton Park, manda disparar sobre estudantes e mineiros. É crucial o NUMSA, Vavi e outros dirigentes que procuram caminhar para essa nova federação terem tomado posição de apoio às reivindicações dos estudantes contra a repressão (3).

O que significa o processo de dissolução do SOPA

Inversamente, outros processos se desenrolam, virados para a decomposição. Assim, o documento publicado pela *Black Republic* tem razão em advertir contra a próxima fusão do SOPA, da AZAPO e do BCP, que tem a pretensão de visar reconstituir o Movimento da Consciência Negra (BCM) de Steve Biko. O BCM e Steve Biko desempenharam um papel eminentemente revolucionário contra a política de “coexistência pacífica” com a minoria branca impulsionada pela burocracia do Kremlin. A *Freedom Charter* de 1955, que os estalinistas e a direcção do ANC aliada a uma fracção da burguesia “liberal” anglófona brandiam, pretendendo que a África do Sul era o país “de todos os seus povos”, reconhecia implicitamente a legitimidade da minoria branca privilegiada.

O BCM e Steve Biko opunham a esta política contra-revolucionária o combate por uma só nação azaniana, uma República Negra. Porém, o carácter eminentemente progressista do BCM não deixava, também, de ter por limitação a incompreensão do lugar central do proletariado negro na luta pela democracia e pela libertação nacional na época do imperialismo (revolução permanente).

Foi precisamente para ir ajudar o proletariado negro a constituir o partido revolucionário que uma fracção da AZAPO (que prosseguia a obra de Steve Biko) rompeu com ela em 1998, constituindo o Socialist Party of Azania (SOPA). Os militantes da IV^a Internacional eram na altura parte integrante do SOPA, ao passo que a direcção da AZAPO aceitou cooperar com o governo do ANC, levando à prática a política deste, participando até nela directamente.

Hoje, estando as razões da ruptura de 1998 mais do que nunca na ordem do dia, o SOPA e a AZAPO encetaram um processo de “fusão”. Processo apoiado — sem o dizer publicamente — pelo “comité de correspondência”, a que os dirigentes do SOPA (que é uma sombra do que foi) juraram fidelidade.

O que desta fusão, porém, nascerá nada terá que ver com o que há quarenta anos foi o movimento de Steve Biko, que dirigiu o levantamento revolucionário da juventude negra de Soweto em Junho de 1976. O “novo BCM” mais não é do que a dissolução do SOPA numa AZAPO dirigida por Itumeleng Mosala, que foi representante da Câmara de Comércio americana na África do Sul.

AZAPO, cujo deputado, Jake Dibopo, votou a favor do orçamento do ANC em Junho de 2013 (mal passara um ano sobre o massacre de Marikana). É debaixo da direcção destes defensores do governo tripartido que o “comité de correspondência” se prepara para liquidar o SOPA, ou seja, dezoito anos de combate dos trotskistas pelo partido operário revolucionário negro na África do Sul! O que irá sair desta fusão-liquidação do SOPA acabará por se reduzir a uma quinta roda do governo tripartido, enquanto os patrões das grandes multinacionais, nomeadamente as mineiras, reunidos em 6 de Outubro em Joanesburgo, exprimem a sua

preocupação com a capacidade de Zuma para aguentar o embate das massas. Decomposição e recomposição no movimento operário, irrupção das novas gerações, tais são os rasgos de uma situação que se encaminha para uma crise revolucionária. Os documentos fornecidos pelos camaradas da Azânia e do Zimbabwe ajudarão, não o duvidemos, a fazer o necessário reagrupamento da vanguarda. Confiamos-los aos leitores d'A Internacional.

Artiom, 21 de Outubro de 2016

(1) Os BRICS são uma categoria inventada pelos economistas burgueses, em que eles enfiam de tudo, agrupando países dominados pelo imperialismo (Índia, Brasil), um "Estado operário burocraticamente deformado" (a China), um enclave imperialista, a África do Sul, e um Estado, a Rússia, em que a maior parte das conquistas da revolução de Outubro foi liquidada.

(2) Não é, aliás, por acaso que seja na África do Sul que, vinte e cinco anos volvidos sobre a queda da burocracia contra-revolucionária do Kremlin, as direcções traidoras do Partido Comunista da África do Sul, como a do ANC, continuam a utilizar a verborreia da "revolução democrática nacional", ou seja, da pretensa "revolução por etapas" que, há noventa anos, Staline e a burocracia ascendente opunham à teoria marxista da revolução permanente.

(3) Assim como, no âmbito da preparação da conferência de Mumbai contra a guerra, a exploração e o trabalho precário (18, 19 e 20 de Novembro de 2016), e seguindo o apelo de um dos seus iniciadores, o camarada Nambiath Vasudevan, reveste importância de maior que numerosas organizações operárias, políticas e sindicais — no Afeganistão, na Bélgica, no Brasil, nos Estados Unidos, em França, na Grã-Bretanha, na Guiné-Bissau, na Hungria, na Índia, na ilha Maurícia, na Roménia, na Rússia, na Ucrânia, etc. — tomassem posição contra a repressão contra os estudantes sul-africanos.

Azânia África do Sul

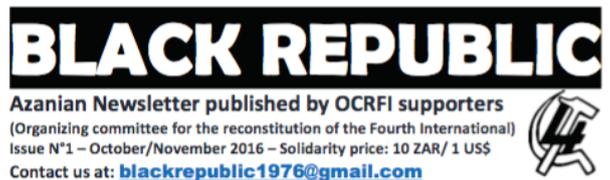
Um documento para abrir a discussão

A Crise do Movimento Histórico de Libertação na Azânia

Black Republic

Carta de ligação para a Azânia, publicada pelos simpatizantes do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI), n° 1, Outubro de 2016

O processo da luta de classes na Azânia desenrola-se no contexto geral da luta de classes mundial e é dele indissociável. Estes processos são, no nosso país, reflexo particular da unidade mundial da luta de classes entre exploradores e explorados, que constitui a base mesma do combate histórico da classe operária para se constituir em partido político, em Internacional Operária. Ora, se nos cingirmos às aparências, as lutas de libertação na África do Sul assumiram forma diferente de outras lutas de libertação africanas e, considerando ainda que elas ocorreram durante um período de tempo mais longo do que noutros países de África, tais combates seguiram, de facto, o mesmo caminho traçado pelas lutas que os precederam. Há aspectos comuns que cumpre destacar. A maioria das lutas contra o colonialismo em África caracteriza-se por períodos de intensas mobilizações, pela escolha dos dirigentes tanto



por forças internas como externas, pela construção de alianças e grupos de apoio e, por fim, pela traição do povo e do seu combate à mesa de negociações do mundo. Com variações, é o esquema que se nos depara no Quênia, no Zimbabwe e, muito recentemente, na Azânia-África do Sul. O período que mais especificamente se seguiu ao levantamento dos estudantes universitários e liceais de 1976 ficou marcado por intensas mobilizações dos estudantes, da juventude em geral e dos trabalhadores nos sindicatos. O regime de apartheid reconheceu, por sua vez, que os velhos métodos do apartheid se tornavam impraticáveis, dirigindo-se muito especialmente ao imperialismo ocidental para que o ajudasse a defender o último bastião de governo branco em África. O Ocidente não foi o único a responder favoravelmente, já que, no campo teoricamente oposto, a burocracia estalinista traidora do que então era a União Soviética, em vez de dar o seu apoio ao combate geral da juventude e dos trabalhadores, aconselhou o seu principal aliado, ou seja, o ANC (1) e o SACP (Partido Comunista da África do Sul) a iniciar negociações com o regime do apartheid em condições desfavoráveis para o povo da África do Sul, pois o equilíbrio de forças não se tinha modificado suficientemente. Já em 1989 a União Soviética dizia abertamente que era absolutamente impossível vencer o combate libertador na África do Sul a não ser pela via da

negociação. Do mesmo modo que no Quênia se tinha dito aos mau-mau e ao povo do Quênia que se aguentasse, do mesmo modo que, no Zimbabwe, se dissera às forças armadas do ZANLA (2) e do ZIPRA (3) que cessassem as suas actividades e parassem tudo quando pareciam estar prestes a vencer. Neste processo, o problema-chave do combate de libertação, que era o problema da terra, foi sujeito a um compromisso, traíndo-se as aspirações do povo do Zimbabwe, a quem se deu “a liberdade sem a terra”. Solução similar foi ditada à África do Sul pelo imperialismo ocidental e pelo aparelho estalinista traidor. A política do aparelho estalinista assentava numa pretensa “coexistência pacífica” com o imperialismo (que se traduzia na renúncia pela burocracia do Kremlin à revolução mundial em nome da teoria dita do “socialismo num só país”), que, na África do Sul, se manifestou no combate (com os mesmos métodos brutais empregados contra os movimentos revolucionários em todas as partes do mundo) contra o movimento revolucionário da classe operária negra que queria instaurar o governo da maioria negra.

O carácter do combate na África do Sul foi significativamente diferente, por existir uma mão-de-obra industrial forte, já organizada em sindicatos e consciente de se bater pelo socialismo. Mais em especial, por o combate ser percebido na África do Sul como combate contra a propriedade privada dos meios de produção, assim como pela reconquista dos recursos naturais e da terra. Da busca de dirigentes credíveis neste contexto emergiram homens como Jomo Kenyatta no Quênia e, em grande medida, Nkomo no Zimbabwe, bem como, de maneira ainda mais evidente, Nelson Mandela na África do Sul. O resto é história, tendo-se, em todos estes países, assistido à criação de uma forma travestida de democracia/libertação/liberdade.

Na África do Sul, os acordos CODESA (4) de Kempton Park puseram o ponto no último da traição à luta do povo negro. Esfumava-se o combate por um governo de maioria negra, por uma república negra, enquanto os negociadores de Mandela fechavam um acordo em que aceitavam muito menos do que o que o povo queria. Concederam o direito de constituir um governo novo com novas condições, mas optaram por um governo que assumisse a sucessão do regime de apartheid, com a diferença de ser dirigido por uma estrutura que não incluía só brancos, para não parecer “racista”. As implicações políticas e económicas desta decisão foram devastadoras, pois a “cláusula de propriedade” garantia aos brancos a conservação de toda a terra e dos recursos naturais, podendo eles, assim, preservar privilégios e posição social. E como se isso não bastasse, não se revogaram as leis fundadoras do regime de apartheid, salvo algumas mudanças superficiais. O resultado foi o novo governo se ver incapacitado de levar a tribunal os pelotões da morte do apartheid, que percorrem o país em absoluta liberdade. Os seus membros continuam a desfrutar dos privilégios inerentes ao facto de serem brancos. Os acordos da CODESA incluem igualmente o compromisso de reembolso pelo novo

Não haverá poder da maioria negra se a maioria negra não se apropriar da terra

governo “democrático” das dívidas contraídas pelo regime de apartheid para elevar o nível de vida dos brancos e reforçar o aparelho de segurança do apartheid. Tal foi a magnitude da traição. Depois dos acordos da CODESA, o povo negro viu-se sem nada nas mãos a não ser um direito

de voto inoperante e o seu acompanhamento, a “democracia”. Fica, porém, a questão: que democracia e democracia para quem? Todos sabemos que a democracia é um governo de classe. Quando falamos de “democracia”, estamos a falar das formas que ela assume, isto é, no caso do nosso país, do poder da maioria, do poder da maioria negra, da república negra. No entanto, quando se fala de democracia, fala-se também do conteúdo social da democracia: não haverá poder da maioria

negra enquanto a maioria negra não se apropriar da terra, não se apropriar dos recursos naturais e dos meios de produção.

Todas as partes que aceitaram o quadro dos Acordos de Kempton Park fizeram-no em perfeita consciência de estar a trair as aspirações do povo negro. Depois dos acordos CODESA de Kempton Park, o povo negro ficou claramente prejudicado. As primeiras eleições, cuja função primeira era acabar com o apartheid institucionalizado, mal serviram para contestar as instituições ou sequer o quadro essencial do regime de apartheid. Apenas democratizaram o *statu quo*.

Este ano, a Azânia-África do Sul comemora dezanove anos de “democracia”, ou seja, vinte e dois anos da “vitória da maioria negra sobre o governo da minoria branca”. Para que servia, principalmente, o combate de libertação? O povo negro fora desprovido de toda a forma de liberdade, despojado da terra, roubado de recursos e utilizado, ao jeito de besta de carga, como reserva perene de mão de obra barata sem direitos legais, sem sindicatos e sem forma de

recurso possível. Em suma, os negros foram transformados em escravos no seu próprio país natal. A África do Sul veio a ser o último e mais sólido posto avançado do poder colonial. Por um golpe de prestidigitação, os britânicos cederam o poder político a uma minoria de brancos, europeus de origem, que durante anos orgulhosamente se autodenominaram de “europeus”, chamando à maioria autóctone

“não europeus”. Agravou a situação que o regime de apartheid tivesse a aprovação e apoio tácitos de países ocidentais como a França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América, que mantinham relações diplomáticas sem restrições com o regime e sempre o ajudaram a safar-se das dificuldades.

Em consequência, o combate na África do Sul visava anular este *statu quo*, criar condições para que o povo negro, maioritário, assumisse todo o poder político e económico sem reservas, fosse proprietário da terra e dos recursos e decidisse do porvir do país — numa palavra, obtivesse o direito à autodeterminação. Contudo, ao que tudo indica, com excepção do direito de voto — do direito de voto e da pretensa “democracia” —, deu tudo para o torto. O povo negro nada obteve a troco do seu esforço e sofrimento. Exactamente como nas outras antigas colónias, os negros,

Os negros foram transformados em escravos na sua terra natal

com excepção de um pequeníssimo número, convidado a “sentar-se à mesa” da antiga oligarquia capitalista branca, não recuperaram as terras que lhes foram roubadas, continuam a não ter acesso aos recursos naturais nem controlo algum sobre eles. A verdade é que a nova “democracia” dá mais segurança e liberdade aos beneficiários do antigo sistema de apartheid.

Começa-se a ver a inevitabilidade de o movimento histórico de libertação implodir, depois de 1994, quando o vemos mergulhado numa crise de direcção e desagregação motivada pela luta da classe operária. A avaliar pelo estatuto actual das organizações do movimento de libertação, a AZAPO (5), o ANC, o PAC (6) e todas as formações deles originárias, durante as duas décadas que se seguiram a 1994, as numerosas tentativas das forças imperialistas para reduzir a voz da classe operária ao silêncio deram fruto.

Cumprir não cometer o erro de descurar a grande contribuição dada pelo movimento de libertação histórico, ou de considerá-la ultrapassada. Não obstante, é patente que o movimento histórico está a ser abalado por uma crise de direcção muito grave e por divisões internas que fizeram da luta sua refém, focando toda a atenção na crise interna e não no objectivo político mais importante do combate da classe operária. Somos forçados a reconhecer que essas divisões têm a sua importância, pois são divisões no plano político, que incidem nos princípios revolucionários. O movimento de libertação lançou-se sem precatório na aplicação burocrática do centralismo democrático, o que acabou com o movimento de libertação eivado de cabalas e cliques, uma degenerescência agravada, que confundiu a direcção do movimento com a aquisição de poder e redundou em lutas mortais pelo poder. Assim, em vez de procurarem remédio para o sofrimento da classe operária negra, transformaram-se em auxiliares do poder dos

opressores e exploradores. Não se pode, ao avaliá-lo, pôr o ANC no mesmo saco da AZAPO e do PAC, dizendo que aquele partido se tornou ponto de referência depois de 1994, depois das negociações em que fez um compromisso com o governo do partido nacionalista que abriu portas ao regime derogatório na Azânia. Foi o que ocorreu quando o ANC assumiu a sucessão do Partido Nacional no governo, assistindo-se à instauração de um governo de unidade nacional. Convém igualmente recordar a natureza da crise que grassava dentro do ANC durante o combate de libertação, pois a história ensinou-nos quanto à crise que submergiu o ANC enquanto organização, a sua ala militar e o seu parceiro actual, o Partido Comunista da África do Sul (SACP). Vimo-lo nas lutas internas pelo poder que se desenrolaram desde 1948, levando à cisão dos anos cinquenta que deu origem ao Congresso Panafricano (PAC). A base desta cisão foi a rejeição de uma “Carta da Liberdade” que não criara unanimidade e que não era, e continua a não ser, favorável à maioria negra ou à classe operária.

No nosso ponto de vista, a emergência e formação do Movimento da Consciência Negra (7), nos anos setenta, foi

uma etapa-chave e um passo progressista para o movimento nacional revolucionário de libertação, porquanto representou uma ruptura clara com a política estalinista de “coexistência pacífica” com a minoria colonial, na forma da “Carta da Liberdade”. Ora, pôr na ordem do dia a questão de “uma só Azânia, uma só nação”, a questão do poder da maioria negra e da república negra, como o fez o Movimento da Consciência Negra (e depois dele a AZAPO), era uma necessidade, a fim de pôr na ordem do dia o problema da independência de classe, da construção do partido revolucionário da classe operária negra e da secção da Internacional Operária. Foi exactamente por esta questão que o conflito na AZAPO conduziu, em 1998, à constituição do SOPA (8), que representava um passo em frente clarificador para a construção do partido revolucionário da classe operária negra. Com o governo do ANC, assistimos a uma política definida pela cupidez e pela defesa da política

imperialista, enquanto ele não conseguia esconder a sua decomposição, recorrendo à violência para responder às manifestações da classe operária da Azânia que reclamavam o cumprimento das promessas feitas antes e depois de 1994. A repressão para fazer calar a voz das massas azanianas que reivindicavam a terra foi igualmente de extrema brutalidade, nada ficando a dever à do apartheid. Isso mesmo se confirmou no massacre de Marikana, em que 34 mineiros foram massacrados em pleno dia e centenas feridos — o número estimado é de 300. O presidente Jacob Zuma criou uma pretensa comissão de inquérito à imagem da série de comissões de inquérito que este sucessor dos últimos administradores do regime do apartheid criava de cada vez que havia um massacre de operários negros, recorrendo-se constantemente a uma bateria de manobras de diversão no intuito de fazer recair a responsabilidade em cima dos trabalhadores. O que inclui os membros (negros) da polícia que fazem parte

da classe operária e são utilizados pelos políticos do partido dirigente (ANC). Estes dirigentes querem a todo o custo fazer calar a voz dos trabalhadores para agradar aos seus patrões imperialistas.

Dito tudo isto, há uma pergunta fundamental com que nos devemos confrontar: “O que é feito da classe operária negra?”. Com tamanhos desastres, tamanha crise de direcção da classe operária negra, tanto no movimento operário como no movimento de libertação, a classe operária acha-se metida num impasse. O combate não parece levar a parte nenhuma. É por isso que é necessário devolver à classe operária toda a sua voz, voz que não se contente em proferir uma análise profunda, mas indique também uma orientação revolucionária que permita fazer avançar o combate da classe operária e chegar a uma ruptura sem condições com o capitalismo e com todas as suas correias de transmissão imperialistas na Azânia, pela realização de uma república operária negra.

A situação actual na Azânia dá azo a um avanço do combate da classe operária negra, pois temos assistido à implosão dos sindicatos, deixando um vazio de que se aproveitam o

A emergência e formação do Movimento da Consciência Negra nos anos setenta foi uma etapa chave e um passo progressista para o movimento nacional revolucionário de libertação

oportunismo e uma estratégia populista cuja retórica aponta para continuar com a manipulação dos trabalhadores, para dar aval aos planos reaccionários do imperialismo, que agravam a exploração e a redução dos custos, assegurando enormes lucros. A Azânia é provavelmente um dos países do mundo em que a questão da revolução permanente mais se encontra no centro de toda a vida política e económica.

A CODESA é conhecida com o nome de Acordos de Kempton Park. Seguiram-se-lhe vinte e dois anos de governo de “aliança tripartida”. 22 anos de negociações sobre a reivindicação essencial da maioria negra, a exigência de aplicação plena e inteira da democracia, constituída pelo povo da Azânia enquanto nação independente. Podia-se porventura esperar que à maioria assistisse o direito de aplicar correctamente as regras da democracia, baseadas no governo da maioria negra para instaurar uma república operária negra.

Ora, uma república negra e o governo da maioria negra opõem-se diametralmente ao controlo dos meios de produção pela minoria branca, assim como a toda a dominação imperialista que, durante décadas, tem pilhado os recursos do país com o apoio das autoridades “compradoras”, garantindo ao imperialismo a possibilidade de explorar sem limites e de continuar a privar da sua própria terra a imensa maioria negra.

Só a classe operária negra tem, com as suas organizações, aliada ao campesinato oprimido e às numerosas massas empobrecidas, capacidade para tomar coerentemente a dianteira do combate por uma república operária negra. Isso põe na ordem do dia a defesa da própria existência e independência da classe operária negra, dos seus sindicatos e de todas as diferentes organizações populares e do seu combate na Azânia. Mas põe, também, a perspectiva de constituição de um partido operário independente e de uma secção azaniana da Internacional Operária.

No fundamental, voltar a um pretenso “Movimento Unificado da Consciência Negra” não seria equivalente a voltar aos avanços progressistas de Steve Biko, mas antes a pôr a roda da história a andar ao contrário.

Após várias peripécias assentes em ideias erradas do presidente da AZAPO, o professor Mosala, há que destacar que não só a pretensa unificação do Movimento da Consciência Negra (AZAPO, SOPA e BCP (9)) participa das manobras de conjunto de certos sectores do capital monopolista branco — o professor Mosala ainda actualmente é ou era presidente da Câmara de Comércio americana na África do Sul — como importa ter em conta as declarações que este fez nestes últimos dias na comemoração do assassinato de Steve Biko.

Ele considera, mal, que o povo negro já não é oprimido pela minoria branca. Pode ver-se nisto um argumento comparável ao que usam os que tentam desesperadamente exonerar o capital monopolista branco da crise com que se debate a classe operária negra azaniana. Esta crise é resultado dos acordos da CODESA e da *Sunset Clause* (10).

Só a classe operária negra, com as suas organizações e aliada ao campesinato oprimido e às numerosas massas empobrecidas, é capaz de encabeçar coerentemente o combate por uma república operária negra

Estes deixaram a classe operária negra numa situação muito prejudicial, ao fim dos vinte e dois anos que redundaram na distribuição política actual de poderes. Estas manobras visam criar uma cortina de fumo de unidade, permitindo à AZAPO continuar o seu papel de principal defensor da política imperialista.

Depois da posição pública tomada com tal orientação, esta unidade sem princípios constitui um primeiro recuo. O surto do Movimento da Consciência Negra foi o ponto culminante do movimento de libertação nacional, acompanhado da ruptura com a política da “Carta da Liberdade” dirigida pelos estalinistas. Esta “carta” era a negação da reivindicação de uma só nação azaniana; abafava toda e qualquer tentativa de reapropriação de tudo o que fora roubado à maioria negra. Ainda assim, não se faça o Movimento da Consciência Negra arcar com mais do que ele pode. O programa de libertação nacional da Azânia só pode ser posto em prática pela própria classe operária negra. O SOPA cindiu da AZAPO por causa destas questões de princípio específicas, sendo fundado em 1998 com o fito de se tornar num instrumento para a instauração de um partido operário revolucionário negro. Se quisermos examinar de perto as manobras que se seguiram ao 3 de Agosto de 2016, cumpre prestar atenção à desesperada trama urdida pelo ANC e pelas suas facções para se reaproximar do

Movimento da Consciência Negra. Há quem o considere um avanço, quando é realmente um recuo, que não abrirá qualquer perspectiva política às massas negras no seu combate social e nacional; visa, bem pelo contrário, matar o combate da classe operária com um projecto em que tudo cabe e uma retórica a favor das massas negras e à volta da evidente corrupção, produto do sistema capitalista herdado pelo ANC após os acordos da CODESA, cujo resultado foi 1994.

Apelamos a que todos os camaradas que estejam de acordo discutam este texto. Encontremo-nos e discutamos, para ver como avançar na situação de crise com que se confronta o combate da classe operária e do movimento de libertação e o seu objectivo de conseguir construir a República Operária Negra da Azânia.

(1) ANC: African National Congress, partido de Nelson Mandela.

(2) ZANLA: Exército de Libertação Nacional do Zimbabwe.

(3) ZIPRA: Exército Revolucionário do Povo do Zimbabwe.

(4) CODESA: Convenção por uma África do Sul Democrática.

(5) AZAPO: Azanian People Organisation, Organização do Povo Azaniano.

(6) PAC: Pan African Congress, Congresso Panafricano, partido nacionalista negro.

(7) Movimento da Consciência Negra (BCM - Black Consciousness Movement), movimento de libertação anti-apartheid nascido nos anos setenta, cuja figura mais emblemática foi Steve Biko, morto em Setembro de 1977 numa cela da prisão central de Pretória.

(8) SOPA: Partido Socialista da Azânia.

(9) BCP: Black Community Programme, programa da comunidade negra.

(10) Sunset Clause: “Cláusula extintiva”. Inserida na Constituição para fazer face aos cinco primeiros anos da transição, forneceu um

governo de unidade nacional por cinco anos, protegeu as pensões dos funcionários e assegurou a representação do Partido Nacional no executivo, garantindo que um membro do Partido Nacional fosse vice-presidente até 1999.

•



● DOSSIER

Leão Trotsky

O Problema Nacional e as Tarefas do Partido Proletário na África do Sul

20 de Abril de 1935

As teses (1) foram sem dúvida redigidas com base num estudo sério quer das condições económicas e políticas da África do Sul quer da literatura do marxismo e do leninismo, especialmente a dos bolcheviques-leninistas. Acometer todas as questões de maneira científica e séria é uma das condições mais importantes para que uma organização revolucionária tenha êxito.

O exemplo dos nossos amigos sul-africanos confirma uma vez mais que, na época actual, só os bolcheviques-leninistas, ou seja, os revolucionários proletários consequentes, mostram interesse sério pela teoria, analisam a realidade, aprendem eles próprios antes de ensinar aos outros. A burocracia estalinista, pela sua parte, já há muito tempo substituiu o marxismo por uma combinação de ignorância e insolência.

Nas linhas que se seguem, quero fazer algumas observações acerca do projecto de teses que devem servir de programa para a Liga Comunista da África do Sul. De modo algum oponho as minhas observações ao texto das teses. O meu conhecimento das condições na África do Sul é demasiado insuficiente para eu ter a pretensão de ter uma opinião plenamente articulada sobre uma série de questões práticas. Só nalguns casos me calhará exprimir desacordo com certas afirmações do projecto.

Mesmo nesses casos, contudo, e na medida em que posso avaliar à distância, não há *discordâncias de princípio* com os autores das teses: o caso são simplesmente algumas formulações políticas exageradas na luta contra a nefasta política do estalinismo (2). É, porém, do interesse da nossa causa não dissimular sequer imprecisões em certas formulações, mas, pelo contrário, submetê-las a exame público, de modo a chegarmos ao texto mais claro que for possível, impecável. É esse o propósito das linhas que se seguem, ditadas pelo desejo de dar aos bolcheviques-leninistas sul-africanos uma colaboração, seja ela ligeira, no imenso trabalho que empreenderam, pejado de responsabilidade. As possessões sul-africanas da Grã-

Bretanha só constituem um “dominion” no ponto de vista da minoria branca. No ponto de vista da maioria negra, a África do Sul é uma colónia escrava (3). Nenhuma revolução social — e por maioria de razão revolução agrária — é concebível, mantendo-se o domínio do imperialismo britânico sobre o dominion sul-africano. O derrube da dominação britânica na África do Sul é tão necessário ao triunfo do socialismo na África do Sul quanto na própria Grã-Bretanha.

A luta para correr com o imperialismo britânico, os seus instrumentos, os seus agentes, enquadra-se, pois, necessariamente, no programa do partido proletário da África do Sul.

O derrube do domínio do imperialismo britânico na África do Sul pode ser resultado da derrota militar da Grã-Bretanha e da desagregação do seu império; nesse caso, os brancos da África do Sul poderão manter ainda o seu domínio sobre os negros durante algum tempo, sem dúvida não muito longo. Outra variante, aliás possivelmente ligada à primeira, seria a revolução na Grã-Bretanha e nas suas possessões. Três quartos da população da África do Sul — quase 6 de 8 milhões — é gente de cor. A revolução vitoriosa, inconcebível sem o despertar das massas indígenas, conferir-lhe-á, por sua vez, o de que hoje tanto carece: confiança nas próprias forças, consciência mais intensa da sua personalidade, desenvolvimento da sua cultura.

Em tais condições, a República Sul-Africana será antes de mais nada uma República “negra”: o que, evidentemente, nem exclui a completa igualdade de direitos para os brancos nem relações fraternais entre as duas raças (o que depende sobretudo do comportamento dos brancos). Porém, é absolutamente evidente que a maioria esmagadora da população, liberta da dependência servil, aporá a sua marca determinante ao Estado.

Na medida em que a revolução vitoriosa mudará radicalmente não apenas as relações entre as classes, mas também as relações entre as raças, assegurando aos negros o lugar no Estado que corresponde ao seu número, a

revolução social na África do Sul terá igualmente carácter *nacional*. Não temos razão alguma para fechar os olhos a este aspecto da questão ou minimizar a sua importância. Pelo contrário, o partido proletário deve, por palavras e por actos, aberta e audazmente, tomar nas suas mãos a resolução do problema nacional (racial). Deve, porém, o partido proletário dar resolução a este problema pelos seus próprios *métodos*. O instrumento histórico da emancipação nacional só pode ser a *luta de classes*.

A Internacional Comunista tem, desde 1924 (4), transformado o processo de “emancipação nacional” dos povos coloniais numa abstracção democrática oca, elevada acima da realidade das relações de classes. Para lutar contra a opressão nacional, as diferentes classes livram-se — por um tempo — do seus interesses materiais, tornando-se simples forças “anti-imperialistas”. Para que estas “forças” imateriais cumpram de bom grado a tarefa que a Internacional Comunista lhes cometeu, promete-se-lhes como recompensa um Estado “nacional-democrático” imaterial (com a inevitável referência à fórmula de Lenine da “ditadura democrática dos operários e dos camponeses”) (5). As teses indicam que, em 1917, Lenine liquidou abertamente, e de uma vez por todas, a fórmula da “ditadura democrática dos operários e dos camponeses” como condição pretensamente necessária para resolver a questão agrária.

É absolutamente exacto. Contudo, para evitar qualquer mal-entendido, cumpre acrescentar: a) que Lenine falava sempre de ditadura revolucionária *burguesa-democrática*, não de um Estado “popular” imaterial, b) que, na luta pela ditadura burguesa-democrática, não propunha um bloco de todas as forças “anti-czaristas”, mas promovia uma política independente de classe do proletariado. O bloco “anti-czarista” era uma ideia dos socialistas-revolucionários russos e dos cadetes (6) de esquerda, ou seja, dos partidos da pequena e da média burguesia. O bolchevismo sempre travou uma luta implacável contra eles.

Quando as teses dizem que a palavra de ordem de “república negra” é tão nociva (“equally harmful”) à causa da revolução como a de “África do Sul para os brancos”, não podemos concordar com tal afirmação (7). Da parte dos brancos, o caso é manter uma dominação infame; da parte dos negros, são os primeiros passos para a sua emancipação. O direito total e incondicional dos negros à independência, temos de o reconhecer absolutamente e sem reservas. A solidariedade dos trabalhadores negros e dos trabalhadores brancos só se poderá elevar e reforçar com base numa luta conjunta contra a dominação dos exploradores brancos.

É possível que, depois da vitória, os negros hajam por inútil criar na África do Sul um Estado negro específico. É evidente que nós não lhes imporemos um separatismo de Estado. Eles, porém, que o reconheçam livremente, com base na sua própria experiência, não sob o chicote dos opressores brancos. Os revolucionários proletários nunca devem esquecer o direito das nacionalidades oprimidas a disporem delas mesmas, incluindo o seu direito à separação completa, nem o dever do proletariado da nação opressora de defender esse direito, inclusive, se preciso for, de armas na mão!

As teses realçam com razão que foi a revolução de Outubro que veio trazer à Rússia a solução da questão nacional. Os

movimentos nacionais democráticos foram em si mesmos impotentes para acabar com a opressão nacional do czarismo.

Foi unicamente por força de os movimentos das nacionalidades oprimidas, bem como o movimento agrário do campesinato, terem facultado ao proletariado a possibilidade de conquistar o poder e instaurar a sua ditadura, que a questão nacional, tal como a questão agrária, encontrou uma solução audaz e radical. A própria combinação dos movimentos nacionais com a luta do proletariado pelo poder só foi, porém, politicamente possível porque o partido bolchevique tinha, ao longo de toda a sua história, travado uma luta implacável contra os opressores grão-russos e apoiado sempre e sem reservas o direito das nações oprimidas à sua independência, até, e incluindo, à sua separação da Rússia (8).

A política de Lenine para com as nações oprimidas nada tinha, no entanto, em comum com a dos epígonos (9). O partido bolchevique defendia o direito das nações oprimidas a disporem de si mesmas pelos métodos da luta de *classe* proletária, rejeitando claramente charlatanescos blocos “anti-imperialistas” com os inúmeros partidos “nacionais” pequeno-burgueses da Rússia czarista (o PPS, o partido de Pilsudski (10) na Polónia, os “dachnaki” na Arménia (11), os nacionalistas ucranianos (12), os sionistas entre os judeus, etc.). O bolchevismo desmascara sempre sem piedade esses partidos, tal como os “social-revolucionários”, a sua natureza dupla e o seu aventureirismo e, sobretudo, a mentira da sua ideologia pretensamente acima das classes.

Nem sequer suspendia a sua impiedosa crítica quando as condições o obrigavam a concluir um ou outro acordo episódico, estritamente prático, com eles. Não podia ser questão de qualquer tipo de aliança permanente com eles debaixo da bandeira do “anti-czarismo”. Foi unicamente graças a uma política de classe *implacável* que, nas condições da revolução, o bolchevismo conseguiu afastar os mencheviques, os social-revolucionários e os partidos nacionais pequeno-burgueses e soldar em volta do proletariado as massas do campesinato e das nacionalidades oprimidas.

“Não devemos, dizem as teses, concorrer com o congresso nacional africano (13) no domínio das palavras de ordem nacionalistas no objectivo de conquistar os camponeses indígenas.” Em sim mesma, a ideia é justa, mas exige concretização. Não conhecendo com exactidão a actividade do congresso nacional, só posso esboçar a nossa política para com ele por analogia, sem deixar, aliás, de esclarecer que estou disposto a fazer todas as correcções necessárias às minhas propostas.

1. Os bolcheviques-leninistas são pela defesa do congresso tal como ele é, em todos os casos em que ele é sujeito ao açoite do opressor branco e dos seus agentes chauvinistas nas fileiras das organizações operárias.
2. Os bolcheviques contrapõem, no programa do congresso, tendências progressistas a tendências reaccionárias.
3. Os bolcheviques desmascaram aos olhos das massas indígenas a incapacidade do congresso para conseguir realizar mesmo as suas próprias reivindicações, em virtude da sua política superficial, conciliatória, e

lançam, em oposição ao congresso, um programa de luta de classe revolucionária.

4. Impondo-o a situação, acordos temporários com o congresso só são admissíveis no âmbito de tarefas práticas estritamente definidas, mantendo-se a completa independência da nossa organização e a nossa total liberdade de crítica política.

As teses lançam como palavra de ordem política central não o “Estado nacional-democrático”, mas o “Outubro” sul-africano. Mostram — e fazem-no com perfeita evidência

- a. que as questões nacional e agrária, na África do Sul, coincidem quanto ao fundo,
- b. que essas duas questões só podem ser resolvidas pela via revolucionária,
- c. que a resolução revolucionária destas tarefas conduz à ditadura do proletariado, dirigindo as massas camponesas indígenas,
- d. que a ditadura do proletariado abre a era do regime soviético e da edificação socialista. Esta conclusão representa a pedra angular de todo o edifício do programa. Nestes pontos, a nossa solidariedade é total.

É preciso, contudo, trazer as massas a esta fórmula “estratégica” através de uma série de palavras de ordem “táticas”. Estas só se podem elaborar, a cada etapa, com base em uma análise das condições concretas de vida e luta do proletariado e do campesinato, bem como de toda a situação nacional e internacional. Sem entrar neste domínio, quero apenas deter-me brevemente na questão da correlação entre as palavras de ordem nacionais e as palavras de ordem agrárias.

As teses destacam por várias vezes que começa por ser preciso lançar não reivindicações nacionais, mas reivindicações agrárias. É uma questão muito importante, que merece atenção séria. Atirar para segundo plano as palavras de ordem nacionais ou atenuá-las a fim de não repelir os chauvinistas brancos dentro da classe operária seria, bem entendido, criminoso oportunismo, absolutamente estranho aos autores e partidários das teses: isso resulta muito claramente destas teses, impregnadas de internacionalismo revolucionário. Dos socialistas que lutam pelos privilégios dos brancos, dizem muito correctamente as teses: “Há que ver que esses “socialistas” são os piores inimigos da revolução.” Resta outra explicação, indicada de passagem no próprio texto: as massas camponesas atrasadas sentem de modo muito mais imediato a opressão agrária do que a opressão nacional.

É perfeitamente possível: a maioria dos negros são camponeses (14), e a grande maioria das terras está nas mãos da minoria branca. Na sua luta pela terra, os camponeses russos depositaram durante muito tempo as suas esperanças no czar, e mantiveram-se cuidadosamente de parte de quaisquer conclusões políticas. Da palavra de ordem tradicional da intelligentsia revolucionária “Terra e liberdade!”, o mujik durante muito tempo só reteve a primeira parte. Foram precisas dezenas de anos de agitação agrária e de influência dos operários das cidades para que o camponês viesse a atar estas duas palavras de ordem.

O bantu pobre e escravo mal nutrirá mais esperanças no rei de Inglaterra ou em Macdonald (15). Contudo, o seu extremo atraso político reflecte-se também na sua falta de consciência nacional. Do mesmo passo, sente com grande

acuidade a servidão agrária e fiscal. Em tais condições, a nossa propaganda pode e deve partir, antes de mais nada, das palavras de ordem da revolução *agrária*, a fim de, passo a passo, trazer os camponeses, com base na sua experiência de luta, às conclusões *políticas* e *nacionais* necessárias. Se estas considerações políticas forem exactas, não está em causa o programa propriamente dito, mas saber qual a via a escolher para fazer penetrar esse programa na consciência das massas indígenas.

Levando em conta a fraqueza numérica das forças revolucionárias e a extrema dispersão do campesinato, não será possível, pelo menos no período mais próximo, intervir junto desta a não ser, sobretudo, senão mesmo exclusivamente, por intermédio da vanguarda operária. Tanto mais importante é educar esta última no espírito de uma compreensão clara da importância da revolução agrária para o destino da África do Sul. O proletariado do país compreende párias negros atrasados e uma casta privilegiada arrogante de brancos. Nisto reside a maior dificuldade de toda a situação. Os abalos económicos da época do capitalismo em apodrecimento, como as teses correctamente indicam, hão-de abalar profundamente as velhas divisórias e facilitar o trabalho de união revolucionária. O pior dos crimes, para os revolucionários, seria, em todo o caso, fazer a mínima concessão aos privilégios e preconceitos dos brancos. Quem dá o dedo mindinho ao demónio do chauvinismo está perdido. O partido revolucionário deve dar a cada operário branco a alternativa: Ou com o imperialismo britânico e a burguesia branca da África do Sul ou com os operários e camponeses negros contra os senhores feudais e escravagistas brancos e os seus agentes dentro da própria classe operária.

O derrube do domínio britânico sobre a população negra da África do Sul não implicará, naturalmente, ruptura económica e cultural com a antiga metrópole se esta última se tiver também livrado dos saqueadores imperialistas que a oprimem. Por intermédio dos brancos que ligarão, na prática, numa luta comum, a sua sorte à dos escravos coloniais actuais, a Inglaterra soviética poderá exercer sobre a África do Sul uma poderosa influência económica e cultural, desta feita não assente no domínio, mas nos princípios da entreaajuda proletária. Porém, a influência que a África do Sul soviética exercerá sobre todo o continente negro será porventura ainda mais importante. Ajudar os negros a apanhar a raça branca, de modo que ambas, de mãos dadas, se elevem a novos cumes de cultura, tal será uma das mais grandiosas e nobres tarefas do socialismo.

Quero, a concluir, dizer algumas palavras sobre organização legal e ilegal (“Concerning the Constitution of the Party”).

As teses salientam com razão o laço indispensável entre organização, programa e tática do partido. A organização deve assegurar o cumprimento de todas as tarefas revolucionárias, completando o aparelho legal com um aparelho ilegal. Ninguém propõe, evidentemente, criar um aparelho ilegal para funções que, nas condições actuais, podem ser preenchidas pelo aparelho legal. No entanto, logo que se aproximar uma crise política, será necessário criar células de reserva, ilegais, do aparelho, que, em caso de necessidade, se poderão ampliar. Além disso, há determinada parte do trabalho, aliás muito importante, que não pode, sob nenhuma condição, ser feita a descoberto,

sob o olhar do inimigo de classe. Ainda assim, a forma mais importante — no período actual — de trabalho ilegal ou semilegal (16), para os revolucionários, é o trabalho nas organizações de massa, acima de tudo nos sindicatos. Os chefes das trade unions representam uma polícia oficiosa do capital e travam uma luta impiedosa contra os revolucionários. Há que saber trabalhar dentro das organizações de massa sem se expor aos golpes do aparelho reaccionário. Um grupo revolucionário dentro de um sindicato, aprendendo pela experiência todas as regras conspiratórias elementares, saberá prosseguir o seu trabalho numa situação de ilegalidade quando as circunstâncias o exigirem (17)

(1) As “teses” em questão tinham sido resumidas no boletim da L.C.I., nº 2, com um primeiro comentário de Ruth Fischer. Os militantes da África do Sul próximos da Oposição de Esquerda, que a partir de 1930, foram excluídos do Communist Party of South Africa (C.P.S.A.), reagruparam-se em 1933 no Lenin Club fundado no Cabo. Duas tendências nele se defrontavam. Uma e outra redigiram teses que visavam à redacção de um programa para a África do Sul, que enviaram a Trotsky. Trotsky responde aqui às teses da maioria (que irá dar origem ao Spartacus Club e ao Workers Club, tendo como órgão *Umlilo Mollo*, A Chama), sendo verosímil que não tenha recebido as teses da minoria (que daria origem ao 4th International Club, com o órgão *Workers Voice*, *Izwi Bazebenzi*). Esta opunha, no seu texto fundamental (manifesto do Lenin Club de 1 de Maio de 1934), a unidade entre trabalhadores brancos e trabalhadores negros à palavra de ordem avançada pelo C.P.S.A. desde o início do “3º período”, de “república negra”, explicando que esta redundava em fazer dos camponeses atrasados vanguarda da revolução. Destacava a oposição de interesses entre os colonos de origem holandesa, a “burguesia dos boers”, e o imperialismo britânico, insistindo no desenvolvimento de actividades legais da organização revolucionária. A maioria, cujas teses Trotsky tinha entre mãos, afirmava, pelo contrário, que a revolução agrária era o problema nº 1 na África do Sul, a que a questão nacional se subordinava. Considerava a burguesia boer como fracção do imperialismo britânico dominante, afirmando além disso que as condições específicas da sociedade sul-africana condenavam os revolucionários à acção clandestina. Uma nota do *Bulletin* nº 5 esclarecia que as teses a que Trotsky respondia eram as da Communist League: não havia, porém, organização deste nome na África do Sul, mas apenas o projecto de a fundar.

(2) Trotsky alude aqui ao facto de a palavra de ordem estalinista de “república negra” proposta por Bukharine e pelo militante de cor do C.P.S.A. La Guma, adoptada em 1928, ter provocado, da parte dos bolcheviques-leninistas sul-africanos autores das teses, a reacção de afirmar que o alfa e o ómega da revolução na África do Sul era antes a questão agrária, assim subestimando a questão nacional.

(3) O termo dominion era então usado para os territórios do Commonwealth britânico dotados de governo “autónomo” e que, em 1931, tinham visto expressamente reconhecido o direito de secessão. No dominion África do Sul, porém, a maioria da população, os negros, expropriados e privados de direitos, encontravam-se submetidos a um vaivém perpétuo entre o trabalho efectivamente servo nas plantações, portos, minas, fábricas das cidades, por um lado, e as condições de fome que lhes eram impostas nas “reservas” por um Estado que representava o imperialismo e os capitalistas sul-africanos. Segundo o testemunho de Hosea Jaffe, historiador do movimento de libertação da África do Sul, esta definição de Trotsky entrou nessa data no vocabulário do movimento de libertação.

(4) O 5º Congresso da I.C., realizado logo após a morte de Lenine e a vitória, no partido, da troika Zinoviev, Kamenev, Staline sobre a oposição de esquerda de 1923, marcara, segundo Trotsky, o início do abandono das posições teóricas e programáticas elaboradas pelos quatro primeiros congressos.

(5) A “ditadura democrática dos operários e camponeses” era a fórmula proposta por Lenine, antes de Abril de 1917, para os países coloniais e semicoloniais, incluindo a Rússia. Servira e servia ainda de cavalo de batalha à direcção estalinista da Internacional Comunista, que a opunha à de “ditadura do proletariado”, que radicava na teoria da revolução permanente.

(6) Os constitucionais democratas, K.D. ou cadetes, eram, na Rússia czarista, o partido democrata burguês.

(7) Formalmente dirigida à maioria cujas teses conhecia, esta crítica aplicava-se igualmente à minoria do Lenin Club. Os dois grupos eram, com efeito, animados por militantes de origem europeia, a maioria dos quais tinha tendência a manter a balança em igualdade entre trabalhadores negros oprimidos e trabalhadores brancos privilegiados. A posição muito firme de Trotsky nesta matéria desfazia qualquer ambiguidade.

(8) Os bolcheviques-leninistas da África do Sul, que recusavam a palavra de ordem de “república negra”, nem por isso aceitavam esse “direito à separação”, que poderia, com efeito, implicar uma partição de base racial da África do Sul, atirando os negros para as partes mais pobres. Hosea Jaffe destacava, oito anos mais tarde, que a situação na África do Sul era diametralmente oposta à da Rússia czarista. O regime czarista oprimira as nacionalidades enquanto tais, sujeitando-as a uma rigorosa russificação, enquanto o sistema sul-africano favorecia um tribalismo artificial: o povo negro aspirava, segundo eles, não à “autodeterminação”, mas à unidade. Maioria e minoria concordavam a esse respeito.

(9) O termo “epígonos”, equivalente pejorativo de “sucessores” e correntemente utilizado por Trotsky para designar a direcção de depois de Lenine.

(10) O Partido Socialista Polaco (P.P.S.), dirigido pelo velho conspirador Jozef Pilsudsky (1867-1935), futuro marechal e ditador, representava, nas regiões polacas do império czarista, uma das principais organizações políticas nacionalistas, conquanto fosse, no mais, membro da IIª Internacional.

(11) O Dachnaksutsiun era o partido revolucionário arménio, fundado em Tiflis em 1890 com o objectivo da independência da Arménia turca. Tornara-se no partido da independência arménia.

(12) Numa Ucrânia em que as tradições nacionais eram muito vivazes, os movimentos nacionalistas unidos tinham ocupado o poder durante algum tempo em 1917-1918. No entanto, uma parte dos nacionalistas juntara-se ao poder soviético, com o antigo chefe do governo Vinnichenko, enquanto o chefe do exército, Petljura, se aliava à Polónia branca.

(13) O Congresso Nacional Indígena da África do Sul fora fundado em Janeiro de 1912 por diversas personalidades originárias da África do Sul que exerciam profissões liberais ou intelectuais na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Em 1925, tornara-se no Congresso Nacional Africano (ANC), primeira organização política da África do Sul a apresentar um programa baseado na unidade bantu, na igualdade política, económica e social entre negros e brancos na Igreja e no Estado, na supressão de qualquer forma de apartheid, etc. Era o principal partido nacionalista do país.

(14) Comentando, dez anos mais tarde, esta carta de Trotsky, um dirigente trotskista da África do Sul até 1946, M. Awerbuch, dito A. Mon, salientava a falta de informação de Trotsky, que tinha a impressão de que “existia realmente, económica e materialmente, um campesinato entre os africanos, que vivia sobretudo da terra e que a única coisa que queria era mais terra”. Sublinhava, em

contrapartida, que a verdade estava em que milhões de africanos tinham fome de terra e aspiravam a tornarem-se camponeses, mas só eram, na prática, “camponeses na aspiração”. Não obstante, realçava que a inexistência de campesinato africano na África do Sul só dava ainda mais peso à palavra de ordem de terra. (A. Mon, “A Comment on Trotsky’s Letter to South Africa”, *Worker’s Voice*, órgão da Fourth International Organisation of South Africa (F.I.O.S.A.), de Julho de 1945, vol. 1, n° 2).

(15) James Ramsay MacDonald (1866-1937), antigo dirigente do Labour Party e duas vezes ministro a esse título, tornou-se, depois de organizar a cisão do seu próprio partido, chefe de um executivo de União Nacional, que aplicava o programa e a política dos conservadores.

(16) As teses não mencionavam a “questão sindical”, porque fora antes adoptada por unanimidade uma tese especial sobre esta matéria.

(17) Segundo Hosea Jaffe (carta a P. Broué de 2 de Outubro de 1978), este texto de Trotsky constituiu o ponto de partida para uma longa e rica discussão dentro de todas as organizações anti-racistas e anti-imperialistas sul-africanas, em que participaram homens e mulheres que iriam figurar entre os fundadores e animadores de organizações como a All African Convention (1936), a National Liberation League (1938), o Non European United Front (1939), o Non European Unity Movement (1943), etc.

H. Jaffe considera, com efeito, que o programa do movimento de libertação da África do Sul foi elaborado a partir das teses fundamentais manifestadas por Trotsky neste texto, aos olhos dele histórico.

No imediato, tiveram vencimento no movimento as ideias desenvolvidas por Trotsky: importância da questão agrária, recusa de diferenciar entre “imperialismo britânico” e “burguesia boer”, tónica na unidade dos oprimidos “não europeus”. ●

África do Sul — Referências

O povo negro e o seu movimento de libertação chamam à África do Sul “Azânia”.

A colonização europeia começou no séc. XVII com os holandeses, em breve dominados pela colonização britânica, que se impôs no séc. XIX, inclusive através de guerras contra os colonos holandeses, os boers, que falam uma língua derivada do neerlandês, o afrikaans.

Em 1912 é fundado o Congresso Nacional Africano (ANC).

Em 1913, o Land Act expropria os africanos das suas terras, 87% das quais são apropriadas pelos brancos.

Em 1948, o Partido Nacional impõe o regime racista do apartheid, que concede estatuto privilegiado à minoria branca contra a maioria negra (negros, mestiços e indianos).

Em 1955, o ANC, o Partido Comunista e outros, nomeadamente os representantes da ala liberal da burguesia anglófona, adoptam a Freedom Charter, que define a África do Sul como país “de todos os seus povos”, legitimando implicitamente a minoria colonial branca.

Em Março de 1960, o regime racista massacra cento e oitenta negros na township (bairro de lata) de Sharpeville, por ocasião de uma manifestação contra a adopção do “pass” (passaporte interno imposto aos negros).

O regime proíbe o ANC e o PAC (Congresso Panafricanista), que cindira do ANC em 1959.

No final dos anos sessenta, a Organização dos Estudantes Sul-Africanos (SASO) e Steve Biko constituem o Movimento da Consciência Negra, que, em 1972, assumirá a forma organizada da Black Peoples Convention (BPC). Contra a Freedom Charter, a BPC combate por “uma Azânia, um povo, uma nação”.

Em Junho de 1976, em Soweto, a juventude negra subleva-se, apoiada pelo Movimento da Consciência Negra, contra o ensino obrigatório do afrikaans nas escolas. A repressão faz setecentos mortos. Steve Biko é assassinado na prisão em 12 de Setembro de 1977. No ano seguinte, os seus partidários fundam a AZAPO (Organização do Povo da Azânia).

Nos anos noventa, o regime racista em estertor enceta negociações com dirigentes do ANC — nomeadamente Nelson Mandela — e do Partido Comunista, empurrado pela burocracia do Kremlin.

À saída desta “Convenção por uma África do Sul Democrática” (CODESA), os acordos de Kempton Park (1994) dão o direito de voto aos negros, que votam em massa pelo ANC.

Mas a “cláusula de propriedade” dos acordos mantém o controlo da terra, das minas e dos meios de produção pela minoria branca, bem como o essencial do aparelho de Estado do regime racista, em nome da “reconciliação”.

Em 16 de Agosto de 2012, em Marikana, a polícia do governo do ANC dispara sobre os mineiros negros grevistas da companhia Lonmin. São mortos trinta e quatro mineiros, em greve por aumentos salariais com o sindicato AMCU. ●

Zimbabwe

A questão agrária e as sanções imperialistas

Correspondência dos simpatizantes da IVª Internacional no Zimbabwe

É crucial considerar a questão agrária para compreender as motivações e interesses subjacentes à situação no Zimbabwe. A Grã-Bretanha (antigo colonizador, NdR) nunca quis que a questão agrária fosse resolvida urgente e equitativamente. Desde o período colonial, tem-se atido estritamente a garantir o controlo ilegítimo dos brancos sobre a terra que pertence aos zimbabwenses negros.

O que se passa actualmente tem implicações para todo o continente africano, onde, depois das independências, famílias de colonos mantiveram o controlo de terras adquiridas indevidamente, assim perpetuando a expropriação de numerosos negros indígenas, que se viram espoliados das suas terras quando se deu a corrida europeia para a África. Sob o presidente Mugabe, o Zimbabwe cumpriu o movimento mais progressista de todo o continente africano, atacando o espinhoso problema da terra. A reforma agrária no Zimbabwe adquiriu enorme popularidade não só entre os habitantes do país, mas em toda a África e no terceiro mundo.

Contrariamente ao mito propagado pelos meios de comunicação ocidentais, segundo os quais foi Mugabe quem elaborou o movimento de reapropriação de terras para se manter no poder, a realidade é que o movimento foi lançado pelos antigos combatentes (da guerra de libertação, NdR) que já tinham esperado muito tempo, e pelos camponeses de Svosve e Goromonzi, que queriam terra e enfrentaram Mugabe em 1997. Chefes locais juntaram-se-lhes e apoiaram-nos. A apropriação das terras foi descrita pelos meios de comunicação ocidentais como acto de banditismo e causa do declínio da produção no país, como se fosse uma maldição e sacrilégio as terras irem parar às mãos dos negros.

Por instigação do ocidente, as sanções começaram há cerca de quinze anos como resposta à reapropriação, que viu

terras de que os fazendeiros brancos se tinham apropriado ilegalmente redistribuídas a mais de 300.000 zimbabwenses. As sanções incluem a recusa de acesso a empréstimos para o desenvolvimento, boicote de produtos exportados pelo Zimbabwe, pressões para desencorajar estrangeiros que queiram investir no Zimbabwe e acesso barrado a tecnologias, produtos e máquinas agrícolas. As sanções afectam principalmente a vida dos simples cidadãos. Os Estados Unidos emitiram restrições às deslocações, bloquearam a ajuda alimentar no momento mais forte da reforma agrária e interpuseram o seu veto quando o Zimbabwe se dirigiu ao Fundo Mundial de Luta contra a SIDA. A agricultura foi afectada e é-o ainda, pois necessita de subvenções para se tornar duradoura, enquanto as sanções tornam ainda mais difícil pôr de pé um sistema de crédito viável.

Tal como outros chefes de Estado, Mugabe cometeu erros. Porém, a reforma agrária é o que explica os ataques persistentes dos imperialismos britânico e americano. Estes intensificam agora os seus ataques contra este país pobre e atrasado. Apesar da política progressista do governo, e dada a falta de fundos, a esperança de vida caiu para 37 anos. Um quarto das crianças são órfãs. O afundamento da economia empurrou milhões de zimbabwenses para fora do país, para a África do Sul vizinha, onde estão sujeitos a trabalho precário e ataques xenófobos. O povo zimbabwense precisa de ajuda e apoio. Muito em breve a jovem geração da África do Sul, e não só, exigirá a terra e o controlo dos recursos mineiros; nesse terreno, o Zimbabwe está na ponta, defendendo a ideia de que os recursos e outros meios de produção devem voltar para os habitantes do país.

O Zimbabwe rejeitou o programa neoliberal de reestruturação no final dos anos noventa, depois de ter começado por obedecer às regras, para depois se dar conta de que isso lhe arruinava a economia. Em 1996, o governo Mugabe começou a deixar de aplicar as directivas do FMI. Em 1998, rejeitou-as abertamente e impôs novas barreiras aduaneiras para proteger as indústrias nascentes e encorajar os investidores zimbabwenses, o que era parte de um programa de discriminação positiva destinado a animar os africanos a reapropriarem-se da sua economia. Esta política opunha-se radicalmente não apenas à dos planos de

ajustamento estrutural do FMI, mas também aos objectivos de política externa dos Estados Unidos. Em 1999, a ruptura era completa. O FMI recusou emprestar ao Zimbabwe. Em Fevereiro de 2001, o Zimbabwe estava endividado com as instituições de Bretton Woods. Dez meses mais tarde, os Estados Unidos introduziram a chamada lei de “retoma económica e democracia no Zimbabwe”. Mugabe declarou: *“O Zimbabwe não é amigo do FMI e não há grande risco de vir a sê-lo no futuro.”*

Enviar tropas para a República Democrática do Congo, ajudando o recém-formado governo de Laurent Kabila a defender-se contra uma invasão vinda do Uganda e do Ruanda e apoiada pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos, e recusar salvaguardar os direitos de propriedade quando procurava tornar o país independente e democrático valeu-lhe aparecer como o diabo personificado aos olhos dos antigos grandes proprietários da Rodésia (nome do Zimbabwe sob a dominação colonial, NdR) e, no Ocidente, dos advogados das grandes empresas, dos bancos de investimento e das dinastias capitalistas que dominam a política externa dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e seus aliados.

Designar o Ocidente como responsável por apoiar os grupos da “sociedade civil” do Zimbabwe que procuram fazer cair o governo Mugabe não é nem imaginação nem paranóia ou divagação demagógica de um governo, agarrado ao poder, que se dirige aos sentimentos mais anti-imperialistas. É um facto publicamente notório. O governo americano admite

que quer ver o presidente Mugabe demitido das suas funções e que, nesse sentido, trabalha com a oposição, com sindicatos, grupos democráticos e organizações de direitos humanos para obter uma mudança de governo. O que se passa no Zimbabwe não deve espantar quem estude a história, já que não passa da simples execução dos planos de mudança de regime do Ocidente. A lógica imperialista consiste em dizer que, quanto mais pobreza, inflação e violência existam, mais as populações estarão dispostas a desembaraçarem-se dos seus dirigentes por qualquer meio. Por isso as embaixadas do Canadá e de França apoiaram abertamente as recentes manifestações de protesto no Zimbabwe. Semelhante demonização mais não é do que um reflexo do racismo ocidental. Pouco importam os milhões de pessoas mortas, mutiladas, oprimidas ou a morrer de fome por causa dos Bush, Blair, Clinton, Obama ou Trump/Clinton (quem quer que venha a ganhar as eleições) ou de qualquer outro chefe de governo ocidental, com as suas sanções, políticas, bombardeamentos e violências diversas: jamais eles serão apresentados de modo tão profundamente negativo.

Enquanto nos reunirmos em Mumbai para a Conferência Mundial contra a Guerra, a Exploração e o Trabalho Precário, vertamos tudo isto numa declaração e programa que denunciem as sanções ilegais adoptadas contra o Zimbabwe, pedindo à classe operária do mundo inteiro para lançar uma imensa campanha activa para exigir o levantamento das sanções contra o Zimbabwe. A luta continua!

Espanha

Contribuição para a discussão

Crise em Espanha, Crise Europeia

Desde Dezembro de 2015 que a Espanha se encontra sem governo. Pelo menos, sem governo com um primeiro ministro empossado pelo Parlamento.

Não que não houvesse governo de facto, gerindo, segundo a fórmula consagrada, os negócios correntes, ou seja, mantendo o rumo da política seguida pelo governo de Mariano Rajoy e pelo seu partido, o Partido Popular (PP), saído do aparelho de Estado franquista. Política e governo que levantaram contra si a classe operária e, mais amplamente, a população trabalhadora de toda a Espanha, bem como a cólera dos povos — do povo catalão e do povo basco — para quem o actual sistema político é acima de tudo um sistema de opressão nacional e de sonegação de direitos. Greves, greves nacionais de 24 horas, manifestações imensas têm marcado estes últimos anos, fazendo do governo Rajoy um dos governos mais rejeitados e desprezados que a Espanha conheceu desde a queda de Franco. E mesmo assim, esse governo perdurará...

As eleições gerais de 20 de Dezembro de 2015 surgiam como ensejo para reflectir eleitoralmente a profunda rejeição que anteriormente se manifestara. Porém, apesar de o partido de Rajoy ter sofrido perdas em massa, deixando de dispor de maioria absoluta no parlamento, o principal partido de oposição, o PSOE (Partido Socialista de Espanha, partido histórico da classe operária), teve o mais baixo resultado da sua história desde a queda de Franco. Mesmo com o apoio da nova formação saída do Movimento dos Indignados (Podemos), não chegava para a maioria parlamentar. Variadas maquinações e negociações depois, foi impossível encontrar uma solução. Nem Rajoy conseguiu reunir uma maioria, nem emergiu maioria alternativa. Foi, assim, preciso passar a novas eleições, que

ocorreram em 26 de Junho de 2016. O resultado veio a ser, essencialmente, o mesmo. O PSOE e o PP mantinham posições, mas Podemos perdia quase um milhão de votos relativamente ao escrutínio anterior (não obstante concorresse, desta feita, aliado aos restos do partido estalinista espanhol). Rajoy tentou de novo formar governo. De novo, não conseguiu reunir maioria: o PSOE decidiu votar “não”, embora algumas abstenções fossem suficientes para assegurar a continuidade governamental. Voltava-se ao mesmo impasse das eleições de Junho de 2015.

Não poucos comentadores começaram por se referir à situação como simples impasse parlamentar devido à complicação da paisagem política espanhola: depois da alternância entre dois grandes partidos rivais, passava a ser preciso, na sequência da formação de Ciudadanos e Podemos, contar com quatro partidos políticos — e era mais difícil gerir um quarteto do que um duo.

As raízes de uma crise profunda

Na realidade, o impasse reflectia uma crise profunda: a das instituições que governam a Espanha há quarenta anos, desde o desaparecimento de Franco e a desagregação do seu regime, das instituições da monarquia “continuista” instauradas por Franco, contra as quais objectivamente convergiam todas as lutas dos trabalhadores, todas as reivindicações democráticas e nacionais.

Crise profunda, inseparável do desastre económico e social programado pela União Europeia e cujas origens se encontram na política do governo do PSOE de Zapatero, em 2010, que abriu caminho à política hoje praticada por Rajoy. Este desastre tem mergulhado a maioria da juventude no desemprego, quando a taxa média oficial de desemprego se situa em 20%, valor que, de resto, camufla a significativa subida do emprego precário (por exemplo, ligado ao turismo, equivalendo, na prática, a emprego liquidado no final da temporada turística).

A crise em Espanha enquadra-se no conjunto de eventos que abalam todos os Estados da Europa no contexto de uma crise mundial. Nem a destabilização da Grã-Bretanha pelo Brexit nem a decomposição política que caracteriza a preparação das eleições presidenciais em França se podem dissociar do que se passa em Espanha. Jamais a fórmula empregada por

Trotsky a propósito dos Estados imperialistas, nos anos que se seguiram à primeira guerra mundial, se aplicou com tanta força como hoje: os governos da Europa são, de facto, *“assassinos presos à mesma corrente”*, corrente indispensável à sua sobrevivência, a corrente da União Europeia.

A vontade dos trabalhadores de toda a Espanha de pôr cobro a Rajoy participa do mesmo movimento que a determinação da classe operária francesa no seu combate contra a lei El Khomri e que a mobilização de sectores essenciais da classe operária britânica que arrancou o Brexit. Movimento que, em cada país, conjuga a necessidade de ruptura com a União Europeia com o enfrentamento com as instituições específicas com que a burguesia assegura a sua dominação de classe em cada país. Por isso, o que actualmente se desenvolve em Espanha tem cabimento numa discussão internacional. Este artigo é uma primeira contribuição para esta discussão.

Os “novos partidos”

Os “novos partidos” são fruto da crise. Ciudadanos surge, acima de tudo, como formação supletiva do Partido Popular, cuja vocação é repescar para o apoio a um governo do PP os eleitores que repudiam a personagem de Rajoy e a corrupção. Podemos tem um carácter diferente. Nasceu estribado, nomeadamente, no movimento dos “indignados”, que reuniu, especialmente entre a juventude, centenas de milhar dos que, mobilizando-se contra Rajoy, viravam todavia costas aos partidos tradicionais, como o PSOE.

“Nas posições políticas avançadas pelos “indignados”, coexistiam declarações contra a exploração capitalista e a reactivação de posições reaccionárias — contrapondo, por exemplo, à defesa da Segurança Social a ideia de um “rendimento individual” generalizado — ou apelos à democracia contraditoriamente conjugados com a aceitação das instituições existentes, especialmente a monarquia.” Nesta base confusa e contraditória se constituiu Podemos. As eleições municipais deram-lhe posições decisivas nas vereações de várias grandes cidades. Todos puderam observar a facilidade com que quem preconizava *“uma nova maneira de fazer política”* entrou na forma das instituições regionais e da adaptação às restrições orçamentais decididas pelo governo central no quadro das instruções da União Europeia. Este é um dos factores que explicam que uma fracção inteira do eleitorado que se virara para Podemos em 2015 o abandonasse poucos meses volvidos.

Já a constituição de Podemos, mas também a atracção que este novo partido exerceu junto dos jovens e dos trabalhadores que queriam pôr cobro ao governo Rajoy, é fruto da política da direcção do PSOE. Foi por o PSOE, para milhões de trabalhadores, se ter enfeudado completamente às instituições reaccionárias da União Europeia, arcando com larga parte da responsabilidade pela aplicação das políticas destrutivas levadas a cabo pelo governo Rajoy — pois fora o governo do socialista Zapatero quem as iniciara — que numerosos eleitores se afastaram do PSOE, procurando manifestar a sua vontade através de um voto em Podemos.

Os governos da Europa são, de facto, *“assassinos presos à mesma corrente”*, corrente indispensável à sua sobrevivência, a corrente da União Europeia

Este fenómeno é indissociável da crise aberta que está a rasgar a direcção do PSOE, iniciada nos últimos dias.

A cúpula do Partido Socialista espanhol (PSOE) explode

Formalmente, a crise do PSOE rebentou no dia 1 de Outubro de 2016, num Conselho Federal Nacional em que o secretário geral em exercício, Pedro Sanchez, ficou em minoria, por 133 votos contra 115, na votação de uma proposta de congresso extraordinário. Assim, o conflito que redundou na demissão do secretário geral não se armou abertamente por uma questão de orientação política. Consta universalmente, contudo, que na sua raiz esteve a recusa de Sanchez de “deixar passar” o governo Rajoy pela abstenção, isto é, como alguns disseram, ele ter sacrificado a “governabilidade” da Espanha a cálculos eleitorais. Não se esqueça que a mesma direcção do PSOE — a de Pedro Sanchez — se recusou a chegar a qualquer acordo com Podemos ou com formações catalãs “independentistas”, pois, naquela altura, para essas organizações políticas, tal acordo implicaria reconhecer, formalmente, a existência de um problema nacional.

Nem se esqueça que, depois das eleições de Dezembro de 2015, Pedro Sanchez preconizara a formação de um governo PSOE-Ciudadanos, o mesmo é dizer, de uma aliança de governo com um partido que defendia a política de Rajoy sem Rajoy.

É compreensível que, hoje, para muitos militantes do PSOE que não podem aceitar que o seu partido sirva, na prática, de estribo a Rajoy, a atitude de Sanchez apareça como elemento de resistência.

Mesmo assim, poder-se-á dizer, como fazem alguns, que Sanchez é um pólo “de esquerda” face a uma ofensiva da direita do partido? Na verdade, como explica o diário francês *La Tribune* (3 de Outubro): *“Pedro Sanchez, ponto de equilíbrio interno. Na realidade, Pedro Sanchez representava um ponto de equilíbrio, precário embora, dentro do PSOE. Dava garantias à esquerda e à direita do partido, recusando compromissos em matéria de referendo de autodeterminação na Catalunha, reclamado por Podemos mas rejeitado pelos “barões” do PSOE e pelas poderosas federações da Andaluzia e da Estremadura, mas rejeitando também dar apoio a Mariano Rajoy, a fim de manter a “fronteira” entre o PSOE e o Partido Popular (PP) conservador. Valha a verdade, tal ponto de equilíbrio só podia ser temporário, pois condenava o PSOE à passividade: não podia construir uma aliança à esquerda com Podemos e os independentistas catalães, sem tão-pouco poder apoiar Mariano Rajoy. A situação era, pois, insustentável a prazo, e tinha de resultar numa crise.”* (1) Sem embargo, um autêntico vento de revolta varreu as bases do partido. Reuniram-se já 60.000 assinaturas de militantes, exigindo um congresso extraordinário do partido (estatutariamente, tem de se convocar tal congresso se metade — mais um — dos militantes regularmente filiados no partido o pedirem: ora, contando o PSOE 180.000 aderentes, seria preciso passar a fasquia dos cerca de 90.000). Entre as 60.000 assinaturas, há 500 de alcaides das cidades em que o PSOE controla o município.

É, pois, um real movimento de fundo que ocorre. Transporta-o a recusa dos militantes do PSOE em verem o seu partido tornar-se em auxiliar de Rajoy. Movimento que os revolucionários têm a obrigação de apoiar incondicionalmente e sem a mínima hesitação. É, porém, evidente que o problema não diz unicamente respeito aos aderentes do PSOE. Está em jogo o futuro do combate da classe operária em Espanha, e é com ela, com a vanguarda que dela se está a destacar, que é preciso dialogar. A questão que se põe é, então, a das palavras de ordem e da política que permitam afirmar e impor a exigência que a revolta dos militantes do PSOE reflecte.

Entretanto, Mariano Rajoy aumentou as suas exigências, assegurando que não se contentaria com a abstenção, sendo, sim, necessário negociar um verdadeiro pacto de governo. No artigo antes mencionado, *La Tribune* articula o que considera ser a verdadeira questão: “*Que utilidade passará o PSOE a ter na política internacional quando se tornar “roda sobressalente” parlamentar do PP, sem poder influenciar a política governamental?*”

Como foi, em condições diferentes, o caso na Grécia, o que se põe é, de facto, a questão da sobrevivência do PSOE.

Ao redigirmos o essencial do presente artigo, ainda não se sabia se se acabaria por encontrar uma solução ou se, pela terceira vez, haveria que passar por eleições. Entretanto, a questão resolveu-se. Graças à direcção do PSOE, Rajoy poderá continuar a governar.

Reunido no dia 23 de Outubro, o conselho federal do PSOE decidiu, por 139 votos contra 96, que o seu grupo parlamentar se absteria no próximo debate de investidura. Na realidade, foram 140 os membros do conselho federal que não aprovaram esta decisão, pois aos 96 votos contra não-de acrescentar-se 44 abstenções, recusas e ausências. Ausência foi a escolha do ex-secretário geral, Pedro Sanchez (2).

Sejam quais forem as formas de que se venha a revestir a crise do PSOE, o seu aprofundamento reforça a necessidade de uma política independente.

Na origem da crise actual

A devastadora crise actual vem de longe. Tem origem na aceitação por parte da direcção do PSOE — desde que apoiou a Constituição de 1978, quadro institucional da vida política e social em Espanha desde a queda do franquismo — de se identificar com as instituições que, através da monarquia instaurada por Franco, prolongavam alguns dos aspectos do próprio regime franquista, estribadas agora na União Europeia. Com o passar dos anos, esta submissão exigiu à direcção do PSOE apoiar medidas cada vez mais reaccionárias, nomeadamente os “planos de austeridade” decididos pela União Europeia, que o governo Zapatero pôs em aplicação em 2010.

A crise profunda, irreversível, destas instituições, ao serem questionadas todas as fundações do regime instaurado em Espanha após a morte de Franco, não podia deixar de ter impacto directo na direcção do PSOE. Nessa ordem de ideias, a actual crise do PSOE é um reflexo da crise dessas

A devastadora crise actual vem de longe. A submissão do PSOE à Constituição de 1978 exigiu à direcção do PSOE apoiar medidas cada vez mais reaccionárias

instituições. Que, por seu turno, alimenta e agrava. Por isso, longe de nela se comprazerem, as forças afectas à preservação da ordem existente alarmam-se. O muito conservador semanário britânico *The Economist* escreve na edição de 8 de Outubro: “*Se partido político há que pode pretender ter inventado a Espanha moderna, é o Partido Socialista. Esteve no governo em 21 dos 39 anos que passaram desde que a democracia foi restaurada em Espanha. Sob a direcção de Felipe Gonzalez, conduziu o país à adesão à União Europeia e à NATO e modernizou a economia.*” *The Economist* continua, assegurando que, sob a direcção de José Luis Zapatero, o PSOE prosseguiu essa modernização no “domínio cultural”. Deixemos a *The*

Economist a sua concepção de “modernidade” e de “cultura”. Zapatero distinguiu-se, sobretudo, por praticar uma política de austeridade e de reformas, prelúdio do desastre actual e veículo da chegada ao poder de Rajoy.

O que é decisivo é que o PSOE desempenhou papel central quer na edificação quer no funcionamento das instituições pós-franquistas. Para compreender a situação actual, é preciso olhar de novo para as condições em que essas instituições foram criadas.

Como foi salva a ordem burguesa quando o franquismo se estava a desagregar?

Com o fito de apagar os sucessos revolucionários que marcaram a Espanha a seguir à morte de Franco — ocorrida em 20 de Novembro de 1975, quando a ditadura franquista instaurada sobre a derrota da revolução espanhola conhecia já uma crise de desagregação — não poucos historiadores põem a tónica na “continuidade”, destacando, por exemplo, que o desenvolvimento da economia espanhola ocorreu sob a ditadura, depois da reintegração oficial da Espanha de Franco no “concerto das nações”. Continuidade houve, sim, a da exploração, reflectida, por exemplo, no facto de ter sido com o concurso do imperialismo mundial, em primeiro lugar do imperialismo americano e seus parceiros europeus, que a ditadura se pôde manter.

Há outra continuidade, a da luta de classes, muito particularmente a da luta da classe operária — associada à jamais abafada oposição dos povos, cuja opressão nacional a ditadura franquista agravou a todos os níveis. Acção da classe operária afirmada logo em 1951 na grande greve dos transportes públicos de Barcelona, que encontraria seguimento nas greves de 1963. Nunca se esqueça que o proletariado de Espanha é aquele que, em 1936, iniciou a revolução mais profunda na Europa desde a Revolução Russa, começando praticamente a destruir o Estado burguês, e que a sua derrota não foi unicamente resultado do apoio de todas as potências capitalistas — e da burocracia estalinista — ao isolamento e esmagamento militar do campo republicano, mas, acima de tudo, das políticas de traição das direcções, estalinistas e social-democratas, da classe operária de Espanha. Apesar da feroz repressão, a tradição da revolução, as suas lições, viviam na consciência das massas trabalhadoras de Espanha, ressurgindo a cada luta (3). Era o combate da classe operária que punha na

ordem do dia a liquidação das instituições da ditadura, tornando extremamente difícil à burguesia espanhola remodelar “pacificamente” as suas formas de dominação — a isso, porém, do mesmo passo a obrigando.

O regime dito da “transição”, dado à luz em 1977-78, haveria de nascer enquanto principiava uma luta revolucionária afirmada tanto na mobilização da classe operária madrilenha após os assassinatos de Atocha (4) como nos combates que então se feriram no País Basco. Para impedir que o descalabro do franquismo se transformasse em interpelação directa do próprio regime burguês pela acção das massas, foi então necessária a mobilização da burocracia estalinista e da sua agência em Espanha, que desempenharia um papel de primeira ordem até se ter reorganizado e controlado o aparelho do partido social-democrata, o PSOE.

Sob a palavra de ordem “*a questão não é monarquia ou República, é ditadura ou democracia*”, as direcções estalinista e social-democrata caucionaram a instauração de um regime que, sob a aparência da democracia, conservava um elemento essencial do franquismo: a monarquia restaurada pela ditadura, encarnada na pessoa de Juan Carlos, entronizado pelo próprio Franco como elemento chave da continuidade (5). A monarquia não era a simples “monarquia constitucional” que pretendia ser, desempenhando antes um papel central no coração do aparelho de Estado, cujas componentes essenciais (exército, polícia, justiça, administração superior), formadas no quadro da ditadura e para defendê-la, se preservaram.

Com um dispositivo parlamentar à ilharga, é certo, que reconhecia a existência dos partidos. Não era, aliás, só fachada: uma série de liberdades essenciais, como o direito à greve, o direito a constituir organizações sindicais, foram reconquistadas não graças à generosidade dos dirigentes do Estado franquista, mas à força dos trabalhadores. Porém, esses direitos e liberdades ficaram encerrados num espartilho constitucional que assegurava a continuidade do Estado franquista. A Constituição instaurada em 1978 fora elaborada por representantes da UDC — continuação directa do aparelho de Estado franquista e predecessora do PP, partido de Aznar e Rajoy —, por representantes do Partido Comunista, do PSOE, dos partidos nacionalistas burgueses do País Basco e da Catalunha.

A Constituição atribui ao exército a missão de defender não apenas “a independência de Espanha e a sua soberania”, mas também a “ordem constitucional”, fazendo da manutenção da ordem a sua tarefa central (artigo 8º). Nesse quadro, o rei, no mais, dotado de amplas possibilidades de intervenção no funcionamento do executivo, assume “o comando supremo das forças armadas” (artigo 62º). A Constituição consagra igualmente, no seu artigo 135º, a obrigação de o orçamento do Estado dar prioridade ao reembolso da dívida. Sacralizava a unidade de Espanha, entrando, nessa matéria, em contradição com o que haviam afirmado tanto o Partido Comunista como o PSOE na sua luta contra o franquismo (6). A Constituição viria agravar os problemas nacionais presentes na Catalunha e no País Basco, ao tentar afogá-los

em 17 “autonomias regionais” em que se recortava a Espanha.

Logo de entrada as direcções do PSOE e do PC se associaram organicamente a essas instituições reaccionárias. Tal como a Espanha franquista só pudera sobreviver graças à sua

cooperação dependente com o imperialismo americano, com quem muito cedo (1953) negociara uma cooperação militar, o regime da “transição” só se pôde manter enxertando-se completamente em todos os planos reaccionários à escala do continente europeu.

Se caso há em que plenamente se verifica não serem as instituições reaccionárias da União Europeia apenas um espartilho externo, mas, do mesmo passo, uma dimensão indispensável à estabilidade e perpetuação das instituições

reaccionárias nacionais, esse caso é o da Espanha. A monarquia “continuista” só pôde sobreviver integrada na União Europeia.

Hoje, quando a liquidação das instituições da União Europeia se articula, para todas as classes operárias do continente, como reflexo directo das necessidades mais imediatas da luta contra as catástrofes sociais e económicas em curso em cada país, em Espanha, a luta pela ruptura com a União Europeia está estreitamente entrelaçada com o combate contra a monarquia e pelo direito dos povos.

Em 2010, transpõe-se um marco

O crescimento da economia espanhola nos últimos anos do séc. XX e nos primeiros do corrente século mergulha as suas raízes mais fundas na dependência cada vez mais estreita do capital financeiro internacional — em que o capitalismo espanhol tem, sim, lugar, mas em posição de estrita subordinação. A crise mundial que rompeu em 2007-2008 açoitá-lo-á, pois, com especial força. Tornava-se necessário recorrer a todos os meios disponíveis para fazer a classe operária e as massas trabalhadoras no seu conjunto pagarem a conta do descalabro engendrado pelo funcionamento do sistema capitalista.

Empreiteiro desta obra será o dirigente do Partido Socialista, Luis Zapatero, primeiro ministro a partir de 2009. Convocado a Washington em 2010, volta com um plano de austeridade que compreende, nomeadamente, reduzir os salários dos funcionários públicos, congelar os salários em geral, pôr em causa as leis laborais em vigor, nomeadamente em matéria de despedimentos, etc. Do mesmo passo, o tribunal constitucional atacava as prerrogativas concedidas à Catalunha.

Estes ataques frontais contra a classe operária e os povos provocaram um conjunto de grandes movimentos que mobilizaram milhões de trabalhadores das cidades, os camponeses e a juventude.

As direcções das organizações sindicais, tanto da UGT como das Comisiones Obreras, vêem-se obrigadas a oporem-se a um governo cujo advento tinham todavia aplaudido. O seu apoio à recusa dos trabalhadores traduzir-se-á num apelo à greve geral e a manifestações contra os planos avançados

A Constituição monárquica atribui ao exército a missão de defender não apenas “a independência de Espanha e a sua soberania”, mas também a “ordem constitucional”

por Zapatero. Entretanto, o protesto do povo catalão contra tentativas de apertar ainda mais a opressão a que está sujeito levam-no a desfilar numa manifestação de mais de um milhão de pessoas, em Barcelona, ao som da palavra de ordem “Somos uma nação, temos o direito de decidir”. A manifestação fora convocada pelos partidos nacionalistas, mas também pelos sindicatos, UGT e CCOO.

Em 29 de Setembro de 2010, decorre uma greve geral contra as decisões do governo. Em 2011, dão-se em todas as cidades de Espanha manifestações imensas, que continuam pelos anos seguintes. Se estes movimentos não encontram expressão política unificada, a razão está em as direcções do movimento operário, especialmente as direcções sindicais, os terem retido no quadro de “jornadas de luta sucessivas”, posição assim justificada pelo secretário geral da UGT catalã, M. Alvarez, considerado, todavia, como um dos elementos mais à esquerda da confederação, de que se tornará secretário geral em 2015: “As medidas tomadas pelo governo não merecem uma greve geral, merecem uma série de greves”.

Um sistema esgotado

Os desenvolvimentos da luta de classes em Espanha, assim como à escala internacional, deram azo a uma irreversível crise global do sistema político instaurado em 1978.

O impasse em que ele se acha põe na ordem do dia o seu desaparecimento, substituído por outras relações políticas, como numerosos comentadores da burguesia espanhola observam. Mas quais?

À classe operária põe-se objectivamente a questão do poder. É categórico que à burguesia, para estabilizar as condições da sua dominação, não resta outra saída que não seja empreender a liquidação de tudo o que a classe operária conquistou pela luta. Para os trabalhadores, opor-se a esta empresa implica arrancar à burguesia exploradora as armas de que ela dispõe, isto é, substituir o poder da burguesia pelo seu poder, o poder da sua representação política, o governo burguês, pelo seu governo.

Isto implica avançar com as exigências sociais imediatas que a situação em que se acha mergulhada a Espanha de hoje impõe, a começar pela questão do desemprego e do restabelecimento de serviços públicos dignos desse nome. E começa por se levarem por diante os direitos democráticos que o regime, dito de transição, durante quarenta anos recusou aos cidadãos de toda a Espanha e aos povos oprimidos, em resultado das próprias condições em que o Estado burguês se constituiu em Espanha — opressão ainda agravada pela ditadura franquista e mantida ao longo do sistema das autonomias.

Ao querer especificar o que designava de “teoria da revolução permanente”, Leão Trotsky era levado a referir-se à Espanha. Lembrava que, se o capitalismo, em Espanha, se contava entre os imperialismos mundiais, o país era, não obstante, um dos “mais atrasados da Europa, o que se reflectia, nomeadamente, em não ter conseguido resolver plenamente a questão da unidade nacional, permanecendo politicamente uma monarquia até 1931.” Trotsky recordava

Há-de-se deixar Rajoy continuar a governar? É necessário revogar a lei laboral instituída por Rajoy, condenada por todas as organizações sindicais?

que “a palavra de ordem de República também é, bem entendido, palavra de ordem do proletariado. Porém, para os proletários, o que conta não é apenas substituir o rei por um presidente, mas sanear radicalmente a sociedade, varrendo o lixo deixado pelo regime feudal.”

Trotsky mais realçava a importância da questão agrária e da questão nacional, da qual escrevia: “Os operários defenderão integralmente e sem reservas o direito dos catalães e dos bascos a viverem em Estados independentes, caso a maioria se pronuncie pela separação completa. O que não quer dizer que a elite operária deva empurrar os catalães e os bascos para a via do separatismo.”

As posições então avançadas por Trotsky mantêm toda a sua actualidade na situação presente. A República é, evidentemente, a destruição da instituição monárquica restaurada por Franco no topo do Estado. A República é a soberania do povo, ou seja, o exercício do seu direito a designar livremente os seus representantes, que, reunidos em assembleia constituinte, sem qualquer autoridade acima deles, decidam das leis que por que a Espanha se há-de reger. A República é a soberania do povo, contraditória com o conjunto de tratados que lhe foi imposto pelos governos da monarquia franquista, nomeadamente o tratado e as instituições da União Europeia.

A soberania do povo, como bem realçava Trotsky, é o direito dos povos a disporem de si mesmos.

Isso mesmo constituiu a base do programa político defendido desde 1978 pela IVª Internacional em Espanha: a abolição da monarquia, a República, que hoje, ante a realidade da opressão nacional e da vontade dos povos de acabar com ela, significa Repúblicas Livres de Espanha, em que os representantes soberanos dos povos decidam que relações querem manter com as outras componentes da Espanha: separação — se for essa a vontade do povo — ou estabelecimento de uma Federação das Repúblicas Livres de Espanha.

Hoje, os trabalhadores e os povos de Espanha enfrentam uma ofensiva destinada a salvar o regime instaurado em 1978, que desaba; defrontam-se com uma catástrofe económica e social engendrada pela crise do sistema capitalista no quadro da União Europeia.

O ponto de partida da resistência é, naturalmente, dado pela exacta natureza de que esses ataques se revestem. Hoje, concentra-se, pois, nestas questões: há-de-se deixar Rajoy continuar a governar? É necessário revogar a lei laboral instituída por Rajoy, condenada por todas as organizações sindicais?

Porém: significarão estas questões imediatas que se deva remeter para segundo plano o conjunto de problemas políticos suscitados pela luta de classes, ou esperar por novos desenvolvimentos antes de os colocar?

Bem pelo contrário. Do grau que a crise em todos os aspectos atingiu, segue-se que, para as necessidades de acção mais imediata, com objectivos mais limitados, é indispensável articular uma perspectiva política clara e, feito isto, dialogar com todos os que querem acabar com Rajoy. Por outras palavras,

as palavras de ordem de Repúblicas Livres, de Cortes Constituintes, de ruptura com a União Europeia e de abolição da monarquia devem hoje encarnar não em discursos para consumo interno ou pretensamente reservados a uma elite, mas sim em uma acção e formas de organização saídas da intervenção de uma vanguarda.

Não que se devam proclamar ideologicamente fins últimos, dissociados das lutas presentes, mas, pelo contrário, alimentar o movimento real tal qual ele se desenvolve.

Com esta base iniciarão os militantes do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) a discussão com militantes de todas as tendências do movimento operário em Espanha.

François Fogue,
24 de Outubro de 2016

(1) O que a decisão do conselho federal do PSOE referida mais abaixo no presente artigo, amplamente confirmou.

(2) Pedro Sanchez enviou um tweet que dizia: *“Não tardará o momento em que os militantes recuperarão e reconstruirão o PSOE. Um PSOE autónomo, afastado do PP e em que a base decida. Coragem.”*

(3) Quando da vaga revolucionária de 1936 em França, Trotsky comentou que a classe operária francesa não era “noviça”; nas suas águas vivia uma “grande tradição”. Outro tanto vale para a classe operária de Espanha: se a tradição da Comuna era um factor da situação na França de 1936, hoje, em Espanha, o levantamento de Julho de 1936, tal como as jornadas de Maio de 1937, não o são menos.

(4) Em Janeiro de 1977, nos arredores de Madrid, militantes e advogados do Partido Comunista Espanhol foram assassinados por sicários franquistas. A direcção do PCE mobilizou toda a força do seu aparelho para conter a imensa mobilização dos trabalhadores de Madrid provocada pelo massacre.

(5) Juan Carlos prestara juramento a Franco já em 1969. É então designado oficialmente seu sucessor e elevado a príncipe de Espanha.

(6) Assim, no seu congresso no exílio de 1974, o PSOE adoptou a seguinte resolução: *“A solução definitiva do problema das nacionalidades que integram o Estado espanhol parte indefectivamente do pleno reconhecimento do direito de autodeterminação das mesmas, que inclui a possibilidade de cada nacionalidade poder determinar livremente as relações que virá a manter com os restantes povos que integram o estado espanhol (...).”*

Brasil

De todo o Partido dos Trabalhadores sobe uma exigência:

Para devolver a palavra aos militantes, convocar imediatamente um congresso extraordinário

Passada a primeira volta das eleições municipais, de que o Partido dos Trabalhadores saiu muito combalido, o PT atravessa a crise mais grave da sua história, uma crise existencial. Dentro do partido, o debate é intenso: que lições podem e devem se tirar desse desastre político? Como inverter um rumo que pode acabar no desaparecimento do PT?

Quem é capaz de responder a estas duas perguntas?

Há quem entenda, como Lula e a corrente majoritária da direção do PT, que não é caso de consultar a militância. Segundo eles, não serve para nada virar do avesso o calendário do PT, que só prevê a eleição da direção no ano que vem (pensam em Abril de 2017, no mínimo). Mas, sobretudo, para eles nem pensar em pôr em questão o PED (Processo de Eleição Direta da direção), ou seja, que a direção seja eleita antes de o congresso definir pelo voto a orientação do partido, o mandato à direção definido pelos militantes, através dos seus delegados, para o próximo período. Quase todas as outras correntes denunciam o PED, que, dizem, retira esse poder aos militantes; e isso só pode ter como consequência agravar a crise e a ameaça de o PT rebentar.

Este Partido, nascido de grandes greves contra a ditadura militar que governou o país desde 1964, rapidamente juntou a quase totalidade das correntes políticas operárias e populares existentes no Brasil. O partido que se formou conheceu, em toda uma época, uma democracia interna sem par: direito de tendência, intensa vida dos organismos de base, votação e eleição das direções em assembleias de base... Na sua essência, o que ocorreu, cujo alcance em muito ultrapassa o Brasil, foi uma etapa no processo que o professor universitário José de Souza Martins, especialista de

relações sociais e política no Brasil, definiu como “*o momento petista da nossa República*” (1). “*Momento*” que se abriu há quase 27 anos, quando 110 militantes operários de diversas obediências políticas decidiram fundar um partido dos trabalhadores. Desde o início, este partido teve de afirmar o seu carácter de classe: “*Partido dos Trabalhadores*” contra “*Partido da Sociedade*”, como pretendia a igreja católica ligada à onnipresente “*teologia da libertação*”.

Quando, mais tarde, os militares foram obrigados pela luta de classes a largar as rédeas do poder, foi necessário optar entre aqueles que, cedendo à pressão do imperialismo, aceitavam o regresso negociado dos civis ao poder sem ruptura política nem institucional (seguindo o modelo que prevaleceu na sucessão de Pinochet no Chile), e aqueles, maioritários no PT, que impuseram as “*diretas já!*” e a ruptura com o regime militar, a sua política e as suas instituições. Na época, isso custou ao PT a exclusão de três dos seus oito deputados, que aderiram à “*transição negociada*”.

Foi nesta base que o PT se construiu como partido operário de massas, ganhando posições na sociedade burguesa de um país dominado, nas vereações, nos parlamentos dos estados federados, no Congresso, no Senado, chegando até à cúpula da federação, a presidência da República.

Porém, com o passar dos anos, nomeadamente após a primeira eleição de Lula para a presidência da República, em 2002, aquelas posições, que deviam e podiam ter servido de alavancas à luta dos trabalhadores, dos sem-terra e da juventude brasileira, foram desempenhando cada vez menos esse papel.

Se bem que não caiba menoscar as medidas sociais tomadas durante os treze anos de presidência PT, a “*bolsa família*”, a “*luz para todos*”, “*minha casa, minha vida*”, o “*programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar*”, a “*segurança alimentar e nutricional*”, durante esses treze anos de governação, a direção do PT foi-se tornando cada vez mais abertamente em instrumento de uma política que o imperialismo lhe ditava. Política perfeitamente resumida no abandono da reforma agrária; na recusa de renacionalizar as empresas nacionais privatizadas pelos governos anteriores; na recusa de liquidar os restos institucionais herdados da ditadura; na recusa de romper

com o pagamento da dívida externa e na instauração do “superavit fiscal primário”, garantindo a prioridade absoluta do reembolso da dívida. Foi esta política que preparou o actual descalabro eleitoral do PT, de que o imperialismo e a oligarquia brasileira pretendem agora tirar partido para acabar definitivamente com o PT e a CUT.

Nestas circunstâncias, haverá tarefa mais urgente do que devolver imediatamente a palavra aos militantes, permitindo-lhes reapossar-se de um partido que seja verdadeiramente seu?

Essa é a pauta que seguem os militantes que integram, no Brasil, a FCI (Fracção Comunista Internacionalista) da corrente O Trabalho do PT, que estão submetendo aos militantes e responsáveis do PT uma petição pela convocação de um tal congresso extraordinário nos mais breves prazos, lançada por 69 militantes e responsáveis de diversas tendências. Este debate interno ao PT decorre num momento marcado por fortes mobilizações de classe.

Reunidos em São Paulo no dia 19 de Outubro, os dirigentes das centrais sindicais brasileiras definiram um calendário de mobilizações para o próximo período. Realçaram a importância da unidade realizada, de modo que as mobilizações possam continuar crescendo e fortalecendo a resistência da classe operária. Apela a um “dia nacional de greve” no dia 11 de Novembro.

Ao sair dessa reunião intersindical, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Wagner Freitas, congratulou-se com a unidade realizada, que disse, se enquadrava num processo “*de acúmulo de forças rumo à greve geral contra o governo ilegítimo de Temer saído do golpe de Estado constitucional*”.

**António Pessoa,
23 de Outubro de 2016**

(1) “Do PT das lutas sociais ao PT do poder”, editora Contexto (Brasil)

Após a primeira volta das municipais

O PT em perigo!

Para ajudar os trabalhadores e os jovens a reapossarem-se de um partido que seja realmente deles!

Declaração da Fracção Comunista Internacionalista (FCI)

No 1º turno da eleição municipal de 2 de outubro o PT perdeu 10 milhões dos 17, 2 milhões de votos conquistados na eleição municipal de 2012. Perdeu 60% de prefeituras.

Essa derrota não pode ser vista como um percalço eleitoral, como uma “beleza da democracia”, onde agora o PT perdeu para mais tarde voltar a ganhar.

(...) Estamos em meio a um golpe, com a imposição pelo grande capital e pelo imperialismo de um governo ilegítimo, incumbido de promover uma política de austeridade e regressão social de proporções avassaladoras, com destruição de milhões de empregos, privatização do que resta de empresas e patrimônio estatal, definhamento dos serviços públicos, arrocho salarial e destruição de direitos trabalhistas e previdenciários. Todo o traço de soberania nacional está em questão como aconteceu essa semana com a entrega do pré-sal para o controle das multinacionais.

Ninguém pode fechar os olhos para os ataques (...) cujo alvo é a criminalização do partido e seus dirigentes. (...) Mas, é a Lava Jato a fonte de tanta frustração e distanciamento de nossa base social? Ou a Lava Jato se vale desse distanciamento para perseguir um partido que se isola cada vez mais de sua base de sustentação? (...) O que foi feito nesse sentido em 13 anos do PT no governo do país?

Treze anos no governo e prevaleceu não levar adiante a reforma agrária, a reestatização das empresas privatizadas como a Vale do Rio Doce, a democratização dos meios de comunicação, a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, o imposto sobre grandes fortunas, uma reforma

tributária progressista e contra os grandes sonegadores, uma auditoria da dívida pública na direção do não pagamento, a não realização da reforma do sistema político que guarda resquícios importantes da ditadura militar e que tem como base o “presidencialismo de coalizão”, que a pretexto da governabilidade levou às alianças espúrias nas quais o PT se envolveu.

(...) O PT, esse partido fundado pela classe trabalhadora como instrumento de luta e transformação social, precisa ser salvo da destruição e para isso é preciso reatar com sua base social.

(...) O grande vitorioso nessas eleições, todos reconhecem, foi o “voto em ninguém” (abstenções, voto nulos e brancos). Esse é o dado maior da situação e que ressalta que os trabalhadores, os jovens, rejeitam o atual sistema político que em nada reflete as suas aspirações, pelo contrário, as despreza e contraria. A rejeição eleitoral de agora retoma o que milhões de jovens já anunciavam com suas mobilizações em junho de 2013: é preciso uma reforma política que ponha fim às atuais instituições reacionárias como o Congresso Nacional, que carregam fortes resquícios da ditadura militar e que agem no interesse das grandes oligarquias econômicas nacionais e estrangeiras.

Então, a melhor maneira para o PT reatar desde já com suas bases sociais não seria retomar com força, agindo como partido militante, uma campanha pela reforma política através de uma Constituinte Soberana, ligando isso às lutas de resistência que começam a pipocar e podem culminar na Greve Geral contra as medidas de ajuste que já tramitam e

que devem ser votadas nesse Congresso de canalhas e golpistas? (...) [O que, no imediato, implica a] antecipação do Congresso Extraordinário do partido para dezembro desde ano ou começo de 2017, com eleição de delegados em Encontros de militantes e escolha de novas direções municipais, estaduais e nacionais nesse processo. Para nós não basta colocar esse ou aquele militante para presidir o

partido como uma medida de salvação se não houver um plano de ação política que ligue o partido às aspirações populares e às lutas sociais, e internamente permita à militância ter a palavra e poder de decisão.

**Fracção Comunista Internacionalista (FCI)
d'O Trabalho — 7 de Outubro de 2016.**

Apelo

O PT está ameaçado. É urgente um Congresso que dê a palavra aos militantes

O resultado eleitoral, com a perda de 10 milhões de votos, é um sintoma da grave ameaça de destruição que ronda o PT. (...) As oligarquias econômicas e políticas promoveram um golpe aproveitando-se das frustrações com o PT no governo, com a política de alianças amplas e a renúncia em avançar as reformas estruturais de base que iam de encontro às aspirações sociais dos trabalhadores, dos jovens, e da maioria do povo.

O grande capital, por intermédio do governo golpista e ilegítimo de Temer, e com a colaboração de um Congresso Nacional extremamente impopular, busca agora pôr em prática uma política de austeridade e de regressão social avassaladora (...). Só há uma saída para a sobrevivência do partido: voltar a ser um instrumento de organização e luta dos trabalhadores da cidade, dos sem-terra, dos jovens, dos oprimidos do país pela satisfação de suas reivindicações e aspirações por soberania e direitos.

O primeiro passo nessa via é a convocação pelo Diretório Nacional, que se reunirá em 10 de Novembro, de um Congresso Extraordinário do partido a se realizar no mais curto espaço de tempo, preferencialmente esse ano. Um Congresso onde seja dada a palavra aos militantes e os delegados sejam eleitos em encontros eletivos desde a base. Para conduzir o partido e a preparação do Congresso Extraordinário a Direção Nacional deve indicar uma nova Comissão Executiva Extraordinária, composta de todas as correntes nacionais, capaz de assegurar o funcionamento e o engajamento do PT nas lutas sociais e políticas em curso contra as investidas do governo golpista de Temer.

Este apelo, lançado por 39 militantes, representantes eleitos e sindicalistas, está sendo assinado em todo o país.

Lançam este apelo:

Santa Catarina: Lino Fernando Bragança Peres (vereador reeleito em Florianópolis), Antônio L. Battisti (candidato a prefeito em S.José); Murilo Silva (mandato do dep. estadual Padre Pedro); Manoel C. Andrade (arquiteto, func. público aposentado – Florianópolis); Luiz Hamilton de Moura Ferro (ex-dirigente sindical bancário, aposentado da CEF-

Florianópolis), Johnson G. Homem (advogado, Florianópolis), Silvia Agostini (jornalista, filiada em Joinville).

Paraná: André Machado (candidato a vereador em Curitiba), Cleiton Damasceno do Carmo (candidato a prefeito em Sarandi), Paulo Antunes (dirigente sindical petroquímico, candidato a vereador em Araucária), Cláudio Ribeiro (adv. trabalhista, fundador do PT- Curitiba), Ana Busato (dirigente sindical bancária- Curitiba), Luis Beto Olivera, Gringo (atua no mov. popular por moradia - Curitiba), Anísio G. Homem (escritor, tradutor, ex-dirigente estadual, Curitiba), Darli de Fátima Sampaio (militante PT Curitiba, DZ Matriz), Emmanuel Appel (candidato a governador em 86, prof.universitário), João Paulo Mehl (militante coletivo soylocoporti, intervozes, PT Curitiba DZ Matriz), Anísio Donizete da Silva (PT Curitiba, DZ Cajuru), Milton Alves (assessor sindical e blogueiro – Curitiba), Edison Taques (Psicólogo, func. público Pinhais), Rachel Callai Bragatto (coletivo soylocoporti e intervozes, pesquisadora da área da comunicação, PT Curitiba DZ Matriz), Geraldo Staub (advogado, militante PT Curitiba, DZ Matriz), Mônica de O. Giovannetti (ex-dirigente da CUT-PR, func. Pública aposentada, DZ Matriz), Marina de Godoy (professora municipal, Curitiba), Gabriel Stahl Reese Frigo (Dz Santa Felicidade – Curitiba), Vagner José Cordeiro (PT Curitiba),

Educadores estaduais filiados: Ney Jansen (Comitê CEP contra o golpe/Fora Temer, PT Curitiba DZ Matriz), Adriano Hohmann (filado ao PT-PR), Maria Tereza Salomão (PT Curitiba), Rodrigo Rossi (PT Ponta Grossa), Edmilson Rodrigues da Silva (militante APP, PT DM Apucarana-PR), Eyimar Fabiano Borto (candidato a vereador, PT Curitiba), Cláudia S. Caraméz (DZ Matriz Curitiba), Márcia Amaral Pontes de Lima (PT Curitiba),

Educadores estaduais eleitores e simpatizantes: Donizete Camilo Soares (Curitiba), Michele Rodrigues de Lima (Curitiba), Donizete Aparecido Barbosa (Curitiba), Guilherme Bruni (estudante CEP, Curitiba, simpatizante).

São Paulo: Raquel Foresti (professora, DZ Vila Prudente)

Estados Unidos da América

Clinton-Trump: nem um nem outro!

Editorial do número de Outubro de 2016 de *The Organizer*, publicado por Socialist Organizer, section du CORQI nos Estados Unidos



Por Alan Benjamin

Ao darmos este artigo ao prelo, a nação — ou, para sermos mais exactos, o encolhido número que no país inteiro se deu ao trabalho de sintonizar — teve direito, pela terceira vez, ao triste espectáculo de um “debate” (uma troca de galhardetes, digamos) entre Hillary Clinton e Donald Trump. Brandiram-se vitupérios tais que “votos viciados” e “marioneta de Putin”, com pouca ou nenhuma discussão das matérias de substância com que os trabalhadores se defrontam.

O longo dos 18 meses de campanha eleitoral presidencial, a maioria da classe operária manifestou a sua profunda rejeição dos políticos tradicionais dos partidos gémeos do capitalismo: Democratas e Republicanos. Por variadas formas. Dentro do Partido Democrata, Bernie Sanders, que se apresentou como “carta fora do baralho” (fazendo, na realidade, parte dele), foi visto por grande número de eleitores descontentes, principalmente na juventude, como canal para a manifestação das suas aspirações.

Quatorze milhões de pessoas voltaram-se para Sanders porque queriam, entre outras coisas, o seguro de saúde universal, um aumento real dos salários, o fim da hegemonia de Wall Street sobre a política e parar o acordo de Parceria Transpacífica (TPP). Dentro do Partido Republicano, Trump apresentou-se como a carta fora do baralho, o “não político”, o que lhe proporcionou muito mais seguidores do que a maioria esperava. Todos os políticos tradicionais do G.O.P [Grand Old Party, o Partido Republicano] — de Jeb Bush a John Kasich — foram eliminados, enquanto emergia uma vaga populista de direita alimentada pela destruição em massa de postos de trabalho e pelo racismo supremacista branco. Agora, tudo isso pertence ao passado: Sanders cumpriu a sua promessa de entregar os seus 14 milhões de eleitores à candidata apoiada e financiada pela Wall Street e pelo grande capital: Hillary Clinton [1]. Esquecida e enterrada, a diatribe de Sanders contra a Wall Street. Clinton, pela sua parte, pouco se esforçou por cortejar os eleitores de Sanders ou sequer dar voz às suas preocupações.

Entretanto, a campanha de Trump implode. À medida que a campanha eleitoral se aproxima do fim, o Partido Republicano está, citando *The New York Times*, “à beira da guerra civil”, com os dirigentes do G.O.P. a distanciarem-se a passo de corrida de Trump. As sondagens de Trump caem a uma velocidade tal, que a direcção do G.O.P. está a ficar preocupada com a possibilidade de, no dia 8 de Novembro, o partido perder a maioria na Câmara e no Senado.

A diatribe de Trump contra o chefe do grupo parlamentar republicano da Câmara, Paul Ryan, não foi menos virulenta do que a sua diatribe contra Hillary Clinton, reflectindo a sua compreensão crescente de que tem o barco a naufragar.

A barafunda até já atinge a “chapa”: enquanto Trump advertia que poderia não aceitar o resultado da eleição presidencial de Novembro, o seu candidato a vice-presidente, Mike Pence, declarava que claro que o G.O.P. respeitaria os resultados da votação. Esta campanha eleitoral sem precedentes — em que um Bernie Sanders praticamente desconhecido só na recta final foi batido pelo favorito do Partido Democrata e em que uma vedeta da televisão distanciou todos os favoritos do Partido Republicano — é sinal do descontentamento crescente com o sistema bipartidário, refractando, porém, também, um sistema capitalista em crise cada vez mais profunda.

Karl Marx escreveu que “o governo mais não é do que um comité de gestão dos negócios de toda a classe capitalista.” Hoje, este comité administrativo está, nos Estados Unidos, em completa desordem, restando-lhe como único candidato viável uma candidata presidencial vilipendiada e impopular.

A Classe Dominante Carrega no Acelerador a Fundo para Eleger Clinton

Ao aproximarmos-nos das últimas semanas desta aparentemente interminável campanha presidencial de dezoito meses, a classe dominante americana está a meter a sua máquina eleitoral em prego a fundo para fazer eleger Hillary Clinton para o cargo supremo da nação.

No ponto de vista da classe dominante, Trump é um sério problema. Segundo um artigo de opinião assinado por Steven Rattner, executivo da Wall Street e autor de artigos de opinião para o *New York Times*, na edição de 10 de Outubro do jornal, “nem um dos altos executivos de empresas que figuram na lista das cem maiores da Fortune

deu dinheiro à campanha de Trump, ou a apoiou”, ao passo que mais de metade tem apoiado ou dado contribuições generosas à campanha de Clinton, especialmente nas semanas mais recentes. Uma sondagem do *Wall Street Journal* a 45 antigos membros do Conselho de Assessores Económicos não deu sequer com um que quisesse apoiar Trump. Todos apoiam Clinton.

Alguém que ainda não esteja convencido de que Clinton é a candidata da Wall Street em Novembro, verá nos correios electrónicos encontrados nos papéis do presidente da campanha de Clinton, John Podesta, recentemente revelados, o golpe de misericórdia a tais dúvidas. Nos documentos, tornados públicos pela WikiLeaks — nenhum deles desautorizado —, Clinton declara a uma assembleia de que o banco Goldman Sachs é o anfitrião que *“como senadora, representei e trabalhei com muita gente da Wall Street e fiz tudo o que estava ao meu alcance para poderem prosperar.”* Noutro passo, Clinton diz aos banqueiros-bandidos [2] da Wall Street que não se preocupem com as suas declarações públicas de oposição ao TPP nem de apoio ao sistema de pensões garantidas pelo Estado.

No trabalho que é o seu, vinca, é necessária uma atitude “pública” e uma “privada”. Para ser eleita, tinha de tomar posições públicas em muitas matérias caras à maioria trabalhadora, dizia-lhes, mas, uma vez em funções, levaria a efeito as suas políticas “privadas”, em boa sintonia com os seus dadores da Wall Street. Este último ponto é especialmente importante para o movimento sindical. Ao longo da sua campanha presidencial, Clinton tem vincado que *“me oponho ao TPP. Opor-me-ei a ele depois das eleições. E opor-me-ei a ele enquanto presidente.”* Porém, em discurso aos banqueiros-bandidos, em San Diego, pago ao preço de \$225.000, afirmava que o seu *“sonho é um mercado hemisférico, com comércio aberto.”*

Pode restar alguma dúvida de que, logo que estiver em funções, Clinton fará tudo o que lhe for possível para pôr o TPP em aplicação — decerto com uma ou outra mudança cosmética, para dar a impressão de estar, de facto, do lado da classe trabalhadora? Pode restar alguma dúvida de que ela se porá em campo para promover as “reformas” do sistema de garantia estatal das pensões que têm sido reclamadas pelos especuladores, ou de que continuará a promover, e mesmo a aprofundar, as políticas de privatização e desregulamentação de todas as administrações anteriores, incluindo a de Bill Clinton? Pode restar alguma dúvida de que ela acelerará a marcha para a guerra, pondo mais tropas americanas no terreno por todo o Médio Oriente?

“A guerra entre Estados-nações é praticamente garantida (...). Prepara-se uma chuvada infernal”

Se alguma, mínima dúvida restasse sobre a marcha acelerada à guerra que os altos cargos do exército americano estão a preparar com a aprovação de Hillary Clinton, bastaria ler o discurso do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Mark A. Milley, do dia 4 de Outubro de 2016. Advertindo que as guerras alastrarão pelo mundo, Milley ameaçou esmagar militarmente qualquer nação ou força que se oponha à política dos EUA.

Visou especialmente as vozes que se têm feito ouvir a favor do “desmantelamento da NATO e da União Europeia.”

Milley continuou: *“Todos os países, a Rússia, a China, o Irão e a Coreia do Norte têm aprendido connosco. Observaram com grande atenção como combatemos em 1991 e em 2003. Estudaram a nossa doutrina, a nossa táctica, o nosso equipamento, a nossa organização, o nosso treino e a nossa chefia. E reviram, por sua vez, as suas próprias doutrinas, estando actualmente a modernizar rapidamente os seus exércitos para evitar a nossa força, na esperança de, a certa altura, no futuro, nos derrotarem...”*

“Infelizmente, é, a meu ver, muito improvável que a guerra entre Estados-nação fique relegada para os livros de história. Como não há autoridade superior, e como a segurança é o interesse primário de cada Estado, é praticamente garantido haver conflitos entre Estados-nação no momento azado. E encontramos hoje em pleno a meio de mais uma mudança geopolítica maior...” *“De modo que, para resumir, os próximos vinte e cinco anos não vão ser como os últimos dez nem como os últimos vinte e cinco. O agudo desafio que defrontamos é o da evolução do carácter da guerra; nada que tenha que ver, em intensidade e mortalidade, com nada que a nossa actual força alguma vez conheceu.”*

“Um historiador de grande notoriedade (Victor Davis Hanson) escreveu recentemente registar-se um incremento do nacionalismo, de forças armadas regionais, de reivindicações territoriais insatisfeitas, de conflitos sectários e o regresso ao equilíbrio de potências políticas do séc. XVIII, com esferas de influência. Concluía que havia actualmente no ar uma brisa ligeira e que ela podia transformar-se em tempestade. A concluir o ensaio, dizia que “ia cair uma chuvada infernal.” [3]

A advertência não podia ser mais clara. Os dois candidatos à presidência estão a dar cabo um do outro. Mas o Chefe de Estado-Maior do Exército sabe muito bem que, qualquer que seja o dos dois candidatos que ganhe, esta guerra sem fim continuará e ampliar-se-á.

Uma Crise Radicada no próprio Sistema Capitalista

A disputa entre Hillary Clinton e Donald Trump não é por objectivos últimos; é sobre como levá-los à prática. A crise que tem desfeito as cúpulas do poder político neste país deve-se à profunda destabilização da base económica do próprio sistema capitalista causada pela crise de 2008, não se vislumbrando qualquer recuperação.

O facto é que, apesar do resgate dos grandes bancos e instituições financeiras organizado pela administração Obama, que custou mais de \$8 biliões (milhões de milhões, NdT), apesar das somas astronómicas injectadas na economia em nome do *Quantitative Easing*, apesar da massa de postos de trabalho cortados em sector atrás de sector, apesar de todos os cortes orçamentais nos serviços sociais — apesar de tudo isto, não houve recuperação económica. O FMI reconheceu a situação, ao declarar: *“Ao longo dos últimos trimestres, a economia americana perdeu a vitalidade; a expansão prevista para o segundo semestre de 2016 não ocorreu.”*

Mesmo os \$5,4 biliões investidos no petróleo de xisto só serviram para inflar uma bolha especulativa ainda maior do que a dos *sub-primés* (hipotecas-lixo). Na raiz de tudo isto está a própria crise do sistema capitalista, sistema incapaz de desenvolver outra coisa que não sejam estímulos parasitários para manter a economia à tona d’água: o

complexo militar industrial e a guerra, por um lado, e especulação financeira desenfreada, por outro. A incapacidade da classe dominante para superar a crise do sistema capitalista é o que alimenta a sua crise política crescente.

Outra vez a política do “mal menor”

Neste contexto, é especialmente confrangedor ver as cúpulas dirigentes dos sindicatos, mesmo a sua ala mais progressista, incitarem os seus filiados à mobilização para votar em Clinton. Josh Pechthalt, presidente da Federação dos Professores da Califórnia (CFT), um dos sindicatos mais progressistas do país, escreveu num editorial do *California Teacher* (Setembro-Outubro de 2016): “*Não podemos ser levianos quanto ao próximo presidente... Infelizmente, não há labor party viável neste país, por isso sabemos que o próximo presidente será ou um Democrata ou um Republicano. Elegar Donald Trump seria uma catástrofe. Hillary Clinton é a nossa melhor opção para promover um programa progressista. Elegê-la tem de ser o nosso primeiro objectivo.*” Pechthalt conclui: “*Não podemos ser complacentes na votação para a presidência. Mesmo não subsistindo dúvidas quanto aos nossos grandes eleitores, não é o momento de desperdiçar votos em Jill Stein ou noutra candidato de um terceiro partido.*”

Este argumento do “mal menor”, que já é velho há décadas, tem sido constantemente usado para justificar o apoio a um candidato da classe capitalista contra o outro. Hoje, é o espantinho das opiniões “odiosas” de Trump que se arvora para justificar votar em Clinton. É indubitável que Clinton e Trump têm discordâncias claras em várias matérias. Trump cospe abertamente a retórica mais reacçãoária, racista e belicosa.

O discurso de Clinton é diferente. Porém, uma vez eleita, não irá Clinton prosseguir a guerra sem fim, não irá continuar as mesmas políticas de discriminação social e racial que, durante o governo de Obama como durante todos os anteriores, estiveram por trás das matanças de negros pela polícia? É ou não é verdade que a vaga reacçãoária que trouxe Trump à tona de água é simplesmente fruto das políticas anti-operárias levadas a cabo nos últimos oito anos pelo presidente democrata cessante?

A verdade incómoda (para alguns) é que Clinton é, na realidade, uma Republicana tradicional mascarada de “centrista” — e às vezes até de “progressista” —, que só tem hipóteses de ganhar estas eleições porque tem pela frente um palhaço chamado Trump.

A verdade incómoda é que se, nestas eleições, nos vemos a braços com a escolha entre duas das figuras mais impopulares da história dos EUA, é graças à constante política de “mal menor”, década após década praticada pelos dirigentes máximos do movimento operário americano. De eleição em eleição, a política do “mal menor” só conseguiu empurrar o espectro político cada vez mais para a direita.

Não podia ser menos verdadeira a ideia de que Clinton possa servir de veículo aos trabalhadores para “promoverem uma agenda progressista”, como argumenta Pechthalt.

Como lá chegar?

Como muitos sindicalistas progressistas, Josh Pechthalt é a favor de um Partido Trabalhista, pelo menos em teoria. Ora,

se é essa a nossa meta, como chegamos lá? Muitos partidários do voto Clinton no movimento operário argumentam que, primeiro, é preciso parar Trump e só depois fazer face a Clinton e obrigar a sua administração a satisfazer as reivindicações mais prementes do povo trabalhador, incluindo as reivindicações do movimento “As Vidas Negras Importam” (Black Lives Matter). Assim, dizem, acabará por se criar um movimento social de protesto de massas que possa tornar-se no cadinho em que se crie o movimento para um terceiro partido, nomeadamente um Partido Trabalhista.

Esta lógica não resiste, porém, à experiência histórica. O passado mostra que, quando são os Democratas a exercer funções, a cúpula do movimento sindical exerce a máxima pressão que pode para abafar todos os movimentos de protesto.

Os argumentos de mal menor usados para racionalizar o voto em Clinton em Novembro continuarão a ser brandidos depois das eleições, ainda que de forma diferente. Os movimentos sociais de protesto serão instados a aguentar-se com as críticas a Clinton — e as mobilizações contra ela — sob pena de levar água ao moinho das forças direitistas de Trump. Acções que possam ser vistas como “destabilizadoras de Clinton” serão retratadas como acções que fazem o jogo de Trump e seus acólitos.

Não! Se a classe operária — e mais ainda os seus sectores mais oprimidos, negros e latinos — quiser defender os seus direitos e interesses e ganhar novos, terá sempre de firmar a sua independência; terá de agir num terreno de classe independente, tanto na arena eleitoral como na rua. Tem de ser assim *antes e depois* da eleição de 8 de Novembro.

Os trabalhadores estão prontos para a mudança e procuram-na. Notícias dos nossos leitores dão conta do escárnio geral aos dois candidatos tradicionais nos locais de trabalho. Falam-nos da relutância generalizada dos militantes sindicais em distribuir bandeiras pró-Hillary Clinton quando em campanha por propostas de lei locais ou por candidatos que concorrem a funções locais, estaduais ou no Congresso [4]. Falam-nos da cólera dos activistas negros, especialmente da juventude negra, com todos os políticos, sejam de que cor política forem. Embora seja certo que esta aspiração a uma alternativa política autêntica da classe operária não se pode manifestar, neste momento, na arena eleitoral, por todas as razões acima explanadas, estas notícias dos nossos eleitores — e há um número sem fim de outras — põem em evidência uma verdade singela: que a aspiração profunda a uma política operária veio para ficar; mais: que ela continuará a procurar canais para seguir em frente.

Muitos, se não a maior parte, dos sindicalistas e militantes votarão indubitavelmente em Clinton, mas a sua atitude contraditória reflecte uma frustração geral com a política da classe dominante e a procura de uma alternativa trabalhista real. [5] O caminho para um partido independente dos trabalhadores não será linear. A fórmula de Karl Marx de que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores tem toda a propriedade. A classe trabalhadora necessita de que as suas organizações históricas — em primeiro lugar, os sindicatos — rompam a sua dependência do Partido Democrata e se façam arautos dos interesses da maioria trabalhadora, rompendo caminho para o Partido Trabalhista.

Concomitantemente a esta luta, a população negra precisa de um partido dos trabalhadores negros que promova os seus interesses imediatos e nacionais, a exemplo do que defende Nnamdi Scott, o candidato independente negro à vereação de Baltimore pelo Partido do Progresso Popular Ujima (UPP).

“É preciso entender a relação dos trabalhadores negros com o capitalismo,” declarou Scott em entrevista ao *The Organizer* publicada nesta edição.

“O que isto quer dizer é que é necessário organizar politicamente os trabalhadores negros enquanto classe. Não basta um movimento. Não haverá emancipação dos negros se não nos organizarmos.”

Scott defende deixar-se de *“petições ou pressões sobre os partidos capitalistas”* e *“traçar o nosso próprio caminho em direcção à luta política independente, tanto na arena eleitoral como no trabalho de base; tem de haver um esforço consciente dos trabalhadores negros para obterem a sua independência política e ganharem confiança na sua força de classe.”*

Estas palavras não se aplicam apenas aos trabalhadores negros, aplicam-se a toda a classe trabalhadora. Nunca a tarefa de impulsionar a acção política independente da classe operária foi mais urgente.

•

[1] Contudo, está longe de ser certo que Sanders consiga virar todo o seu eleitorado para Clinton. Sem dúvida que a maioria dos eleitores de Sanders “tapará o nariz” e votará em Clinton, mas muitos outros votarão noutros candidatos — ou, simplesmente, não votarão.

[2] “Bankster” no original, neologismo fabricado a partir de banker (banqueiro) e gangster.

[3] Provável referência à célebre canção de Bob Dylan “A Hard Rain’s A-Gonna Fall”, que descreve os horrores da guerra (NdT).

[4] No dia das eleições presidenciais, os cidadãos americanos votam igualmente para eleger os seus representantes em vários escalões de poder e pronunciam-se sobre propostas de lei locais (NdT).

[5] Outros votarão em Jill Stein, não necessariamente por apoiarem o Partido Verde, mas por verem o voto em Stein como a forma mais eficaz de protestar contra o sistema bipartidário. Outros ainda votarão num dos vários candidatos socialistas que concorrem à presidência — do Socialist Party, do Party of Socialism and Liberation ou de outros. Porém, Stein e o Partido Verde não são a alternativa de que os trabalhadores necessitam para conquistar as suas reivindicações. O Partido Verde não é um partido da classe operária; não considera que a sociedade esteja dividida em classes sociais opostas com interesses contraditórios; as plataformas de Stein e dos Verdes baseiam-se na ideia de uma “sociedade civil” em que patrões e trabalhadores têm interesses comuns e onde a forma de organização social e económica ideal é constituída por “cooperativas” (funcionando no âmbito de uma economia de mercado). Embora muitos dos pontos avançados por Jill Stein apontem para uma mudança social progressista, os trabalhadores — especialmente as massas negras oprimidas que se batem contra a brutalidade policial e pela autodeterminação — precisarão de um partido de classe para vencer.



Freedom Manifesto

Projecto de Manifesto pela Reconstrução do Movimento de Libertação dos Negros

Reproduzimos abaixo curtos excertos de um documento publicado em Agosto de 2016 pelo Black Liberation Unity Committee (Comité Unitário pela Libertação dos Negros). Pode obter-se o texto na íntegra, escrevendo para Twenty-first Century Books and Publications, mail : tcbchgo@aol.com ou ao Ujima People’s Progress Party, mail: uppmaryland@gmail.com.

O movimento de libertação dos negros está em pleno renascimento. Os militantes combatem o terrorismo policial, batem-se pelo emprego, por salários que permitam viver, por alojamento para os que vivem na rua, contra o racismo ambiente, por um ensino de qualidade, por que os nossos irmãos e irmãos LGBT (gay-lésbicas-bi e transexuais) vejam os seus direitos humanos reconhecidos, entre muitas outras coisas. Este Manifesto pretende-se uma contribuição para permitir unir as nossas diferentes forças e

construir um movimento poderoso pela libertação dos negros e pela transformação de toda a sociedade. O nosso movimento foi poderoso e está a voltar a sê-lo. Precisamos de tirar as lições dos nossos combates — passados, presentes e futuros — e reflectir juntos nos problemas que se nos põem e nos meios para os resolver. Este Manifesto, se for amplamente lido e discutido, individualmente ou em grupos, pode participar da criação de um consenso nacional, a ratificar quando se realizar uma Assembleia Nacional pela Libertação dos Negros.

Combatemos o capitalismo

A esquerda negra combate em todas as frentes contra todas as formas de opressão.

O cerne da unidade é que os nossos combates, todos eles, só podem andar para a frente se montarmos uma ofensiva radical contra o sistema capitalista como sistema racista de exploração de classe, de opressão nacional e patriarcal, e contra o imperialismo. O capitalismo é a maneira de o 1% controlar a sociedade e a economia mundial. É a fonte do nosso sofrimento.

O que é o capitalismo? O capitalismo é um sistema económico, social e político que explora o trabalho dos trabalhadores e alimenta a ganância das empresas e dos ricos que possuem as fábricas e as máquinas. São as pessoas que trabalham e criam valor, transformando matérias-primas em produtos úteis. Pagam-nos muito menos do que o valor que criamos — pagam-nos o mínimo.

A maior parte do resto é um excedente que as empresas apropriam como lucro. Os trabalhadores e os proprietários disputam este excedente. Estes vivem à grande enquanto nós passamos fome. No estúdio monopolista de desenvolvimento, o capitalismo transforma-se em imperialismo, um sistema global de exploração de países pelo mundo fora.

De que modo se baseia o capitalismo americano, na sua origem, na escravatura? A riqueza necessária à geração do sistema industrial nos EUA foi criada dos sobrelucros tirados da venda e do trabalho dos escravos, mormente nos campos de algodão.

Esta riqueza de base escravagista financiou muitas empresas e bancos. Esta riqueza escorou famílias ricas, que herdaram e mantêm o controlo das instituições sociais e culturais, como as universidades privadas, especialmente na “Ivy League” [1].

De que modo nos explora o capitalismo? Hoje em dia, o capitalismo está em transformação, substituindo trabalho humano por máquinas “inteligentes”. Se as pessoas não trabalharem em troca de um salário, o sistema de mercado para a circulação de bens e serviços encrava. Sem trabalho, nem nós podemos comprar do que necessitamos, nem eles podem vender. De modo que o capitalismo passou a fazer dinheiro com a morte.

Com comida que não presta. Com maus cuidados de saúde. Todo o género de drogas e álcool. Cultura televisiva que destrói a mente. O complexo militar industrial produz armas para guerras imperialistas e toda a sorte de agressões militares, incluindo a violência nas nossas cidades. Não raro as nossas igrejas se tornam seus apêndices, pregando mais o dinheiro do que a moralidade.

De que modo explora o capitalismo o mundo? O 1% usa intervenções militares apoiadas por organizações globais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.

Cativam trabalho barato e matérias-primas importantes um pouco por toda a parte. Usam as Nações Unidas e a NATO para justificar a agressão militar imperialista. Assim vão mantendo a passagem de riqueza dos países pobres para os países ricos.

É possível derrotar o sistema capitalista? Nada dura sempre. A escravatura acabou. O feudalismo acabou. O capitalismo acabará também. A humanidade cada vez menos tem a ganhar com o sistema capitalista e cada vez mais o detesta e combate. Fora dos EUA, a resistência rejeita explicitamente o capitalismo.

Aqui, defrontamos, contudo, o terrorismo macio dos meios de comunicação. Estes têm a obsessão de abafar qualquer discurso alternativo. O fim do capitalismo dependerá da nossa unidade de acção militante entre e com os movimentos de resistência da classe operária e das nações e povos oprimidos, incluindo os movimentos afro-americanos.

A Estratégia de Unidade da Classe Operária Passa por a Classe Operária Negra Encabeçar a Luta

Porquê a classe operária? A maioria da população dos Estados Unidos é composta de trabalhadores. Todos somos explorados pelo sistema capitalista. As pessoas sabem-no e opõem-se-lhe de muitas maneiras.

É claro que existe um chauvinismo nacional racista que faz de alguns trabalhadores brancos inimigos dos negros e de outras pessoas de cor, especialmente trabalhadores e pobres. Os meios de comunicação tradicionais espalham a mentira de que nós, trabalhadores negros, somos a causa dos seus males.

À medida que a luta pelos nossos interesses, contra os patrões, se desenvolve, reúnem-se condições para denunciar o papel do supremacismo branco na divisão da classe operária, na defesa dos privilégios dos brancos e na justificação da exploração e opressão dos negros. Temos o ensejo de ganhar números significativos de trabalhadores brancos para a unidade operária anti-racista. Isto é solidariedade operária. Reflectindo globalmente, outros aliados do Movimento de Libertação dos Negros são os militantes do movimento operário internacional, especialmente das nacionalidades e povos oprimidos. O inimigo do meu inimigo meu amigo é.

Organizações negras do movimento operário. A primeira organização operária negra foi o Colored National Labor Union, em 1866. Frederick Douglass foi um dos seus primeiros dirigentes. Houve activistas operários envolvidos em cada etapa da organização do movimento de libertação dos negros. Testemunhámos a luta pela integração dos trabalhadores negros nos sindicatos da CIO [2] nos anos trinta, a mais vasta e significativa sindicalização de trabalhadores americanos.

Tivemos a League of Revolutionary Black Workers (Liga dos Trabalhadores Revolucionários Negros, 1969), o Black Workers Congress (Congresso dos Trabalhadores Negros, 1971), a Coalition of Black Trade Unionists (Coligação de Sindicalistas Negros, 1972), os Black Workers for Justice (Trabalhadores Negros pela Justiça, 1981) e o Black Workers Unity Movement (Movimento Unitário dos Trabalhadores Negros, 1985). Hoje em dia temos numerosos núcleos negros de base, centros operários e a Southern Workers Assembly (Assembleia dos Trabalhadores do Sul).

Unidade anti-imperialista com os latinos. A opressão nacional e a exploração capitalista extrema dos latinos fazem deles aliados próximos dos negros. Mormente os que têm raízes no México, em Porto Rico e nas Caraíbas e Américas em geral.

A estratégia capitalista é de dividir os trabalhadores e lançá-los uns contra os outros. Os mais desesperados de nós aceitam os salários mais baixos. A nossa unidade de classe tem de tomar uma posição forte contra este estratagem capitalista e unir os trabalhadores negros e morenos numa causa comum. Para derrotar o imperialismo, temos de unir as lutas contra a exploração de classe e a opressão nacional, dentro e fora do país.

Luta de classes e Libertação dos Negros. A luta dos trabalhadores começa por ser, acima de tudo, uma luta por melhores salários e condições de trabalho, incluindo benefícios sociais e pensões de reforma. A luta é individual,

é na equipa de trabalho, é no local de trabalho e é em sectores inteiros da indústria. Tudo isto é necessário. Mas podemos ir mais além e atar estas lutas por reformas à visão e coordenação de acabar com o sistema capitalista de uma vez por todas. Encontramo-nos em guerra, guerra aberta: os capitalistas contra as massas de trabalhadores e os pobres. Eles vão-nos querer enganar sempre. Capitalismo significa exploração. São essas as regras do jogo.

A Nossa Luta por Reformas Prende-se com uma Estratégia Revolucionária

A luta quotidiana. A ideia de revolução é abstracta, mas a luta por ela não é. Os trabalhadores resistem na sua vida quotidiana, nos locais de trabalho, nos centros de emprego, nas mercearias, escolas, igrejas e não só. As grandes ideias políticas tomam forma na prática do terreno. Quando a luta se intensifica, todos se podem educar, politizar e começar a pensar na ligação entre a luta pelas reformas e o salto revolucionário que é necessário.

Neste contexto, uma esquerda negra pode ancorar-se no nosso povo, na luta que ele próprio trava. Unimo-nos a ele. Perfilhamos a sua liderança. Ligamos a sua luta à luta de outros. Ajudamos a recapitular e a aprender as lições das vitórias e derrotas. Formamos militantes para melhorar a sua capacidade de sustentar a luta. Resistir todos os dias! Ligar a luta por reformas a objectivos revolucionários!

Responder a ataques racistas. Há que opor-se a todo o ataque racista e construir a resistência de massas para acabar com ele, do mesmo modo que afirmámos as palavras de ordem “Nem mais um Trayvon!” [3] e “As Vidas Negras Importam!”. Fazemo-lo como parte da mobilização nacional

de massas. E assim temos de continuar, a níveis superiores e mais coordenados. É uma tarefa chave para a reconstrução de um movimento de libertação nacional dos negros.

A luta eleitoral. O Estado capitalista é um jogo viciado, controlado pela classe dominante. Eles não jogam limpo, e não podemos ganhar entrando no jogo e tentando reformá-lo. Quantas vezes fomos aliciados para entrar na política local, como presidentes de câmara ou vereadores, com o fito de tentar consertar um sistema falido que não dá para consertar com reformas mínimas. No entanto, a política eleitoral é um terreno de luta em que o debate e a discussão podem aumentar a consciência. Podem-se apresentar alternativas à hipocrisia e às ilusões dos políticos tradicionais. O movimento tem de manter autonomia em relação ao controlo do Estado e das ONGs. Por outro lado, o poder negro ao nível local pode ser usado pelo movimento, especialmente se construirmos o poder independente das forças em luta pela sindicalização, por salários correctos, por expropriações para alojar os sem-tecto, por fundos para as escolas públicas em vez de para as escolas livres (*charter schools*) e por aí fora.

[1] Ivy League: grupo de oito universidades privadas do Nordeste dos Estados Unidos, que são das mais prestigiadas, sinónimo de excelência e elitismo social.

[2] CIO, Congress of Industrial Organizations, confederação sindical constituída no seguimento da crise económica de 1929, inicialmente em concorrência com a AFL, criando com esta a grande central AFL-CIO após a fusão de ambas em 1955.

[3] Referência a Trayvon Martin, jovem afro-americano de 17 anos, abatido ao fim da tarde de 26 de Fevereiro de 2012 em Sanford, Florida.

O Papel Estratégico do Sul

A maioria dos negros já viveu na região sul dos Estados Unidos. Foi nesta região que mais opressão dos negros houve. Continua a ser a região mais hostil à sindicalização dos trabalhadores, recorrendo a leis anti-sindicais de “direito ao trabalho”. Cada vez mais, capital vindo de todo o mundo vai lá fazer o mesmo que o capital americano, adoptando, no Sul, esquemas de extrema exploração económica. Mais do que isso, há, porém, figurinos estruturais de racismo e de mais baixa qualidade de vida em todas as áreas da existência humana.

Sendo tão crucial para a existência do sistema capitalista, a região sul é uma localidade estratégica para o movimento de libertação dos negros, para o movimento operário e para as forças revolucionárias em geral. Os extremos sociais, económicos e políticos da região fazem da luta por reformas uma componente essencial da construção de um movimento pela mudança social de fundo.

É, por um lado, essencial para a luta do movimento de libertação dos negros pela autodeterminação dos afro-americanos; do mesmo passo, promove o papel dos trabalhadores negros na vanguarda do movimento.

Esta perspectiva de classe reforça o carácter anti-capitalista do movimento nacional de libertação dos negros e é uma componente essencial da luta pela unidade da classe operária multinacional.

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

Tunísia

O FMI impõe a União Nacional à Tunísia

9 de Outubro de 2016

Ao apresentar a edição de 2016 do Monitor das Finanças Públicas, na quarta-feira, 5 de Outubro, o director do Departamento de Assuntos Orçamentais do FMI (1), Vítor Gaspar, fez soar o alarme: a dívida pública e privada mundial bateu um novo record, ascendendo actualmente a 225% do PIB (2) mundial. Esta crise, que afecta os sectores não financeiros (governos, famílias e empresas não financeiras), leva o FMI a “*reagir, a fim de assegurar a estabilidade financeira do mundo*”.

O plano do FMI

À margem desta conferência de imprensa, Abdelhak Senhadji, director adjunto do Departamento de Finanças Públicas do FMI, declarou à agência Tunis Presse (TAP) que “*o programa de cooperação iniciado pela Tunísia com o FMI em Abril passado tem por objectivo limitar a despesa pública ineficiente*”. Não há solução milagre para a política orçamental na Tunísia, acrescentou. Por isso, o programa recomendava “*obrar pela redução dos salários da função pública, com o objectivo de reforçar os recursos do Estado e limitar o endividamento*”, especificou o director adjunto do Departamento de Finanças Públicas do FMI!

O FMI acabou por aceitar conceder um novo empréstimo à Tunísia, desta feita de 2.800 milhões de dólares. Evidentemente, não sem condições:

1. Redução dos salários dos funcionários,
2. reforma antecipada aos 57 anos para grande parte dos trabalhadores,
3. segurança social ameaçada,
4. aumento dos preços da electricidade e dos carburantes,
5. supressão do subsídio aos produtos alimentares de base,
6. aumento dos impostos sobre os rendimentos mais baixos,
7. congelamento dos salários até 2019,
8. aumento do IVA de 12 para 18%,
9. redução das despesas sociais.

e a lista de ditames continua por aí fora. Ditames apresentados pelo FMI como “reformas cruciais”, únicas capazes, segundo ele, de permitir à Tunísia continuar a

reembolsar a sua dívida, condição *sine qua non* para continuar a receber empréstimos.

Um autêntico plano de ajustamento estrutural e de livre troca com a União Europeia

Colmatar o défice orçamental do Estado indo ao bolso dos trabalhadores para a Tunísia pagar as suas dívidas e o serviço das suas dívidas não é a única solução imposta. Segundo o FMI, a Tunísia deve comprometer-se a abrir-se mais aos investimentos estrangeiros, conceder-lhes mais privilégios fiscais, aduaneiros e financeiros, a abrir totalmente todos os sectores económicos e comerciais tunisinos aos capitais estrangeiros, a reestruturar o sector bancário e a rever o estatuto do Banco Central Tunisino, de modo a permitir a sua independência do Estado. O conjunto destas reformas, que outra coisa não é senão um Plano de Ajustamento Estrutural (PAE) em tudo menos no nome, foi igualmente enviado à União Europeia como roteiro para continuar com a elaboração de acordos de comércio livre total e aprofundado entre a União Europeia e a Tunísia.

Cinco anos passados sobre a revolução, as reformas que a Tunísia contempla em aplicação dos ditames do FMI, do Banco Mundial e da União Europeia são as mais perigosas que o país conheceu desde a independência. No passado, já ocorrera uma situação similar. O intervencionismo estrangeiro dos países ocidentais, principais credores da Tunísia, deu origem, em Julho de 1869, a uma *comissão internacional* que geria directamente as finanças internas do país. Foi o primeiro passo concreto que permitiu a instauração do protectorado francês.

Regresso ao protectorado?

A execução de uma política destas num país que continua a sua revolução não se pode fazer com punhos de renda. Política nova, governo novo. O antigo chefe de governo, Habib Essid, foi forçado a ir-se embora. A antiga coligação não teria podido enfrentar a efervescência que as reformas provocarão. O presidente Caïd Essebsi acabou por conseguir reunir um governo de União Nacional.

Em vez das quatro formações políticas que constituíam a coligação governamental, nove formações políticas assinaram o Acordo de Cartago, além da União Tunisina da Agricultura e da Pesca, a organização patronal tunisina (UTICA) e, sobretudo, a poderosíssima central sindical tunisina, a UGTT (2). Caïd Essebsi fazia, aliás, ponto de honra não apenas em associar a UGTT (3) à elaboração deste governo de União Nacional, mas em fazê-la participar nele. Pode a “boa governação” tão cara ao FMI fazer-se sem a participação da UGTT? Podem os ditames do FMI, do Banco

Mundial e da União Europeia ser aplicados sem colaboração da UGTT?

Ministros UGTT no governo de União Nacional

A direcção da UGTT quase conseguira sossegar os trabalhadores, ao anunciar oficialmente que não faria parte do governo, não lhe competia governar. Porém, Caïd Essebsi e o FMI não estavam para perder a sua aposta de associar a UGTT à União Nacional. O novo chefe do governo (4), Youssef Chahed, prometeu firmeza face a paralisações e a tudo o que bloqueasse a produção. Um chefe de governo não faz este tipo de declaração no seu discurso de posse por acaso, quando no governo que apresenta aos deputados do povo figuram dois antigos secretários gerais da UGTT. Um, nos Assuntos Sociais, o outro na Função Pública e Governação... os dois ministérios mais afectados pelas reformas impostas pelo FMI! O secretário geral da UGTT, pela sua parte, não se esconde. Proclama alto e bom som que a central sindical está no centro da União Nacional.

AH

(1) FMI: Fundo Monetário Internacional.

(2) Produto Interno Bruto.

(3) União Geral Tunisina do Trabalho, sindicato histórico da classe operária da Tunísia.

(4) O novo governo agrega, à volta do partido burguês Nidda Tounès e do partido islamista Ennahda, outras formações “de esquerda”, nomeadamente Afek Tounès.

Alemanha

Editorial da *Freie Plattform für*

Arbeiterpolitik ⁽¹⁾ de 15 de Setembro de 2016

Por H. W. Schuster

Eleições para o parlamento estadual do Meclemburgo-Pomerânia Oriental

Desastre para o Bloco Central alemão

[O artigo começa por analisar os resultados desastrosos da CDU e do SPD, contra um pano de fundo de miséria crescente, que permitiu o surto do partido burguês nacionalista e xenófobo AfD]

Importa examinar de mais perto, e não só no contexto das eleições, essa realidade que é a organização da exploração através do *dumping* salarial. Ela é consequência das directivas da UE, conjugadas com o surto da sub-contratação, das externalizações de empresas, dos acordos de empresa, do trabalho temporário. (...)



No interesse do capital: a União Europeia, motor da destruição dos salários

No número anterior do nosso jornal, Cornelia Matzke expôs uma forma específica de exploração, a que impera na assistência e nos cuidados aos idosos e doentes, garantidos 24 horas por dia por mulheres vindas da Europa de Leste. A resposta

das organizações sindicais é justificada, em boa parte, pela Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), em conformidade com a sua função de instituição da UE (...), a qual proibiu ao estado da Baixa Saxónia que remunerasse pedreiros polacos pelo contrato colectivo da IG Bau (sindicato alemão da construção). Haja constância de que, no regime da propriedade privada dos meios de produção não há lugar para os direitos dos trabalhadores, para as suas conquistas e, naturalmente, para as suas organizações independentes.

Do mesmo modo, no regime das guerras imperialistas, que espalha destruição e causa a migração de milhões, não há lugar para os povos e grupos de populações que a guerra ameaça, que sofrem a guerra. Que pode a população trabalhadora esperar dos representantes desta política anti-operária, dos representantes do Bloco Central, do exército alemão (a *Bundeswehr*), mobilizado por todo o mundo em intervenções militares em resposta às instruções da UE, ou dos outros partidos oficiais?

No interesse do capital: a opção AfD (2)

Assim, a AfD mobiliza aqueles que não votaram nas eleições anteriores em sinal de protesto. Os perdedores destas eleições são os partidos representados tanto no parlamento estadual como no parlamento federal (Bundestag), os partidos estabelecidos, que aplicam a regra de ouro, os ditames da austeridade e as directivas da UE ou, no caso das direcções sindicais, os acompanham criticamente. Todos eles perdem maciçamente para a AfD. O problema das massas é claro e conhecido: num estudo do SPD, 79% das pessoas interrogadas destacam a sua preocupação com a maltratada justiça social.

O SPD perde claramente votos entre os sindicalizados. Em 2011, 40% dos sindicalizados votaram SPD, neste dia 4 de Setembro esse valor ficou-se por 35%. 21%, porém, votaram na AfD, como a média da população.

Estes resultados eleitorais (...) representam, na verdade, um ponto de viragem na ordem burguesa do pós-guerra: no feudo da sua dirigente, o principal partido burguês é relegado para o 3º lugar pela AfD nacionalista e ultra-reaccionária. Seria ingénuo e irresponsável não querer ver que, grosso modo, 15.000 votos da SPD e 16.000 votos da Esquerda se deslocaram, no Meclemburgo, para a AfD.

Contudo, e ainda que Gabriel e a direcção do SPD tudo façam para levar o SPD à ruína, acorrentando o partido ao Bloco Central e à aplicação das directivas da UE, ainda que estejam a abrir caminho à cisão social, que é o terreno em que medra o surto de votos xenófobos e racistas e a demagogia da AfD, o grosso da classe operária continua por agora a nortear-se pelo SPD, partido tradicional dos operários na Alemanha, por muito deformado, irreconhecível que esteja. Abramos a discussão neste jornal sobre esta questão tão decisiva para a população trabalhadora da Alemanha: a quem pertence o SPD? Os seus candidatos às próximas eleições em Berlim, na Renânia do Norte-Vestefália e ao Bundestag quererão apresentar-se numa linha de prosseguimento da política anti-social, anti-operária e anti-sindical, na tradição da política da Agenda, das intervenções mundiais da Bundeswehr, dos acordos e ditames da troika, ou preferirão empenhar-se em defesa dos interesses prementes da população trabalhadora, da juventude e dos idosos?

Questão esta inseparavelmente ligada à do rumo das direcções dos sindicatos, organizações que reúnem milhões e podem mobilizar milhões por uma política operária, se as suas direcções assim o decidirem.

(1) Tribuna livre por uma política operária.

(2) Alternative für Deutschland (Alternativa para a Alemanha): partido burguês nacionalista e xenófobo criado em 2013.

Tomemos a iniciativa!

[conclusão do texto que circula entre os militantes operários alemães]

Considerando que, no próximo mês de Maio, haverá eleições na Renânia do Norte e, em Setembro, eleições gerais, a população trabalhadora e a juventude precisam de respostas! Precisam de candidatos do SPD

*- que se comprometam a romper com o bloco central e a sua política anti-social contra os trabalhadores e os sindicatos, com a política das directivas de Bruxelas e a agenda de Schröder;
- que ponham cobro às verdadeiras causas da miséria dos refugiados, dizendo não à mobilização da Bundeswehr pelo mundo fora, aos tratados reaccionários de comércio livre das multinacionais e aos ditames da troika: austeridade, regra de ouro e outros que tal.*

Pela nossa parte, consideramos necessário, e é a base do nosso compromisso, que tal política se baseie na mobilização de milhões de mulheres, homens e jovens organizados, organizados nos sindicatos e organizações de juventude que se reivindicam do movimento operário.

Unamo-nos para o conseguir, sindicalistas e membros da AfA (1).

(1) AfA: Comissão operária no SPD, que reúne sobretudo militantes sindicalistas.

Chile

Capitalização da CODELCO, privatização à vista

A CODELCO, Corporação Nacional do Cobre, é o maior produtor de cobre do mundo. A empresa é detida a 100 % pelo Estado chileno.

Em 24 de Outubro de 2014, Michelle Bachelet prosseguia a capitalização da CODELCO por um valor de 4 mil milhões de dólares. O anúncio tornava-se Lei da República, apoiada pelo Presidente da Federação dos Trabalhadores do Cobre, Raimundo Espinoza, que declarava: *“Queremos agradecer à Presidente Michelle Bachelet, ao parlamento, tanto aos senadores como aos deputados, a realização deste grande acordo, que muito lembra o que se passou quando o cobre foi nacionalizado: todos os actores políticos concordaram, nacionalizando esta grande empresa, pondo-a nas mãos do Estado... Agora, os trabalhadores do cobre têm a obrigação de se empenhar pelo seu país. O país está-se a endividar para dar recursos à empresa, a fim de a projectar nos próximos 50 anos. (...) Creio que nós, trabalhadores, saberemos responder, e que o movimento*

sindical do cobre estará à altura, como sempre tem estado, dos grandes desafios e processos que a nossa empresa e o nosso país têm vivido.” (1)

Dois anos depois, a situação da CODELCO é grave. Das declarações de Nelson Pizarro, seu presidente: *“Não há dinheiro. Não há a porra de um peso”* e de Raimundo Espinoza, afirmando que a CODELCO *“foi espremida como um limão”* descortina-se que o Estado não entregou os recursos da capitalização.

Desde 6 de Outubro de 2009, a CODELCO rege-se pela Lei das Sociedades Anónimas Abertas. Decidiu-se que — para começar o seu processo de modernização — a CODELCO capitalizaria 1.000 milhões de dólares, supridos pelo tesouro público via endividamento. O Estado emitiu, em Nova Iorque, um título obrigacionista de 600 milhões de dólares a 10 anos. A 29 de Outubro de 2010, são emitidos títulos por um valor de 1.000 milhões de dólares. Mas os primeiros títulos CODELCO não chegaram para os investimentos planeados. Novamente *“a CODELCO realiza uma emissão histórica de títulos por um valor de 2.000 milhões de dólares”*. Naquele momento, a dívida da CODELCO montava já a mais de 3.600 milhões. Actualmente, a sua dívida atinge 14.000 milhões de dólares. Porquê este endividamento? A resposta é que os vários governos procuram privatizar a CODELCO, mas não podem fazê-lo abertamente, dada a oposição da maioria do povo. Assim, têm de fazer a privatização da CODELCO criando condições para que a empresa nacionalizada não seja economicamente solvente, não seja rendível, endividando-a, conseqüentemente, para lá da sua capacidade de produção e de pagamento, impedindo a CODELCO de satisfazer as suas obrigações de resgatar os títulos e acções emitidos no estrangeiro. Assim conseguem que a CODELCO venha a constituir um custo insustentável para o Estado chileno. Com esta justificação, procuram aprovação política e social. Prepara-se a privatização da CODELCO eliminando todos os escolhos que a impediam, incluindo a *“Lei reservada do cobre”*, que permite transferir 10% dos lucros da CODELCO para as Forças Armadas.

SI

(1) Presse, 24 de Outubro de 2014

Japão

Reforma militarista da Constituição

Em que ponto está o governo Abe?

Um ano após a promulgação das leis em matéria de segurança, a 19 de Setembro, dezenas de milhar de manifestantes voltaram a concentrar-se em Tóquio frente ao Parlamento (23 000 pessoas), assim como em Osaka, Nagoya, Sapporo. Frente ao Parlamento, um manifestante afirmava: *“não renunciaremos enquanto estas leis não forem abandonadas”*. Estas impopulares leis de segurança, impulsionadas pelo primeiro-ministro Shinzo Abe (chefe do Partido Democrático Liberal), criam a possibilidade de enviar tropas japonesas combater no estrangeiro, em contradição com o artigo 9º da Constituição, que renuncia

formalmente à guerra e proibia, até agora, a utilização das forças armadas no exterior das fronteiras nacionais. Em vigor desde Março último, estas leis permitiram já o envio de Forças de Autodefesa para o Sudão do Sul: actualmente, 350 soldados participam em missões de reparação de rodovias e noutros trabalhos, sob a égide da ONU. Outros iniciaram já treino de “*salvamento de tropas estrangeiras atacadas*”, devendo ser enviados para o Sudão do Sul em Novembro. Elas permitiram, igualmente, a revisão de um acordo bilateral com o governo americano, acabado de assinar, em Setembro, devendo ser ratificado pelo Parlamento em Outubro. Se podiam já abastecer o exército americano de material militar (víveres, gasolina, logística...), as Forças Japonesas de Autodefesa poderão agora chegar a fornecer munições em zonas de combate. O Japão poderá igualmente reabastecer navios militares e aviões de caça americanos sem esperar pelo acordo do Parlamento. A impopularidade destas leis reflecte um sentimento anti-guerra muito marcado desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Em meados de Setembro, 165 pessoas, incluindo sobreviventes da bomba atómica de Hiroshima, entregaram uma queixa contestando a constitucionalidade destas leis. Pedem, nomeadamente, para se parar com a mobilização das “Forças de Autodefesa”. Esta queixa segue-se a outras já iniciadas contra o governo, acusado de violar a Constituição, cujo artigo 9º renuncia à guerra e cujo artigo 96º define o processo de emenda, que Abe evadiu. O Partido Democrata (principal partido de oposição), bem como o Partido Comunista Japonês, o Partido Social-Democrata e o “Partido da Vida do Povo” (Seikatsu No To) pedem oficialmente a revogação das leis. Nas eleições para o senado de Julho de 2016, estes quatro partidos apresentaram candidatos comuns em 32 circunscrições. Contudo, estes partidos, burgueses e operários, unidos para as eleições, não propuseram uma saída alternativa nem apelaram a manifestações contra a reforma (1).

Nessas condições, foi o partido de Abe que saiu “vencedor” — se bem que a abstenção ultrapassasse 46%. Os dirigentes da SEALDs, organização estudantil activa contra estas leis, decidiram dissolver a organização em 15 de Agosto de 2016, argumentando com a vitória do partido de Abe nas eleições para o senado. A sua capitulação veio mesmo a jeito para ajudar Abe a levar a efeito os seus projectos.

OS

(1) Alguns dirigentes deslocaram-se às manifestações.

Benim

Ruína da escola, reformas indescritivelmente opacas e descontentamento de professores e estudantes

A seguir à eleição presidencial de Março de 2016, o Benim conheceu uma mudança na cúpula do Estado. O presidente BONI YAYI, que terminava dois mandatos e não podia recandidatar-se, não conseguiu fazer passar o seu candidato, Lionel ZINSOU (um

franco-beninense), que aparecia visivelmente como o homem da Françafrique. Estas eleições acabaram por içar à cúpula do Estado um homem de negócios chamado Patrice TALON, antigo amigo de BONI YAYI, que ele ajudara a aceder ao poder em 2006. Note-se que, em 2012, as relações entre os dois homens se haviam deteriorado, ao ponto de Patrice TALON se ter visto obrigado a escolher o caminho do exílio.

Continuação das privatizações das telecomunicações, da água, da electricidade, dos caminhos de ferro, dos portos

O novo poder, dito “da ruptura” ou da nova abalada, tem tentado mostrar aos trabalhadores e ao povo que está à escuta das suas preocupações, procedendo à anulação de concursos fraudulentos organizados sob o regime precedente. Contudo, apesar das aparências, o novo poder pouco tranquiliza. Os novos dirigentes preparam reformas, tanto políticas como no domínio da educação, por exemplo, numa indescritível opacidade. (...) Acresce que as medidas do governo têm visado, sobretudo, passar os sectores algodoeiros para as mãos de empresas pertencentes ao Sr. TALON, afastadas durante o reino do seu predecessor, nomeadamente a partir de 2012.

Como o seu predecessor, o poder “da ruptura” prossegue a política de privatização das empresas estatais cuja viabilidade não se consiga demonstrar. Entre outras, a BENIN Télécom SA, a Société Nationale des Eaux du Bénin (SONEB), a Société Béninoise de l’Energie Electrique (SBEE); a Organisation Bénin–Niger des Chemins de Fer (OCBN), transformada entretanto em BENIRAIL (e confiada, desde o regime anterior, ao grupo BOLLORE em detrimento dum homem de negócios beninense, que pôs o caso na justiça), a Société Nationale de Manutention Portuaire (SOBEMAP), etc.

Descontentamento dos professores e dos estudantes

Os limites do governo actual vêem-se em algumas das medidas tomadas para “melhorar os resultados escolares”, que, nos últimos exames, foram de 16% no caso do BEPC, de 30% no BAC e 39% no CEP. Sabido embora que as causas deste mau desempenho se devem procurar a vários níveis, as medidas tomadas para este regresso às aulas visaram demitir os directores de escolas com resultado de 0%, suprimir certas escolas e recusar a criação de novas escolas ou grupos pedagógicos. Ao pôr na primeira página do seu número 6585 de terça-feira, 4 de Outubro de 2016, o título “A escola desperta com as suas dificuldades”, o diário informativo nacional, *La nation*, dava bem conta de como estas medidas ficam muito aquém de uma solução para o mal-estar que se esconde atrás deste regresso às aulas de 3 de Outubro. Manifesta-se já o descontentamento. Numerosas organizações de professores, sem deixar de apelar ao reinício das aulas, não escondem a sua amargura, tanto mais que a maior parte das reivindicações com que as autoridades se tinham comprometido não foram satisfeitas. A CSTB já tinha, aliás, dado o diapasão no dia 6 de Setembro, no termo de um seminário intitulado “A ruína da escola beninense: balanço e perspectivas”.

Nessa ocasião, a CSTB dissera nomeadamente que um regresso às aulas pacífico não era sinónimo nem de ano pacífico nem de ano conseguido. No sector da saúde, a

situação está longe de ser brilhante: um agrupamento de sindicatos lançou, a 4 de Outubro, uma greve, exigindo a satisfação de certas reivindicações levadas há já muito ao conhecimento das autoridades. Agentes de algumas estruturas do ministério do desenvolvimento rural protestam contra a supressão das ditas estruturas, que se arrisca a implicar o seu puro e simples despedimento. Lembre-se que tudo isto ocorre depois do movimento dos estudantes da Faculdade de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade de Abomey-Calavi contra o sistema LMD, que resultou na invalidação do ano académico para os estudantes desta faculdade e na suspensão por cinco anos de 21 dirigentes estudantis.

Rav

5 de Outubro de 2016

[Títulos e intertítulos da redacção d'A Internacional]

Bélgica

Caterpillar

Manutenção de TODOS os postos de trabalho! O governo valão que tome medidas para satisfazer esta reivindicação, começando por nacionalizar!

Extraído do boletim "Unité-Eenheid" de 1 de Outubro de 2016

Ao anunciar-se a decisão do grupo Caterpillar de encerrar a fábrica de Gosselines, os trabalhadores ouviram numerosas tomadas de posição políticas. De um lado, falou-se-nos de "requisitar" a fábrica, de "confiscar" a fábrica para negociar, encontrar comprador. Do outro, que requisitar "não é realista", a multinacional não tem a mínima intenção de recuar, acrescentando-se não poder haver um comprador único; na melhor das hipóteses,

prepara-se o desmantelamento da plataforma para dar lugar a um centro de PME. Assim, o governo valão assegurou que "se baterá para manter no local o máximo de equipamentos e actividades". Paul Magnette(1) declarou: "Assumiremos o controlo da implantação da Caterpillar, por expropriação ou outra via. É uma promessa formal".



"Estamos, pois, no mesmo pé de quando se deu o encerramento da Mittal em Liège, o do início de um longo processo adornado de promessas de investimentos e ajudas públicas"

Entretanto, Paul Magnette agarra-se ao processual: "A primeira etapa é apresentar alternativas. Há que demonstrar que é possível manter uma actividade substancial no local."

Esclarecendo em seguida o primeiro ministro valão que "nesta óptica, a Valónia enquadrar-se-á na estratégia de investimentos públicos coordenada com o nível federal, preservando no seu orçamento capacidades de investimento, mesmo que a Comissão Europeia não nos dê autorização prévia".

Estamos, pois, no mesmo pé de quando se deu o encerramento da Mittal em Liège, o do início de um longo processo adornado de promessas de investimentos e ajudas públicas obrigadas a passar pelo filtro da aprovação a posteriori da Comissão Europeia, guardiã dos tratados europeus que organizam a concorrência livre e não falseada.

Um plano de liquidação de postos de trabalho na Caterpillar e sub-contratadas?

Não acabarão todas essas declarações, cada uma aparentemente mais firme que a anterior, por não servir para nada senão deixar passar o plano de liquidação dos postos de trabalho na Caterpillar e sub-contratadas? Ora, a única exigência que permite evitar esta nova catástrofe social é a manutenção de todos os postos de trabalho. A FGTB(2) de Charleroi e do Hainaut Meridional tem razão em "recusar o plano de encerramento". Os trabalhadores não têm outra opção que não seja dirigirem-se ao governo valão para que ele anule o plano de encerramento e garanta a manutenção de todos os postos de trabalho. A CGSP ALR-LRB de Bruxelas pronunciou-se nesse sentido: "Não nos resignemos! Todos e cada um dos postos de trabalho devem ser salvos! O nosso governo foi capaz de nacionalizar os bancos para salvar os ricos, batamo-nos hoje para nacionalizar a Caterpillar, única saída possível para salvar os postos de trabalho e o futuro da região." (...)

É a contradição do capitalismo: para proteger os seus lucros, os financeiros exigem que os custos sejam continuamente reduzidos, o que implica destruir emprego, o que implica reduzir o consumo, o que implica, por sua vez, estar a criar condições para a crise industrial rebentar.

É preciso sair desta lógica infernal. Se os capitalistas decidiram suprimir as nossas indústrias em nome dos seus lucros financeiros, cabe ao Estado agarrar o testemunho. Historicamente, os trabalhadores construíram as suas organizações com um programa socialista. Ora, não é o que está na ordem do dia? A comissão europeia (belga) Marianne Thyssen declarou: "Devo dizer que, sim, a Europa é social. Queremos mesmo que, no coração das nossas políticas, esteja o crescimento, o investimento e o social. Estamos atravessando um período de numerosas mudanças. Mudanças que irão também criar empregos, mas destruindo outros. Temos bem consciência disso, e cá estamos para acompanhar".

A verdade é que quem hoje permite o encerramento da Caterpillar é a União Europeia, criada fundamentalmente contra as nacionalizações. Por isso entendemos necessário romper com a União Europeia. Não é chegado o momento de, todos unidos, nos dirigirmos ao governo valão, exigindo-lhe que tome medidas para manter TODOS os postos de trabalho da fábrica Caterpillar e suas sub-contratadas?

(1) Paul Magnette é o Ministro-Presidente da Valónia, a região francófona da Bélgica. É o presidente do Partido Socialista (valão).

Turquia

A “impotência” do imperialismo americano e o oportunismo de Erdogan

Muito embora tivesse sido uma fracção do imperialismo americano (provavelmente o Pentágono) que apoiou a tentativa de golpe de Estado fomentada em 15 de Julho pela seita Gülen (instrumento directo da CIA na Turquia e em 170 países, com as suas próprias escolas e universidades), ninguém se atreverá a dizer que a administração de Obama não estava ao corrente do assunto. Sabia perfeitamente, mas não queria aparecer como “apoiantes” dos golpistas em caso de malogro. O que implica que não tinha a certeza da “vitória” destes.



A mesma observação vale para a UE. O secretário de Estado americano John Kerry confessou-o logo nos primeiros dias da intenciona de 15 de Julho: *“Eles [os golpistas] estavam tão certos da vitória [do golpe de Estado] que fizeram abertamente propaganda nas cimeiras da UE.”* Viemos mais tarde a saber que até a direcção da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) estava na expectativa do golpe de Estado. Aliás, na Europa ninguém protestou a não ser o primeiro-ministro norueguês. Como o nota claramente o editorial do número 3 d’A Internacional, *“Golpes de Estado, destabilizações e ingerências só podem sustentar a extensão das guerras.”* Assim, quem tira proveito da situação é Erdoğan, que, pela primeira vez desde há anos, encontra a ocasião de intervir militarmente na Síria. Esta intervenção oferece-lhe uma tripla vantagem ou terreno, evidentemente com as suas próprias contradições.

A principal ocasião é claramente a oportunidade de esmagar o movimento curdo na Síria, de momento protegido do imperialismo americano (não esqueçamos que a ala militar forte do PKK (1) está implantada na Síria, onde trabalha em cooperação com as forças especiais americanas), fazendo de conta que luta contra o EI (IS)! Não é grande problema, pois o imperialismo americano também faz de conta que luta contra o EI. A intervenção militar de Erdoğan na Síria tem uma segunda finalidade: mostrando-se como aliado dos Estados Unidos na região, pretende recolher as migalhas do petróleo de Mossul. Em terceiro lugar, a guerra facilita o prolongamento do estado de emergência, que é de facto ainda mais duro do que o estado de sítio.

Porém, a grande dificuldade e contradição de Erdoğan na sua luta mortal contra a seita de Gülen são as ligações desta com o imperialismo americano. Não pode atacar as cúpulas da seita. Contenta-se em lutar contra os simpatizantes da confraria e, sobretudo, contra a ala legal do movimento curdo.

SO, 10 de Outubro de 2016

(1) PKK: Partido dos Trabalhadores Curdos, partido nacionalista curdo, em luta armada há 30 anos, primeiro pela independência, depois pela autonomia das regiões curdas.

Hungria

Depois do Referendo

Queréis que a União Europeia decrete a realocização obrigatória de cidadãos não húngaros para a Hungria sem a aprovação do Parlamento húngaro? O referendo, esse jogo sujo iniciado pelo governo húngaro, falhou. Acabaram por só votar validamente 40,68% dos eleitores. Apenas um terço do povo concorda com o governo.

Cinco milhões, não. (...) Contudo, este ano e meio de campanha governamental (cartas personalizadas, cartazes gigantescos, bandeiras em todo o lado, publicidade permanente, informações televisivas e radiofónicas eivadas de propaganda) custou-nos 17 mil milhões de forint. Ou seja, o salário médio de 100.000 trabalhadores!

Nem uma palavra quanto à política da União Europeia, que exige a diminuição do défice, o pagamento da dívida pública e a realização de “reformas”.

Não que o governo de Orban (1) as não tivesse executado com primor: *“o défice é inferior a 3%, no ano passado 1,6%”*, a dívida desce também. Em cinco anos, este governo realizou numerosos cortes na saúde, no ensino, nas reformas, reduziu as prestações por doença, a duração do subsídio de desemprego, os subsídios aos inválidos, etc.

Mas o que diziam os dirigentes sindicais do referendo? *“Que cada um vote como bem entender”*. E os dirigentes dos partidos de “esquerda”? *“Fiquem em casa!”*, enquanto repetiam palavras de ordem pela UE social... Dos verdadeiros problemas nada se ouviu, tão-pouco uma palavra acerca daquele pacto entre a UE e o governo turco que não difere muito da política de Orban. A classe operária procura a via do combate (esbarrando nas suas direcções); encontrou-a no boicote.

Nós organizámos encontros com os militantes, participámos nos debates, colámos cartazes públicos e, como as manifestações estavam proibidas, participámos na “jornada pela paz”. Viu-se: a maioria do povo não mexeu um dedo quando lhe pediram para responder a uma pergunta tão estúpida e infundada. E agora, que se vai passar? *“Politicamente, a participação não tem importância”*, disse Orban (Rádio católica), *“quem não vota não pertence à comunidade dos húngaros”*, acrescentou. Ou seja, o referendo falhado é um mero pormenor, os ausentes são traidores (...).

O seu princípio é claro: *“não queremos ver os migrantes na Hungria”*, mas — cuidado! — *“tudo se fará de perfeita harmonia com o direito europeu e com os nossos compromissos internacionais”*.

A 14 de Setembro, fontes próximas da Comissão afirmaram que esta não via razão para rever o seu ponto de vista de considerar que, na Hungria, *“as normas do Estado de direito e as liberdades fundamentais não estão afectadas, não se encarando a possibilidade de sanções”*. Efectivamente.

●
SJ,

7 de Outubro de 2016

(1) Primeiro Ministro húngaro, conservador reaccionário.

Portugal

Enfermeiros em greve nos dias 13 e 14 de Outubro

Compromisso com a “Europa” ou compromisso com os trabalhadores?

Na preparação do Orçamento para 2017, caminha-se, no meio de muito barulho para despistar, para a colisão frontal entre o respeito pelos “compromissos europeus” do país, de que a direcção do PS fez pedra basilar deste governo, e a promessa de fim da austeridade e de reposição dos direitos retirados pelo anterior governo da troika. Pelo anterior governo da troika.



Porque este governo parece já ter escolhido ser o actual governo da troika. Ministros e dirigentes afadigam-se em discutir como organizar a contabilidade pública de modo que o défice em 2017 seja inferior a 2%. É isso que se discute. Não se discute do que precisam os trabalhadores portugueses depois de 10 anos de privações. O orçamento é o orçamento do que eles chamam a “Europa”. Não é o orçamento dos trabalhadores e do povo.

A cortar este “dilema” no seu cerne surge a luta dos enfermeiros — dilema, repita-se, que o não é, pois o primordial respeito pelos compromissos europeus está lá desde o princípio como alfa e ómega do programa de governo, para quem quisesse ver.

Discriminados na reposição das 35h na função pública, de que foram excluídos os enfermeiros com “contrato individual de trabalho”, já antes do verão os enfermeiros haviam assinalado que não se conformariam. Agora, entraram em greve. Esta greve mostra o único caminho que serve aos trabalhadores portugueses.

Os enfermeiros reivindicam o mínimo aceitável para respeitar o compromisso com a sua dignidade, nomeadamente: reposição do valor integral das horas de qualidade e extraordinárias; admissão de enfermeiros; progressão nas posições remuneratórias e abertura de concursos; 35h semanais para os enfermeiros em “contrato individual de trabalho” que não as detêm; medidas que minimizem a penosidade e o risco inerente à profissão.

Ficar à espera que o PS, o Bloco de Esquerda e o PCP encontrem a poção mágica para respeitar tanto os compromissos europeus como o compromisso de abolição das políticas de austeridade? Ou abolir a política de austeridade pela acção directa da classe? Os enfermeiros, depois dos estivadores, mostram que este último é o único caminho que serve. Não há outro. Os outros que discutam contabilidade pública. “Europeia”.

Fim do respeito pelos “compromissos europeus”!

Por um governo ao serviço dos trabalhadores, não da “Europa”!

•
AZ

Italia

Lorenzo Varaldo

Ao que Vamos?

Excerto da convocatória para o comício de 20 de Outubro do Movimento pela Revogação (MPA)

Ensino, trabalho, reformas...

E agora, uma “reforma” da Constituição para acelerar mais ataques? Não!

Ensino: início de ano lectivo mais desastroso do que nunca. Trabalho: contratos sem termo certo em queda livre (-29,4%), despedimentos em aumento (+7,4%). governo propõe pagá-las com um “empréstimo” aos bancos e especuladores. Fracasso de Renzi, que, apesar disso, se apresta a levar a cabo novos cortes orçamentais impostos pela UE.

Capitalistas, especuladores e instituições que os representam estão preocupados com a possível vitória do “não” no referendo constitucional.

A UE interveio várias vezes em apoio ao “sim”, prometendo a “catástrofe” se o “não” ganhasse. Depois foi a vez da Confindustria(1): “queremos e esperamos a vitória do sim e combateremos por ela” (Bocchia 20/8). Coube, a seguir, à administração americana, por intermédio do seu embaixador em Itália, fazer ameaças:

“Se o NÃO ganhar, é um passo atrás e adeus aos investimentos” (13/9). No mesmo dia, os dirigentes da agência de notação Fitch declararam-se preocupados com o



avanço do “não”.

Há, indubitavelmente, uma razão para isto. Analisemo-la.

A “reforma” prevê, antes de mais, instaurar o que todos os governos — incluindo os que hoje contestam este texto — e quase toda a oposição (incluindo o Movimento “Cinco

Estrelas”) têm repetido nos últimos 25 anos: abolir o bicameralismo integral. Em relação ao resto da lei constitucional (que encerra, aliás, outros aspectos reaccionários), têm-se manifestado pouco a pouco “diferenças” de pontos de vista e de propostas, mas, quanto a este ponto, todos eles ainda hoje estão de acordo.

Porquê? Pela simples razão de que, acabando o bicameralismo integral (2), os governos teriam muito mais facilidade em fazer aprovar as destrutivas contra-reformas impostas pela UE, pelo FMI, pelos capitalistas.

O caminho parlamentar seria mais curto, as possibilidades de organizar a mobilização mais reduzidas e, com elas, o papel que as organizações sindicais pudessem desempenhar. Além disso, certo é que esta “reforma”, combinada com a do sistema eleitoral, poderia entregar este enorme poder nas mãos de um só partido que “ganhasse” as eleições com 15% dos votos dos italianos ou até menos. É isso que interessa os

trabalhadores, e é por isso que na vitória do “não” se joga muito.

Há que ser claro quanto ao que está em jogo. É certo que nem a actual Constituição, nem as leis eleitorais que se foram sucedendo, nem o bicameralismo integral impediram 25 anos de ataques raivosos contra os trabalhadores, os jovens, os aposentados. Não impediram atentados contra as reformas, cortes orçamentais desastrosos na saúde pública, que acarretam esperas de um ano para intervenções e exames urgentes, provocando a morte de milhares de pessoas perfeitamente tratáveis, não impediram o mortal ataque contra os contratos colectivos, as privatizações... assim como não impediram o ataque ao ensino público que hoje atinge níveis sem precedentes.

Seria, porém, erro grosseiro pensar que se chegou ao fim, que os ataques terminaram, que não é possível ir mais longe. O que se viu até aqui nada é comparado com o que pretende e dita a UE, e Renzi lança e aplica a uma velocidade inaudita. O objectivo deles é fazer tábua rasa da saúde e do ensino públicos, dos contratos, das reformas e do que resta dos serviços públicos.

Só que no caminho deles estão os trabalhadores, os reformados e os jovens, que não aguentam mais. Algumas horas apenas passadas sobre as declarações do embaixador americano, Mattarella(3) e vários observadores tiveram de intervir para relativizá-las, percebendo que o efeito sobre as sondagens era devastador, com o “sim” em queda livre e o “não” em alta. Pois é, caro Renzi, caros “mercados”, cara UE: hoje em dia, basta vocês abrirem a boca para as pessoas compreenderem que é preciso bater-se contra o que vocês digam!

Rejeitado primeiro pela rua, depois pela votação nas eleições regionais de 2015, depois ainda pela ainda mais estrondosa votação nas eleições municipais de Junho passado, o governo Renzi está por um fio e, com ele, todas as suas “reformas”, cujo fracasso emerge à luz do dia.

A vitória do “não” seria, assim, um golpe infligido não apenas à lei constitucional, mas a todas as “reformas” lançadas e em preparação, abrindo novas perspectivas para a sua revogação. Seria, por fim, um golpe infligido à UE que as impõe. A posição oficial da CGIL (4) a favor do “não”, que “vincula todas as estruturas” a militar nesse sentido, é pois, um ponto de apoio para esta batalha, que torna, sem dúvida, necessária a discussão mais livre possível sobre as motivações do “não”.

Para nós, a questão é, como sempre, muito simples: como ajudar a construir a vitória do “não”?

Venham discutir no dia 20 de Outubro ao comício público convocado pelo MPA (5).

•

(1) Confindustria: a associação patronal italiana.

(2) Bicameralismo: sistema parlamentar de duas câmaras: a Câmara dos Deputados e o Senado têm, ambos, de aprovar o mesmo projecto de lei, nos mesmos termos, para que ele possa ser adoptado.

(3) Presidente da República italiana.

(4) Principal confederação sindical italiana dos trabalhadores.

(5) Movimento pela Revogação, agrupamento político em que os militantes da IVª Internacional na Itália intervêm.

França

Pela Constituinte, por um partido de classe que combata pelo governo operário



A direcção nacional da secção francesa do CORQI, a Tendência Comunista Internacionalista (TCI) reuniu-se nos dias 22 e 23 de Outubro de 2016. Entendendo que o plano de recrutamento para a IVª Internacional “condensa a nossa avaliação do momento da situação política e das nossas tarefas”, a resolução adoptada debruça-se sobre a crise da Vª República:

“Este regime bonapartista assenta acima de tudo no lugar do presidente, que é a sua pedra angular. Ele só pode desempenhar esse papel na condição de ser reconhecido como ponto de equilíbrio entre as classes sociais, as formações políticas e todas as componentes da sociedade. Ora, esta pedra angular está hoje em risco de desabar. Rejeitado pela imensa maioria da população, o presidente é agora “largado” pelos seus mais fiéis apoiantes dentro do seu próprio partido. (...) É a própria cúpula do Estado que provoca e atiza a revolta de pilares essenciais seus, como o exército (cujo mal-estar é do domínio público), a justiça (atacada por Hollande no seu livro), e a polícia, cujas concentrações reflectem, ao mais alto nível, a crise do Estado. (...)”

Apesar disso, o regime aguenta-se. Está por um fio, mas aguenta-se”, nomeadamente “porque aqueles que, nas cúpulas das organizações, tiveram nas mãos a possibilidade de o obrigar a recuar em relação à reforma El Khomri, não a assumiram; porque aqueles que teriam hoje a possibilidade de ajudar a classe operária a unir forças para abater este regime de arbítrio anti-operário e antidemocrático participam em vez disso no salvamento dele, ao situarem-se, todos eles, no respeito pelas instituições da União Europeia e da Vª República. Papel de primeiro plano nas operações de salvamento do regime ocupam, conjuntamente, sectores das cúpulas do aparelho saídos da crise do estalinismo e a CCI. Quer-se impor às organizações sindicais um quadro comum com os “partidos políticos de esquerda”, na tentativa de as fazer participar como tal na eleição presidencial na linha de “barrar o caminho à extrema-direita”, aprofundando “o processo de integração das organizações sindicais nas instituições da Vª República. (...) Isto ocorre, contudo, num quadro em que o movimento da classe, tal como se manifestou no processo da lei El Khomri, continua a marcar todas as relações sociais. (...) A situação é, mais do que nunca, caracterizada por este confronto entre a ofensiva desagregadora provinda de certas cúpulas e a resistência a essa ofensiva.”

A resolução acrescenta que “só a IVª Internacional, armada com o programa marxista, está em condições de levar até ao fim o combate pela ruptura, ou seja, para acabar com o sistema de exploração capitalista baseado na extorsão de mais-valia. No entanto, também é um facto que qualquer segmento do movimento operário que ponha — ainda que de forma parcial ou embrionária, ainda que sem tirar todas as conclusões políticas — o problema da preservação da

independência das organizações está, na prática, ao entrar em contradição com a tendência dominante do movimento das cúpulas, orientadas para a integração corporativista, a dar um passo na via da ruptura.” Daí a importância dos primeiros 387 delegados, de todo o país, a uma conferência pela ruptura e dos 5.392 subscritores públicos do apelo que a convoca, quase 5.000 dos quais não são trotskistas, confirmando *“que esta conferência não pode nem deve ficar sem seguimento”*.

“Há uma ligação entre a defesa da independência das organizações e o combate político pela ruptura com a Vª República e a União Europeia, combate que tende, cada dia mais, a pôr directa e imediatamente em causa Hollande, enquanto presidente que perdeu toda a legitimidade. Essa ligação é a base comum representada pela linha da democracia, contra o governo Hollande e a sua política.” (...)

Daí se segue a fórmula da Assembleia Constituinte, que *“põe na ordem do dia o movimento de milhões para impô-la — impor, portanto, a forma da democracia, mas não só: também o seu conteúdo social.*

(...) É neste quadro que tem lugar o conselho federal nacional do Partido Operário Independente Democrático. As primárias, tal como a operação de “tiragem à sorte”, de Mélenchon, têm em comum querer dissolver toda e qualquer forma de democracia de representação e de delegação, numa ofensiva que visa a existência tanto dos partidos como dos sindicatos. (...)

No que nos diz respeito, importa mais do que nunca opor-lhe a necessidade de um partido, de um partido no terreno de classe, a intervir na luta de classes e a combater pelo governo operário.”

•

● VIDA DA IVª INTERNACIONAL - CORQI

Campo internacional de jovens de 2016

49 jovens de cinco países debatem com a IVª Internacional

A *Internacional* n°3 publicou os documentos da Conferência Internacional da Juventude de 1938 organizada pelos bolcheviques-leninistas. Como dissemos quando o CORQI se constituiu em Turim, em Fevereiro de 2016, a linha seguida pelos que provocaram uma crise sem precedentes na IVª Internacional, linha que hoje se traduz na adaptação aos aspectos mais reaccionários da política dos aparelhos contra-revolucionários, havia revertido — nomeadamente na secção francesa da IVª Internacional — no completo abandono da vontade de construir a IVª Internacional na juventude.

No congresso constitutivo da Tendência Comunista Internacionalista (IVª Internacional), em Novembro de 2015, os delegados fizeram eco de uma insistência especial: retomar o trabalho da IVª Internacional para a juventude. Foi isso que decidiu o congresso constitutivo da TCI a, em resolução unânime, aprovar *“a realização de um campo de jovens da TCI no próximo verão”*, definindo um modesto objectivo de cinquenta participantes,

baseando-se nos primeiros resultados da campanha *“No Código do Trabalho não se toca!”* na juventude.

Em Turim, informados da decisão da TCI, vários delegados insistiram em que este campo de verão se tornasse em campo internacional.

A decisão de realizar o campo animou a direcção da TCI a elaborar uma política para a juventude. Assim, no início do mês de Março de 2016, a TCI decidiu apoiar e difundir *“o apelo de 93 jovens à constituição da organização Juventude Revolução”* quando, em França, os jovens começaram a sair dos liceus e universidades pela *“retirada da lei trabalho”*, procurando, apesar dos obstáculos, a junção com a classe operária e suas organizações. No fogo dos quatro meses de intensa luta de classes em França, começaram a constituir-se os primeiros grupos Juventude Revolução, que mandaram 61 delegados, que vieram a aprovar um manifesto no congresso constituinte de 4 e 5 de Junho de 2016, em Paris. No mesmo movimento em que ajudávamos a constituir este primeiro embrião de organização de juventude autónoma, recolhíamos inscrições para o campo de jovens da TCI. Este campo realizou-se nos dias 27, 28 e 29 de Agosto de 2016, com a participação de 49 camaradas, cinco deles jovens militantes de organizações (filiadas no CORQI ou não) da Bélgica, dos Estados Unidos, da Azânia-África do Sul e da Rússia. E quarenta e quatro jovens (estudantes liceais, universitários e jovens trabalhadores) de França, metade deles não membros da TCI.

As discussões, animadas tanto por camaradas da Internacional como pelos jovens militantes franceses, versaram, entre outros temas, o papel da violência na história, a questão do partido negro e do Labor Party nos Estados Unidos, o combate pela República Negra na Azânia, o balanço de quatro meses de luta de classes em França, como os trotskistas belgas vêem a questão linguística e o combate pela unidade da classe operária, o balanço da estalinismo na Rússia hoje. Em França, estamos, depois do campo, a organizar na TCI um número significativo de jovens que nele participaram em torno da construção de uma organização autónoma de jovens revolucionários. *Jeunesse révolution* lançou há pouco uma ampla campanha de recolha de assinaturas pela retirada imediata das tropas francesas e pelo termo das intervenções militares imperialistas do gover-

no Hollande-Valls. Todos os jovens presentes no campo decidiram que o dinheiro recolhido nesta campanha serviria não apenas para financiar a participação de um jovem de França na conferência de Mumbai, mas também para ajudar um jovem da Azânia a participar. Na véspera do centésimo aniversário da revolução russa, reivindicamo-nos das palavras de Lenine e Liebknecht: *“O inimigo principal é o nosso próprio governo imperialista”*. É nesse terreno que vemos a construção da organização de juventude. No próximo ano, segundo a decisão dos jovens participantes, definimos como objectivo reunir cem jovens de França e camaradas nossos de diferentes países debaixo da palavra de ordem *“1917-2017: actualidade da revolução de Outubro de 1917, actualidade da revolução”*.

DF

No dia 28 de Agosto de 2016 no cemitério de Thiais (França)

Homenagem a Sedov, Trotsky, e a todas as vítimas do estalinismo; actualidade do seu combate

Artigo publicado nas páginas da “tribuna livre” do jornal operário francês *La Tribune des travailleurs*, n° 53



Homenagem prestada na presença de militantes do Paquistão, África do Sul-Azânia, Estados Unidos, Bélgica e Rússia, membros ou não do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI).

Extractos das intervenções.

Thiais, 28 de Agosto de 2016 — Numa linha de continuidade que já dura há trinta anos, a secção francesa da IVª Internacional, a Tendência Comunista Internacionalista (IVª Internacional) organizou, no domingo, 28 de Agosto, uma concentração junto ao túmulo de Leão Sedov, em homenagem a Leão Sedov, Leão Trotsky e a todos os militantes operários de todas as tendências vítimas do estalinismo.

“Venho de um país que está sob o jugo da guerra”

Rubina Jamil, militante operária paquistanesa

Eu venho de um país, o Paquistão, que está sob o jugo da guerra. As forças imperialistas começaram por fazer guerra no Iraque, depois no Afeganistão, e continuam nesses países. A guerra está a devastar o Paquistão. (...)

A política do imperialismo americano é a fonte de inúmeros problemas, provocando, deste modo, o ascenso do extremismo no Paquistão.

Em nome do jihad, jovens sem trabalho participam em atentados suicidas. Três mil pessoas perderam, assim, a vida este ano no Paquistão, entre as quais mulheres, crianças, pessoas inocentes (...). Em nome da classe operária paquistanesa, queremos dizer-vos aqui que a paz é essencial e que é preciso acabar com a exploração.

O trabalho, para a maior parte dos paquistaneses, é trabalho desregulamentado em empresas sub-contratadas, quando não sub-subcontratadas.

Para fazer ouvir a voz da classe operária, dirigentes sindicais da Índia, Vasudevan e outros camaradas, convocaram uma conferência para Mumbai, de 18 a 20 de Novembro de 2016.

Eu faço-vos um apelo, a vós, militantes, jovens, sindicalistas, aderentes do POID: juntem-se activamente a nós na preparação desta conferência.

Juntos, de mãos dadas, podemos fazer desta conferência um êxito no caminho para acabar com a guerra, a exploração, o trabalho precário, não só na nossa região, mas no mundo inteiro.

“Milhares de operários estão a começar a organizar-se em sindicatos independentes”

Denis, militante da organização “Plataforma Operária” da Rússia

Hoje, no meu país, após a queda da União Soviética, continuamos a sofrer as consequências negativas dos erros do passado.

O movimento de esquerda na Rússia é fraco. Acima de tudo,

porque as políticas isolacionistas, autoritárias e militaristas continuam a pesar sobre a população.

Na Rússia, milhões de operários são membros da organização sindical chamada Federação dos Sindicatos Independentes da Rússia (FNPR), completamente controlada pelos patrões. Esta organização não pode, nem quer, ajudar os trabalhadores a resolver os seus problemas.

Mas a situação está a mudar, à medida que as pessoas vivem na sua própria carne a realidade da exploração capitalista e se dão conta de que ninguém vai resolver os seus problemas por elas.

Milhares de operários começam a organizar-se em sindicatos independentes. O nosso objectivo é ser a locomotiva de tal movimento.

Pela nossa parte, consideramos que é mais do que nunca indispensável estudar os erros do movimento socialista no passado, quando a falta de solidariedade internacional resultou no fracasso da revolução socialista mundial e nos pôs a todos na situação em que hoje nos encontramos. Remonto ao que disse no início: é uma honra para nós participarmos hoje nesta concentração, porque a nossa esperança mais profunda é que, desta vez, pelo internacionalismo e pela acção conjunta, impediremos a derrota do movimento operário.

“Continuaremos a bater-nos por uma República Negra da Azânia”

Mandla, militante operário da África do Sul (Azânia)

Represento aqui a juventude e a classe operária negras da Azânia, represento aqui os mais pobres de todos os pobres da Azânia, represento aqui os 70% de jovens que estão no desemprego no meu país e, também, todos os

africanos do sul que hoje vivem de menos de um dólar (80 centavos de euro) por dia (...).

O PC da África do Sul, o ANC, que governam o país, e a COSATU são estalinistas da pior espécie. Tivemos a prova disso no que aconteceu em Marikana (...).

Enquanto estamos hoje aqui concentrados, a África do Sul está à beira do colapso. As formas mais elevadas de organização da classe operária e do movimento de libertação do país estão em implosão. Que resta à classe operária? Os dirigentes que ontem faziam os discursos mais inflamados estão tratando de ser o mais bem vistos possível pelos imperialistas ocidentais.

(...) Nós, jovens trabalhadores aqui presentes, continuaremos a apoiar a juventude de França na sua campanha para sair da União Europeia. Apoiamos igualmente os trabalhadores britânicos que votaram pelo Brexit contra a União Europeia. Nós bem sabemos que a União Europeia não é a união dos trabalhadores da Europa, mas a união do grande capital, a união dos imperialistas. Continuaremos a bater-nos por uma República Negra da Azânia.

“Reafirmamos a actualidade do programa da IVª Internacional”

Daniel Gluckstein, em nome da Tendência Comunista Internacionalista (TCI)

Depois de recordar que, ao comemorar a memória de Leão Sedov, estávamos reafirmando a actualidade do

programa da IVª Internacional, Daniel Gluckstein prosseguiu: Esse programa, que dizia?

Dizia, e diz, que a falência do capitalismo se reflecte em que, longe de ele permitir o desenvolvimento das forças produtivas, se alimenta unicamente da destruição maciça delas. Em primeiro lugar, da destruição da força de trabalho. Os 72 milhões de jovens desempregados do mundo, os precários, os sem-tecto são reflexo disso.

Esse programa dizia, e diz, que éramos e somos hoje defensores incondicionais de cada uma e de todas as conquistas da classe operária e da democracia (...).

Que dizia esse programa, que diz ele? Dizia que a IVª Internacional não tem lugar em nenhuma combinação de frente popular, essas alianças entre os partidos que se reivindicam da classe operária e partidos da burguesia. Alianças cuja consequência única é preparar o terreno para a derrota do proletariado e, ulteriormente, para o fascismo.

Que dizia, que diz esse programa? Diz que, seja em que circunstâncias for, os militantes da IVª Internacional combatem pela frente única operária, isto é, pela unidade

das fileiras da classe operária e das suas organizações em ruptura com a burguesia.

Dizia, e diz o programa, que não há meias medidas entre socialismo e capitalismo, que só a classe operária, pelo seu próprio movimento revolucionário, pode arrancar à classe capitalista os meios de produção e revolucionar o curso da história.

“Nós queremos acabar com este velho mundo”

Elisa, militante de Jeunesse Révolution (França)

Neste mesmo momento, está decorrendo o primeiro fim-de-semana dos jovens revolucionários por iniciativa da TCI (...). Quando digo “nós”, falo dos 47 jovens presentes, vindos de toda a França, de quatorze departamentos. Falo, também, dos

jovens vindos dos Estados Unidos, da Rússia, da Azânia (...). Nós queremos acabar com este velho mundo, queremos pôr fim ao sistema de exploração do homem pelo homem e, para

isso, só precisamos de uma coisa: uma organização independente que nos pertença (...).

Hoje como ontem, defrontamos um sistema em decomposição que só tem para nos oferecer guerra, precariedade, empregos mal pagos, a destruição das nossas universidades, dos nossos diplomas, de todos os nossos direitos à instrução, à saúde; hoje como ontem, somos alvo de repressão terrível.

Continuamos a ser vítimas de violência organizada, continuamos a enfrentar a classe capitalista que tenta, sem esmorecer, dividir-nos através de conflitos comunitários artificiais. E é precisamente aí que se insere a construção de Jeunesse Révolution: combater, sejam quais forem as circunstâncias, pela unidade dos jovens e dos trabalhadores. (...) Decidimos que o nosso lugar era nesta homenagem, prestada a um jovem assassinado à idade de 32 anos. Assassinado porque se tinha juntado ao combate revolucionário e recusado a renunciar à revolução mundial, recusado os privilégios e a arregimentação da burocracia, comprometendo-se com o combate pela IVª Internacional. ●

OS NOSSOS ●

Índia

Homenagem a Gomez

O nosso camarada George Gomez morreu no dia 27 de Agosto de 2016. Aderira às fileiras da IVª Internacional no contexto da luta travada contra o imperialismo britânico na Índia. O Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) saudou a memória do camarada Gomez. O camarada Daniel Gluckstein rendeu-lhe homenagem no comício de 28 de Agosto. Leiam-se também, abaixo, extractos da contribuição do camarada Gomez ao 6º Congresso da IVª Internacional, em Novembro de 2006.

George Gomez foi um construtor da IVª Internacional na Índia. Combateu sem descanso pelo programa da revolução proletária, pela construção de um partido revolucionário. Durante toda a sua vida — pois manteve-se activo até à morte — dedicou toda a sua actividade, não só em palavras, mas também em actos, ao combate pela emancipação da classe operária.

Em Colombo, onde iniciou a sua actividade militante, foi ganho para a política revolucionária quando do motim da marinha indiana. Aderiu às fileiras bolcheviques-leninistas da Índia por ocasião da posição tomada pelo movimento trotskista a favor da independência e das reivindicações operárias e camponesas.

No Sri Lanka, depois na Índia, combateu sem descanso pelo desenvolvimento de uma organização trotskista. Do mesmo passo, tornou-se numa das figuras de proa do movimento sindical indiano, ligando estreitamente a sua acção aos combates e reivindicações da classe operária no seu conjunto.

Quando o “Secretariado Unificado” se reivindicou de Trotsky para apoiar o golpe de Estado reaccionário do governo de Indira Gandhi, ele rompeu com o Secretariado Unificado, sendo, durante anos, um “trotskista independente” que militava no movimento sindical, nos seus próprios termos.

Em 1996, entrou em contacto com a IVª Internacional logo após a sua reproclamação em 1993.

Continuou o seu combate até ao fim, participando na constituição do comité de ligação de militantes da IVª Internacional na Índia.

Era, pois, dever da secção francesa da IVª Internacional e da Tendência Comunista Internacionalista prestar homenagem ao camarada George Gomez no dia 28 de Agosto, no comício de centenas de trabalhadores e jovens que vieram render homenagem à memória de Leão Trotsky e do seu filho Leão Sedov, assassinado em Paris dois anos antes do assassinato de Leão Trotsky no México.

Estamos convictos de que o exemplo de vida e combate do camarada Gomez, a posição que ele ocupou no movimento operário indiano na sua qualidade de combatente da IVª Internacional serão fonte de inspiração para os trotskistas

indianos que, no próximo período, irão desenvolver a organização pela qual o camarada nunca deixou de combater.

FF

G. Gomez no 6º Congresso da IVª Internacional

“Gostava que a construção da IVª Internacional na Índia se guiasse por critérios mais proletários”

A nossa organização indiana decidiu participar nesta reunião da Quarta Internacional. Estou satisfeito com o relatório que acaba de nos ser feito, com o qual concordo.

Com toda a franqueza, interesse-me muito pelas questões ambientais (...). O governo de coligação faz agora tentativas de construir uma nova central nuclear de 10.000 megawatts, sem tomar medidas de segurança sérias. O que abre o caminho a um Chernobil indiano (...).

Os despejos de água quente no mar arruinaram completamente os recursos marítimos no golfo de Manar, afectando a Índia e o Sri Lanka. Os pescadores indianos e singaleses vão perder o trabalho (...).

Muita gente de diferentes regiões do país tem enviado petições ao governo, mas o governo não quer saber. Não são democratas, são burocratas (...).

Hoje, na Índia, o trotskismo não existe como organização. Os que se dizem trotskistas são todos intelectuais pequeno-burgueses. Agora querem entrar no partido estalinista, de que não são mais do que uma réplica (...). Assim, o marxismo e o comunismo têm má reputação na Índia. O que eu quero, portanto, é o seguinte: gostava que a construção da IVª Internacional na Índia se guiasse por critérios mais proletários.

●

Assina

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Assino A Internacional por 6 números : 24 euros

Apelido, nome:.....

Endereço.....

Endereço electrónico

Cheques à ordem de Réveil ouvrier, 34 rue Villiers-de-l'Isle-Adam, 75020 Paris